Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 2022 | Nº 25.139 | Preço banca: R$ 3,50

Produção industrial sobe em março, mas queda no consumo preocupa

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou na terça-feira (19) os resultados da sondagem industrial do primeiro trimestre. A entidade destacou o crescimento forte da produção industrial entre fevereiro e março, mas também o aumento da preocupação dos empresários com a queda no consumo.

Em março, a produção industrial subiu para 54,4 pontos, resultado que está acima da linha divisória entre queda e crescimento. O índice não ficava acima dos 50 pontos desde dezembro.

O movimento é normal para o primeiro trimestre, mas a CNI destacou que a retomada deste ano, de 47,9 em fevereiro para 54,4 em março, "supera a aceleração esperada no período". A média da série histórica para o mês de março é de 51 pontos.

O emprego industrial, por sua vez, manteve-se praticamente estável, em 50,1 pontos. Em fevereiro, o índice que mede a evolução da oferta de trabalho na indústria havia ficado em 49,2 pontos, o que significa queda no número de vagas ofertadas. Em março ano passado, o patamar estava nos mesmos 50,1 pontos.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou 1 ponto percentual, para 69%, de fevereiro para março de 2022. O resultado está 2 pontos percentuais acima da média dos meses de março. O percentual vem em trajetória de crescimento desde janeiro de deste ano. Página 3

Conselhos de Saúde questionam fim da emergência da pandemia

Página 4

Mercado de soluções 5G no Brasil deve chegar a R$ 101 bilhões

Página 3

Inep inicia aplicação do Pisa 2022

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) começou a aplicar na segunda-feira (18) as provas do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Estudantes de todo o país, com 15 anos de idade e que estejam matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental, serão avaliados até o dia 31 de maio. O principal domínio a ser avaliado este ano será matemática, mas os estudantes também serão testados em leitura e Ciências, além de Letramento Financeiro e Pensamento Criativo.

A avaliação será feita em formato eletrônico, em sessões de até 6 horas de duração. No caso de escolas que não têm os equipamentos necessários, a Fundação Getulio Vargas (FGV), contratada para aplicar as provas, fornecerá os notebooks.

Além de avaliar o conhecimento dos estudantes, também serão aplicados questionários aos estudantes, seus pais, professores e diretores das escolas para obtenção de informações sobre os principais aspectos dos ambientes familiar e escolar dos jovens, incluindo o percurso pedagógico e as experiências de aprendizagem. Os diretores das escolas também poderão responder a um questionário específico, online, sobre sua própria formação pedagógica.

Aplicado a cada três anos, o Pisa tem o objetivo de produzir indicadores que possam ser utilizados pelos governos dos países participantes como instrumentos de trabalho na definição e no refinamento de políticas educativas. Os resultados permitem que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação com os de outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais, visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem. (Agencia Brasil)

Casos de dengue em todo o país aumentam 95% em relação a 2021

Foto/Wikipedia

Página 4

Consulta ao décimo terceiro do INSS está aberta

Página 3

SP apresenta projeto para transformar a malha ferroviária do Estado

Página 2

Comissão vai ampliar a participação indígena no processo eleitoral

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove.

26º C
15º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,67
Venda: 4,67

Turismo
Compra: 4,73
Venda: 4,84

EURO

Compra: 5,04
Venda: 5,04

Esporte

GP Arlequim e Colombina abrirá o "Karnaval" no Kartódromo de Interlagos

O Kartódromo de Interlagos vai fazer uma grande festa na noite desta quinta-feira (21) para comemorar o retorno do Carnaval. E quem irá desfilar no circuito da zona sul de São Paulo serão os cerca de 100 pilotos da Associação dos Kartistas de São Paulo, que disputarão o GP Arlequim e Colombina, terceira etapa do 4º campeonato da AKSP. Os líderes do certame são Alberto Otazú (Elite), Fábio Gudima (Graduados), Jorge Roque (Sênior) e Fernando Braga (Light). Página 16

Foto/ Emerson Santos

O *Kartódromo de Interlagos deve receber mais de 100 pilotos da AKSP*

Dudu Barrichello disputa a primeira etapa da FRECA, em Monza

Foto/ Dutch Photo Agency

Dudu *Barrichello*

Neste fim de semana Dudu Barrichello enfrenta o primeiro desafio em sua segunda temporada na Europa, em Monza, pela FRECA- Fórmula Regional by Alpine.

Em um circuito icônico que marca a última vitória do Brasil na Fórmula 1, justamente com Rubens Barrichello, Dudu espera começar a temporada com o pé direito.

Monza foi palco do último teste da pré-temporada da FRECA e o brasileiro apoiado pela Toyota Gazoo Racing e XP Investimentos liderou uma das sessões. Página 16

GP Internacional Rio Loterias Caixa tem programa horário definido

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) divulgou o Programa-Horário do Grande Prêmio Internacional Rio Loterias Caixa de Atletismo, que será disputado no dia 30 de abril no Estádio Olímpico Nilton Santos, o Engenhão, onde foram realizados os torneios de atletismo dos Jogos Pan-Americanos-2007 e dos Jogos Olímpicos-2016.

Com isso, o Rio de Janeiro, que tem uma longa tradição na revelação de atletas e de organização de eventos, volta a ser sede de competições nacionais e internacionais da modalidade depois de seis anos. Página 16

Categorias Rotax da Copa SP de Kart terão inscrições gratuitas com projeto de incentivo ao esporte

Foto/ Pedro Bragança

Rotax *DD2*

A Copa São Paulo de Kart Granja Viana, principal campeonato regional de kart do Brasil, vai oferecer inscrições gratuitas para várias categorias Rotax graças à aprovação do projeto de incentivo ao automobilismo. As categorias contempladas são: Rotax Micro Max, Mini Max, Rotax Junior, Rotax Max e Rotax DD2.

De acordo com a organização do campeonato, as inscrições são limitadas e funcionarão da seguinte forma: para a terceira etapa, que será realizada dia 23 de abril, a Rotax Micro Max/Mini Max terá oito pilotos beneficiados com inscrição gratuita, a Rotax Junior Max terá seis competidores, a Rotax DD2 bonificará 11 e a Rotax Max terá 18 inscrições gratuitas. Página 16

São Paulo reconhece o Carnaval como patrimônio imaterial do estado

O Governador Rodrigo Garcia entregou na terça-feira (19), no Palácio dos Bandeirantes, o diploma de registro do Carnaval como patrimônio imaterial do estado de São Paulo para representantes da Liga das Escolas de Samba de São Paulo.

Em votação unânime, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão de preservação do patrimônio material e imaterial ligado à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado, aprovou o registro das práticas carnavalescas do estado como patrimônio imaterial.

"O que nós estamos fazendo aqui hoje é reconhecer algo da nossa vida, algo que faz parte da nossa história e da nossa tradição. O valor do diploma é o que ele representa, que é o que São Paulo pensa do seu Carnaval, agora reconhecido como patrimônio imaterial", disse Rodrigo Garcia.

O parecer do Condephaat, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em maio de 2021, concluiu que as práticas carnavalescas traduzem saberes, fazeres e uma identidade coletiva que estabelecem relações de pertencimento.

Reconhecimento cultural

A proposta inicial, apresentada pela Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo, solicitava o registro dos "Desfiles das Escolas de Samba" como patrimônio cultural imaterial. O Conselho analisou que havia necessidade de elaboração de um plano mais amplo, à altura da importância da manifestação cultural, capaz de garantir a salvaguarda e reprodução da prática, a preservação dos saberes e a perenização da memória coletiva envolvida.

Concluiu-se que a forma mais adequada de preservar e valorizar o carnaval de São Paulo seria ampliar o objeto e registrar, como patrimônio imaterial, as "Práticas Carnavalescas do Estado de São Paulo", não apenas os desfiles, pois estes são a finalização de um processo diversificado e de grande riqueza cultural.

"O Condephaat dá sequência ao trabalho fundamental de reconhecer e proteger o patrimônio imaterial de São Paulo com o registro das expressões de artistas ligadas ao Carnaval, que são inúmeras, muito potentes e constituem marcas do patrimônio cultural do Estado", afirmou o Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão. "Estamos valorizando a cultura popular e tradicional de São Paulo, que é um vetor de identidade e de desenvolvimento."

O parecer do órgão diz que "o caminho mais adequado para preservar e valorizar o carnaval realizado no Estado de São Paulo é identificar e preservar as práticas preparatórias dos desfiles, mesmo as atividades das escolas de samba que não são traduzidas na avenida, mas estão diretamente relacionadas ao carnaval ao longo do ano", considerando que são nestas práticas e rituais que se encontram os saberes dos mestres antigos do samba e sua relação com o samba paulista, seu enraizamento nas comunidades e sua inserção no cotidiano dos bairros onde estão as sedes das escolas de samba.

As justificativas do Condephaat para a aprovação do reconhecimento consideram que as escolas de samba são territórios onde se concentram práticas culturais coletivas ligadas ao samba e à produção do Carnaval; que as escolas surgem a partir dos cordões, que se configuraram como as primeiras organizações da prática do samba em formato de procissão; que estes lugares são, historicamente, locais de sociabilidade de camadas mais populares, principalmente negros, que encontraram uma forma legítima de realizar suas práticas.

Registro de Patrimônio Imaterial

O Registro do Patrimônio Imaterial foi criado por meio do decreto 57.439, de 2011, e permite o reconhecimento de manifestações culturais do Estado que são referências à identidade, à ação e à memória como expressão de identidade cultural e social.

O objetivo é identificar e reconhecer conhecimentos, formas de expressão, modos de fazer e viver, rituais, festas e manifestações que façam parte da cultura paulista. O primeiro registro de patrimônio imaterial do Condephaat foi realizado em janeiro de 2016, com o reconhecimento do samba paulista. O virado paulista, tradicional prato da culinária do Estado, foi reconhecido em 2018. Já o Santuário Nacional da Umbanda, em 2019.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O ex-deputado federal e atual vereador paulistano Faria de Sá (PP) continua comemorar a volta da sua Portuguesa de Desportos à série A do futebol paulista. Em tempo : ele foi eleito presidente da Lusa e teve mandato entre 1991 e 1993

.

PREFEITURA (São Paulo)

Passado o carnaval paulistano - fora do tempo por causa da pandemia Covid-19 - Ricardo Nunes começará 'arrumar a casa' pra conviver com ganhadores da eleição ao governo paulista e também Presidência da República, a partir de 2023

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Privilegiado pelas negociações - com gregos e troianos - do pai, o deputado federal Paulinho "da Força Sindical" da qual é dono e do partido Solidariedade, do qual é dono, o deputado Alexandre Pereira (Solidariedade) vai ser reeleito em 2022

.

GOVERNO (São Paulo)

Enquanto o ex-governador Doria (vencedor das prévias do PSDB pra Presidência) sofre facadas do Leite (ex-governador gaúcho) que foi perdedor, do Aécio (MG) e do Jereissati (CE), o ex-vice Rodrigo (ex-DEM) tá na pista pro 2º turno paulista

.

CONGRESSO (Brasil)

João Doria pode - até a data da convenção tucana - sair candidato ou à Câmara dos Deputados, ou ao Senado ? Até pode, mas o PSDB tá pior que as cidades da Ucrânia atacadas pela Rússia do Putin. A bancada caiu pra 24 deputados federais

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Jair Bolsonaro (PL) tá feliz em saber que em São Paulo seu candidato Tarcísio Freitas (Republicanos) pode ganhar a eleição e contar com o cristão e jornalista conservador Bernardi; ou candidato ao Senado, ou candidato à Assembleia pelo PTB

.

PARTIDOS (Brasil)

O eterno presidenciável Ciro invadiu o PDT que foi Brizolista. Já o PSB (ex-pernambucano) foi invadido por 'estrangeiros' : o paulista Alckmin (ex-PSDB); o maranhense Dino (ex-PC do B), o carioca Freixo (ex-PSOL) e a paulista Tabata (ex-PDT)

.

JUSTIÇAS (Brasil)

WhatsApp confirma acordo com a Justiça Eleitoral (TSE), deixando o Brasil de fora das 'comunidades' que rolarão pelo mundo. A plataforma é uma empresa privada e não pode agir como monopólio, que na prática fará censura nas eleições 2022

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna cesarneto.com tornou-se referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

SP abre 1,8 mil de vagas de cursos de qualificação para profissionais do Carnaval

O Governador Rodrigo Garcia lançou na terça-feira (19) o programa Qualifica Samba, que oferecerá apoio aos profissionais do Carnaval de São Paulo com 1,8 mil vagas em cursos de qualificação profissional e bolsa-auxílio de R$ 210.

"Junto com o Centro Paula Souza, que cuida dos cursos de qualificação do Estado, vamos colocar carretas do Via Rápida à disposição das Escolas com cursos que vão aprimorar aquilo que as pessoas já sabem, além de receberem uma bolsa para ajudar nos custos com deslocamento e alimentação", afirmou Rodrigo Garcia.

O objetivo da iniciativa é qualificar a comunidade residente no entorno das 34 agremiações vinculadas à Liga, por meio de três escolas móveis do Programa Via Rápida, nas áreas de Confecção, Imagem Pessoal e Soldagem. Entre os cursos oferecidos, estão o de assistente de cabeleireiro, corte e costura (aderecista), design de sobrancelhas, manicure e pedicure, maquiagem e soldagem.

Com investimento de R$ 1,8 milhão, a ação é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, Cultura e Economia Criativa e a Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo.

As inscrições serão abertas no dia 2 de maio e os participantes com frequência maior ou igual a 75% receberão bolsa-auxílio de R$ 210 ao final do curso. Até dezembro de 2022, serão atendidos 225 alunos mensalmente. Os departamentos sociais das agremiações apoiarão na captação dos candidatos, acompanhamento das aulas e projetos para estimular a geração de renda dos participantes.

Poupatempo registra recorde de mais de 25 milhões de atendimentos em 2022

O Poupatempo bateu um recorde de atendimentos no primeiro trimestre de 2022. Foram registrados mais de 25,8 milhões de serviços prestados entre janeiro e março deste ano, dos quais mais de 22 milhões, cerca de 85%, pelos canais digitais do programa. Um aumento quatro vezes maior na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando o Poupatempo somou 5,8 milhões de serviços prestados.

Entre os mais procurados, estão as funcionalidades da carteira de vacinação digital contra a Covid-19, pesquisa de pontuação, licenciamento digital (CRLV), consulta de IPVA, solicitações de RG e CNH.

Só para pedidos de renovação da carteira de motorista, foram quase um milhão de solicitações em 2022, dos quais apenas 313 mil no formato presencial, nas unidades do programa. No primeiro trimestre de 2021, foram 820 mil renovações, sendo 180 mil nos postos de atendimento.

Para ser atendido presencialmente no Poupatempo é preciso agendar data e hora previamente, pelo portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital ou nos totens de autoatendimento.

"A Prodesp trabalha para ampliar a oferta de serviços digitais desde o início da gestão e hoje já são quase 200 opções para o cidadão acessar com segurança, autonomia e comodidade, quando e onde estiver", explica o diretor da Prodesp – empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo, Murilo Macedo. O objetivo é chegar a mais de 240 serviços eletrônicos ainda este ano.

É importante reforçar que o atendimento nos postos é feito apenas para os serviços que necessitam da presença do cidadão e não podem ser concluídos de maneira online. As demais opções, como renovação de CNH, licenciamento de veículos, consulta de IPVA, Carteira de Trabalho Digital, Seguro-desemprego, Carteira de vacinação digital da Covid-19, entre outros, estão disponíveis nos canais digitais.

Renovação da CNH

Com a retomada do calendário de vencimento das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs), que havia sido suspenso durante o período mais crítico da pandemia, os documentos vencidos a partir de maio de 2020 passaram a contar com novo prazo para renovação.

Para renovar a CNH, basta acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br ou aplicativo Poupatempo Digital, clicar em Serviços > CNH > Renovação de CNH. Após confirmar ou atualizar os dados, o motorista agenda e realiza o exame médico na clínica credenciada indicada pelo sistema.

Quem exerce atividade remunerada ou optar pela inclusão do EAR na CNH, precisa passar também pela avaliação psicológica e será direcionado a um profissional credenciado.

Se for aprovado nos exames, é necessário pagar a taxa de emissão e aguardar as orientações que serão enviadas por e-mail pela Senatran para acessar a CNH Digital, que tem a mesma validade do documento físico, disponível no aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). O código de segurança para acessar a CNH digital também pode ser consultado pelos canais eletrônicos do Poupatempo.

Para evitar deslocamentos e proporcionar mais conforto e comodidade, o cidadão irá receber a CNH física, pelos Correios, no endereço indicado pelo motorista.

Vale lembrar que motoristas que tenham CNH nas categorias C, D ou E precisam realizar o exame toxicológico em laboratório credenciado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) com antecedência, pois o laudo poderá ser solicitado durante o exame médico. O exame é válido por dois anos e meio para menores de 70 anos e tem a mesma validade da CNH para maiores de 70 anos.

Outra opção é o motorista solicitar o rebaixamento de categoria, o que também pode ser feito pelos canais digitais, inclusive durante o processo de renovação simplificada.

SP apresenta projeto para transformar a malha ferroviária do Estado

Para reduzir o custo do transporte, melhorar a competitividade da produção agrícola e industrial paulista e oferecer novas alternativas de transportes aos usuários e operadores logísticos, o Governo de São Paulo propôs um projeto de lei que autoriza a exploração da infraestrutura e dos serviços ferroviários no estado por meio de novas concessões à iniciativa privada.

Encaminhado pela Secretaria da Casa Civil à Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), a proposta é equilibrar a matriz de transportes de cargas, eliminando gargalos logísticos, reduzindo custos, tempo de viagem e emissão de poluentes, além de aumentar a mobilidade urbana e a capacidade logística com a interconexão de trechos ferroviários em operação.

O panorama estadual é de predomínio de 84% do modal rodoviário sobre 11% do ferroviário – sendo 9% pertencentes à CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). E mais da metade dos 5,7 mil quilômetros de trilhos no Estado apresentam baixa capacidade ou estão ociosos.

Com a revisão de trechos desativados – principalmente no entorno de regiões metropolitanas do Estado que apresentam saturação da malha rodoviária -, a revitalização do transporte sobre trilhos é uma alternativa sustentável à "malha subutilizada, abandonada, que provocam cicatrizes urbanas no interior paulista", explica o Secretário de Logística e Transportes de São Paulo, João Octaviano Machado Neto.

Para revitalizar este cenário, a Secretaria de Logística e Transportes criou o GT (Grupo de Trabalho) Ferrovias de SP, que é coordenado por Luiz Alberto Fioravante. A equipe desenvolve o Plano Estratégico Ferroviário do Estado de São Paulo que reativará a malha de trilhos inoperantes nas cidades e alavancará economicamente o setor.

O Plano Estratégico já conta com o PAM-TL (Plano de Ação de Transporte de Passageiros e Logística de Cargas para a Macrometrópole Paulista), que prevê investimentos privados de cerca de R$ 70 bilhões, sendo R$ 54,2 bilhões na malha ferroviária em cinco regiões metropolitanas: São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e São José dos Campos. Juntas, concentram cerca de 70% do transporte de cargas do Estado e 32% do PIB nacional.

São cinco grandes iniciativas previstas no PAM-TL até 2040. Implantação do TIC (Trem Intercidades), que ligará São Paulo a Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos; linhas expressas de transportes de cargas; ferroanel na região leste do Estado; duplicação do trecho oeste do Rodoanel; e a licitação da Linha Verde – rota carbono zero de ligação bimodal (rodoviária e ferroviária) entre São Paulo e o Porto de Santos para o escoamento da produção nacional.

Para a logística de cargas, o plano prevê ainda 13 pátios rodoferroviários com armazenagem de distribuição e transferência de modais (ferroviário e rodoviário, mesclando o uso de caminhões grandes fora das cidades e pequenos dentro dos municípios) com o objetivo de reduzir o tempo e o custo do transporte.

A exploração da infraestrutura e dos serviços ferroviários no Estado foi autorizada após aprovação da Lei Federal 14.273/2021. Considerado o novo marco regulatório do setor, a legislação permite o deslocamento pelas estradas de ferro por meio de shortlines (linhas de trajeto curto) que, agora, também estão sob responsabilidade de estados e municípios.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Produção industrial sobe em março, mas queda no consumo preocupa

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou na terça-feira (19) os resultados da sondagem industrial do primeiro trimestre. A entidade destacou o crescimento forte da produção industrial entre fevereiro e março, mas também o aumento da preocupação dos empresários com a queda no consumo.

Em março, a produção industrial subiu para 54,4 pontos, resultado que está acima da linha divisória entre queda e crescimento. O índice não ficava acima dos 50 pontos desde dezembro.

O movimento é normal para o primeiro trimestre, mas a CNI destacou que a retomada deste ano, de 47,9 em fevereiro para 54,4 em março, "supera a aceleração esperada no período". A média da série histórica para o mês de março é de 51 pontos.

O emprego industrial, por sua vez, manteve-se praticamente estável, em 50,1 pontos. Em fevereiro, o índice que mede a evolução da oferta de trabalho na indústria havia ficado em 49,2 pontos, o que significa queda no número de vagas ofertadas. Em março ano passado, o patamar estava nos mesmos 50,1 pontos.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou 1 ponto percentual, para 69%, de fevereiro para março de 2022. O resultado está 2 pontos percentuais acima da média dos meses de março. O percentual vem em trajetória de crescimento desde janeiro de deste ano.

Principais problemas

A sondagem industrial mede também quais são os principais problemas enfrentados pela indústria, de acordo com o empresariado. Com 58,8% das menções, a falta ou o alto custo de matéria-prima permanece há sete trimestres como principal preocupação.

Entretanto, a escassez de insumos vem perdendo força como principal preocupação da indústria, frisou a CNI. As menções ao problema caíram 1,8 ponto percentual na última passagem de trimestre, e recuou 8,4 pontos percentuais frente a março do ano passado.

Enquanto isso, cresce a preocupação com a queda no consumo, que no primeiro trimestre deste ano figurou em 25,5% das respostas dos empresários. No segundo trimestre de 2021, esse problema aparecia em 19,4% das menções.

O gerente de Análise Econômica, Marcelo Azevedo, explica que, isoladamente, o percentual não parece ser tão alto, mas a alta nas menções ao problema indica haver uma demanda insuficiente no momento em que a oferta começa a se ajustar. Para o economista, "o problema de demanda fica mais evidente. É realmente uma situação muito complicada".

Há quatro trimestres cresce também a preocupação da indústria com a alta nas taxas de juros. Entre os dois últimos trimestres, o problema passou de 14,2% para 20,8% das menções, a alta mais expressiva da sondagem. No fim do ano passado, apenas 7,6% consideravam os juros um obstáculo ao seu negócio, segundo a CNI.

Menções a dificuldades na logística de transporte ficaram com 13,8% das respostas, ante 11,8% no trimestre anterior. Esse é o terceiro trimestre seguido de alta. O segundo problema mais mencionado segue sendo a alta carga tributária, com 30,4% das repostas, queda em relação aos 33,2% registrados no trimestre anterior. (Agencia Brasil)

Intenção de Consumo das Famílias cresce pelo quarto mês

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), cresceu 2,7% na passagem de março para abril. Foi a quarta alta consecutiva do indicador, que atingiu 78,5 pontos em uma escala de 0 a 200 pontos, o maior nível desde maio de 2020 (81,7 pontos).

O indicador ainda continua abaixo do nível de satisfação (100 pontos), o que acontece desde abril de 2015. Na comparação com abril de 2021, houve uma alta de 11,1%, de acordo com a CNC.

Na comparação com março deste ano, todos os sete componentes da ICF tiveram alta. Os destaques ficaram com perspectiva profissional (5,7%), renda atual (3,4%) e momento para a compra de bens duráveis (3,3%). Com um crescimento de 2,8%, emprego atual atingiu a maior pontuação (103,9) entre os componentes e foi o único acima do nível de satisfação.

Na comparação com abril de 2021, cinco componentes tiveram alta, com destaque para perspectiva de consumo (20,1%), emprego atual (16,9%) e nível de consumo atual (16,6%). Dois componentes tiveram queda: momento para a compra de bens duráveis (-4,3%) e acesso ao crédito (-2,1%). (Agencia Brasil)

Mercado de soluções 5G no Brasil deve chegar a R$ 101 bilhões

A demanda por soluções 5G para as mais diversas áreas da economia tem o potencial de gerar R$ 101 bilhões pela próxima década para empresas e startups brasileiras ou instaladas no Brasil, diz estudo apresentado na terça-feira (19) pelo Ministério da Economia.

O estudo também calcula que o benefício potencial da implantação do 5G para a economia brasileira pode chegar a R$ 590 bilhões pela próxima década. A conta leva em consideração aumentos de produtividade e redução de custos da chamada Indústria 4.0.

O 5G é a quinta geração de redes móveis e de internet, cuja velocidade chega a ser centenas de vezes superior à atual quarta geração. Com sua implantação, a expectativa é que sejam abertas inúmeras possibilidades em áreas como inteligência artificial, processamento de dados, realidade aumentada, logística, entre outras.

"A nova tecnologia servirá como alavanca para vários setores", disse Daniella Marques, secretária de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, ao apresentar as projeções.

O relatório em que consta a projeção para o mercado de software e aplicações foi produzido pela consultoria Deloitte, com a participação também do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

"Saímos atrás dos países desenvolvidos, mas observamos que temos boas perspectivas de avançar rápido o 5G, sobretudo no desenvolvimento de software e de aplicações", disse Maria Ogawa, sócia-diretora e chefe para a Área de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações da Deloitte Brasil.

No documento apresentado hoje constam 96 recomendações de políticas públicas, em oito frentes de atuação, para que esses potenciais de geração de riqueza sejam alcançados, além de apresentar os desafios para que isso se realize.

Do lado suporte tributário, por exemplo, o relatório recomenda a criação de zonas econômicas especiais com foco na tecnologia 5G, a renúncia fiscal para compra de equipamentos para emulação de redes 5G e a oferta de benefícios fiscais para que multinacionais implantem operações estratégicas no país, transmitindo tecnologia.

Entre os principais problemas destacados no relatório, está a baixa disponibilidade de recursos para fomentar o ecossistema nacional em torno de 5G, a falta de mão de obra qualificada (programadores e desenvolvedores) e insuficiência de ambientes que emulem o 5G e permitam a testagem de soluções.

"A gente está falando de uma indústria de capital intensivo, e obviamente todo esse investimento não é barato", disse Alberto Boaventura, gerente sênior de Estratégia na Deloitte Brasil e um dos responsáveis pelo relatório. "Há uma necessidade de se estar quebrando essas barreiras para o suporte financeiro e tributário", acrescentou. (Agencia Brasil)

Servidores terão ponto facultativo no dia 22 de abril

Portaria do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (19), inclui, no calendário dos dias considerados como ponto facultativo para servidores públicos, o 22 de abril, sexta-feira próxima. Assim, será possível para a categoria prolongar o feriado que é no dia anterior (21 de abril), quando se comemora o Dia da Inconfidência Mineira.

Para possibilitar a prolongamento do feriado, a Portaria nº3.413 alterou a portaria nº14.817/21, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2022.

Critérios

São consideradas ponto facultativo datas próximas a feriados estabelecidos pelo calendário oficial que poderão, segundo critérios internos, ter ou não expediente.

Conforme previsto na portaria alterada, "caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência". (Agencia Brasil)

Consulta ao décimo terceiro do INSS está aberta

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem consultar o extrato com os valores e as datas de pagamento do décimo terceiro. O procedimento pode ser feito tanto pelo aplicativo Meu INSS, disponível para celulares e tablets, como pelo site gov.br/meuinss

O decreto com a antecipação do décimo terceiro foi assinado em março. Este será o terceiro ano seguido em que os segurados do INSS receberão o décimo terceiro antes das datas tradicionais, em agosto e em dezembro. Em 2020 e 2021, o pagamento ocorreu mais cedo por causa da pandemia de covid-19.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, o pagamento do décimo terceiro antecipará a injeção de R$ 56,7 bilhões na economia. Desse total, R$ 28,35 bilhões correspondem à primeira parcela, referente à competência de abril, que será paga entre o fim de abril e o início de maio. O restante corresponde à segunda parcela, da competência de maio, a ser paga no fim de maio e início de junho.

A maioria dos aposentados e pensionistas receberá 50% do décimo terceiro na primeira parcela. A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro e terá o valor calculado proporcionalmente.

O Ministério do Trabalho e Emprego esclarece que os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do décimo terceiro, calculada de acordo com a duração do benefício. Por lei, os segurados que recebem benefícios assistenciais, como o Auxílio Brasil, não têm direito a décimo terceiro salário. (Agencia Brasil)

Petrobras conclui construção de poço em tempo recorde: 35 dias

A Petrobras informou na terça-feira (19) que construiu um poço de petróleo em 35 dias, marca que é considerada novo recorde de tempo na conclusão de uma estrutura como essa em águas profundas do Brasil. O recorde anterior havia sido de 44 dias, em 2021.

Segundo a Petrobras, a conclusão do poço em tempo recorde gerou economia de cerca de R$ 40 milhões para a companhia, além de ter reduzido o tempo de exposição de trabalhadores ao risco. A redução de gastos considera economia com despesas logísticas e com o aluguel de sondas, cuja taxa diária gira em torno de R$ 1,5 milhão.

O poço construído faz parte do projeto de revitalização do Campo de Marlim, que já está em produção há mais de 30 anos na Bacia de Campos, com um acumulado de 3 bilhões de barris de óleo equivalente desde 1991. O poço fica a 150 quilômetros de distância da costa e a 850 metros de profundidade da lâmina d'água.

De acordo com a estatal, o programa de recuperação dos campos de Marlim e Voador é o maior programa de recuperação de um ativo maduro em andamento na indústria offshore mundial.

"O projeto prevê a interligação de 75 poços e a instalação, em 2023, de duas plataformas do tipo FPSO (sistema flutuante de produção, armazenagem e transferência de petróleo), com capacidade de produzir, juntas, 150 mil barris de petróleo por dia (bpd)", detalhou a Petrobras. (Agencia Brasil)

Governo investiu R$ 1,1 bi para tratamento da hemofilia em 2021

Mais de 13 mil pessoas, no Brasil, têm hemofilia. Segundo o Sistema Hemovida Web Coagulopatias, até ano passado, havia 11.141 pacientes com hemofilia A e 2.196 com hemofilia B, a mais rara. O último domingo (17) foi o Dia Internacional da Hemofilia, doença que afeta principalmente os homens.

De acordo com o Ministério da Saúde, há uma linha de cuidados gratuita para a doença, com ações de prevenção e tratamento integral ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2021, o Ministério da Saúde disponibilizou 1 bilhão de unidades de Fator VIII de origem plasmática e recombinante, previsto no tratamento da hemofilia A; e 150 milhões de unidades de Fator IX para o tratamento da Hemofilia B. O recurso total para tratamento da doença superou R$ 1,1 bilhão.

O ministério explica que a hemofilia é uma doença caracterizada pela falta dos "fatores de coagulação" no sangue. O tratamento para a doença consiste na reposição desses fatores.

O SUS conta com uma rede de 32 hemocentros em todas as regiões do país, que possuem o sistema Hemovida Web Coagulopatias. Esse sistema dispõe de uma base nacional para o cadastro de pacientes, inserção de dados clínicos, informações sobre o tratamento, registro de aplicações, além do controle de estoque de medicamentos. A ferramenta permite que a qualidade do tratamento seja monitorada em tempo real e seu planejamento feito de forma racional, com respeito aos recursos públicos, lembra o ministério.

De acordo com o ministério, nos quadros graves e moderados da hemofilia, os sangramentos repetem-se espontaneamente. Em geral, são hemorragias intramusculares e intra-articulares que primeiro desgastam as cartilagens e depois provocam lesões ósseas. Os principais sintomas são dor forte, aumento da temperatura e restrição de movimento. As articulações mais comprometidas costumam ser dos joelhos, tornozelos e cotovelos.

Os episódios de sangramento podem ocorrer logo no primeiro ano de vida do paciente, sob a forma de equimoses (manchas roxas), que se tornam mais evidentes quando a criança começa a andar e a cair. Nos quadros leves, o sangramento ocorre em situações como cirurgias, extração de dentes e traumas.

O Ministério da Saúde aprovou, no início deste ano, a atualização do Manual de Diagnóstico e Tratamento de Inibidor em Pacientes com Hemofilia Congênita. O documento apresenta uma série de orientações sobre os tipos de tratamento para a doença, que ainda não tem cura. A peça destaca também a importância da individualização, além de recomendações sobre cirurgias de pequeno, médio e grande porte.

Quanto mais precoce for o início do tratamento, menores serão as sequelas deixadas pelos sangramentos. O paciente e seus cuidadores devem ser treinados para fazer a aplicação do fator em casa.

E mais recentemente, acrescentou o ministério, foi aprovada a revisão do Protocolo de Profilaxia Primária para Hemofilia Grave, que é a forma mais indicada de tratamento desses pacientes, na medida em que o tratamento é usado para prevenir e não apenas para tratar os sangramentos.

Em 2019, foi incorporado o medicamento emicizumabe para o tratamento de indivíduos com hemofilia A e inibidores ao Fator VIII refratários ao tratamento de imunotolerância. A incorporação ocorreu após recomendação publicada em relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único em Saúde (Conitec) sobre essa tecnologia.

Além do novo tratamento, o ministério destaca outras iniciativas para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, como ações de incremento ao diagnóstico, monitoramento e avaliação, vigilância epidemiológica, facilitação do tratamento domiciliar, sistematização do tratamento de profilaxia para hemofilia grave, tratamento de imunotolerância para pacientes que desenvolveram aloanticorpos contra o fator infundido, dentre outras. Com a estratégia das profilaxias adotadas pelo Brasil, verificou-se uma queda, por volta de 10% ao ano, dos episódios de sangramento espontâneos. (Agencia Brasil)

Antaq faz audiência sobre licitação de terminal do Porto de Santos

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou na terça-feira (19) a audiência pública para o processo de licitação do terminal STS10, na margem direita do Porto de Santos, no litoral paulista. Além da apresentação do modelo proposto pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), foi aberto espaço para receber contribuições da sociedade para aperfeiçoamento do processo.

O contrato tem prazo de 25 anos, prorrogáveis até o máximo de 70 anos. A área atual do terminal é de 423 mil metros quadrados. Mas a previsão é que após investimentos de expansão, que devem avançar sobre a água, o terminal chegue a ter mais de 600 mil metros quadrados.

Os investimentos, estimados em R$ 3,28 bilhões, incluem a construção de um cais de atracação de 1,2 quilômetro, dragagem das áreas de atracação e aquisição de equipamentos.

A ampliação deve aumentar a capacidade de movimentação de 330 mil TEUs para 2,3 milhões de TEUs de carga a partir de 2028. Cada TEU corresponde a carga que um contêiner marítimo padrão é capaz de transportar.

A previsão é que o longo do contrato, o novo administrador do terminal obtenha R$ 27,8 bilhões em receitas.

A licitação deve ser baseada no maior valor de outorga, ou seja, vence quem oferecer o maior valor inicial. Há ainda um valor que deve pago como arrendamento mensal, que tem uma parte fixa, estimada em R$ 6,2 milhões, e outra que varia de acordo com a movimentação do terminal de R$ 54,55 por contêiner.

A licitação permanece em consulta pública até quinta-feira (21), recebendo contribuições pela página da Antaq. (Agencia Brasil)

Comissão vai ampliar a participação indígena no processo eleitoral

No Dia do Índio, celebrado na terça-feira (19), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou a Portaria TSE nº 367/2022, que instituiu a Comissão de Promoção da Participação Indígena no Processo Eleitoral. A comissão elaborará estudos e projetos para promover e ampliar a presença desses povos nas diversas fases das eleições. Coordenado pela assessora do Núcleo de Inclusão e Diversidade do TSE, Samara Pataxó, na prática o colegiado vai planejar ações com objetivo de fortalecer o exercício da capacidade eleitoral dos indígenas, respeitando os respectivos costumes, linguagens e organização social.

Samara ressalta que a comissão, composta por outros indígenas, também deverá atuar em atividades que promovam o enfrentamento da sub-representatividade indígena na política, de forma a auxiliar a Justiça Eleitoral no compromisso de ampliar o exercício da cidadania dos povos originários brasileiros.

"O TSE já tem se esforçado nesse sentido, não só com relação aos povos indígenas, mas a outros grupos sub-representados. Mas precisamos enriquecer ainda mais esse debate dentro da estrutura da Justiça Eleitoral. Esses pequenos avanços são significativos e têm de ser celebrados, pois apontam para um futuro melhor visando uma maior participação indígena no processo eleitoral", disse Samara.

Inclusão e diversidade

Essa não é a primeira iniciativa do TSE este ano com foco em minorias. Já sob a presidência do ministro Edson Fachin, que assumiu a Corte Eleitoral em fevereiro, foi criado o Núcleo de Inclusão e Diversidade do Tribunal. A função do grupo é fortalecer a atuação da Corte em temas relacionados ao aumento da participação política de públicos variados, com foco nas mulheres, nos negros, na população LGBTQIA+ e nos povos originários.

Samara Pataxó disse que espaços para discussão do tema são uma forma de retomar o debate plural sobre a participação dessas pessoas na democracia do país, uma vez que, segundo ela, os povos indígenas do Brasil somente conquistaram a cidadania plena, no sentido normativo, após a Constituição Federal de 1988. "Antes disso, a condição de ser indígena era muito limitada e éramos tidos como relativamente incapazes na vida civil, o que implicava também o exercício dos direitos políticos. Desde então, o indígena se tornou um cidadão pleno, votando, se candidatando e exercendo seus direitos e deveres", lembra.

Números

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de indígenas no país é de mais de 857 mil pessoas, sendo 305 povos e 274 línguas diferentes. Nas eleições gerais de 2018, 133 indígenas se candidataram aos cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual e distrital. No pleito municipal de 2020, 2.216 candidatos indígenas concorreram às prefeituras e às câmaras de vereadores do Brasil. (Agencia Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

EXPORTAÇÕES MARÇO

As exportações do agronegócio atingiram o valor recorde de US$ 14,53 bilhões para meses de março, em 2022, cifra 29,4% superior na comparação com mesmo mês do ano passado. O aumento foi motivado pela elevação de 27,6% nos preços dos produtos exportados pelo agronegócio. De acordo com a Secretaria de Comércio de Relações Internacionais do Mapa, o volume exportado cresceu 1,4% no período.

REGULARIZAÇÃO

Foi realizado ato, no Estádio José Carlos Romero, no município de João Pinheiro (MG), para marcar a entrega de documentos da regularização fundiária. Desde 2019, 8.225 famílias mineiras receberam títulos de propriedade rural emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, vinculado ao Ministério da Agricultura, sendo 1.885 nos primeiros meses de 2022.

ANATER

O novo presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural (Anater) tomou posse, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). José Ferreira da Costa Neto foi empossado pelo ministro Marcos Montes, que desejou sucesso ao novo gestor na missão de levar conhecimento e capacitação aos produtores rurais brasileiros.

CUSTOS

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) receberam, o ministro da Agricultura, Marcos Montes, que tratou de pautas convergentes entre o governo federal e a bancada no Congresso para que o custo de produção no país possa diminuir. Os parlamentares também debateram a importância dos Projetos sobre questões indígenas, direito de propriedade e a mineração.

PESCADO

A Semana Santa é um momento importante para muitos povos que celebram a superação e o renascimento. Nessa época, é comum que as famílias se reúnam para degustar pratos à base de peixes, mariscos e frutos do mar. Esse hábito geralmente é bastante incentivado pelos órgãos voltados à produção e a segurança alimentar, como a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado São Paulo.

SOROCABA

O secretário em exercício de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Francisco Matturro, participou, da quarta edição do Programa Governo na Área. O governador Rodrigo Garcia levou ao Parque Ecológico de Sorocaba a reunião do secretariado e realizou entregas do Nova Frota, que conta com 34 máquinas para a agricultura a 22 municípios da região.

CONSERVAÇÃO DO SOLO

Instituído no dia 13 de novembro de 1989, por meio do Decreto de Lei do Ministério da Agricultura, o Dia Nacional da Conservação do Solo, é comemorado no dia 15 de abril, é uma data ainda pouco lembrada por grande parte da população brasileira, porém, de extrema importância para sua qualidade de vida.

ABICAB

O secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em exercício, Francisco Matturro, se reuniu, com o presidente da Abicab - Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas, Ubiracy Fonsêca e a gestora institucional, Maria Luiza Camargo, na sede da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. A Abicab trabalha para promover os interesses das indústrias de chocolates, balas & gomas e amendoim.

ANUFOOD BRAZIL 2022

O Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo em exercício, Francisco Matturro, participou da abertura da Anufood Brazil, principal feira geradora de negócios e a mais completa vitrine de lançamentos de produtos nacionais e internacionais para o varejo de alimentos. O evento traz a oportunidade para empresários do ramo de avaliarem novos fornecedores.

MARÍLIA

O secretário de Agricultura e Abastecimento em exercício do Estado de São Paulo, Francisco Matturro, participou, da terceira edição do Programa Governo na Área. Ao lado do governador Rodrigo Garcia, o secretariado estadual esteve na Unimar, em Marília, realizando a entrega de 50 máquinas para a agricultura do programa Nova Frota às cidades da região centro-oeste do estado.

AKIMATSURI 2022

O evento, apoiado pelo Sistema FAESP/SENAR-SP e Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, conta com um estande que exibe produtos agropecuários produzidos por sete cooperativas da região, também exposições diversificadas de produtores rurais locais, ações da FAESP, Sebrae-SP com informações sobre empreendedorismo, serviços e cursos do SENAR-SP, realizados no município através do Sindicato. (Com informações de assessorias)

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 64 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor agropecuário, e agora tem esta coluna semanal de notícias da agropecuária em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. - Email: mauricio.picazo.galhardo@gmail.com

Casos de dengue em todo o país aumentam 95% em relação a 2021

O número de casos prováveis de dengue, em todo o país, quase dobrou desde o começo do ano comparado ao mesmo período de 2021, segundo boletim epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o levantamento, foram registrados quase 400 mil casos prováveis de dengue, o que representa um aumento de 95% em relação ao mesmo período do ano passado. Até o momento, são 184 casos para cada 100 mil habitantes neste ano.

Para a segunda vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, Rosylane Rocha, dois fatores podem explicar esse aumento considerável. O primeiro é que a dengue é uma doença sazonal, com maior incidência em períodos de chuva e calor. E, como este ano muitas regiões tiveram chuvas acima do esperado, favoreceu o acúmulo de água, situação propícia para o surgimento de focos do mosquito transmissor.

Outro motivo, segundo Rosylane Rocha, é que o medo da covid-19 fez muita gente procurar atendimento médico, aumentando os registros oficiais de casos de dengue, já que, no início as duas doenças têm sintomas parecidos.

Muito acima da média nacional, a Região Centro-Oeste apresenta taxa superior a 700 casos de dengue por 100 mil habitantes, com destaque para as capitais Goiânia, Brasília e Palmas. É na capital federal onde mora o fotógrafo Raphael Padilha, que teve dengue logo após se curar da covid-19, em fevereiro. Assustado com os sintomas, chegou a desconfiar de complicações da covid-19. Raphael conta que, na região onde vive, está havendo surto de dengue e que nem o filho mais novo, de quase 2 anos, ficou ileso.

O boletim do Ministério da Saúde aponta que, até o momento, está confirmada a morte de 112 pessoas, das 280 que desenvolveram agravamento da dengue no país. Os registros ocorreram, principalmente, nos estados de São Paulo, seguido de Goiás, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais. Além disso, mais de 170 mortes ainda são investigadas e podem estar associadas à dengue. (Agencia Brasil)

Exército está presente em momentos difíceis do país, diz presidente

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou, na terça-feira (19), que as Forças Armadas são garantidoras do "regime político no qual o povo brasileiro quer viver". Ao participar, em Brasília, da cerimônia de comemoração dos 374 anos do Exército, Bolsonaro voltou a elogiar o papel que militares desempenharam em momentos conturbados da vida política nacional.

"Em todos os momentos difíceis que nossa nação atravessou, as Forças Armadas, o nosso Exército, sempre estiveram presentes. Assim foi em 1922, 1935, 1964 e também em 1986, com a transição do regime militar (1964-1985) para o período democrático", disse o presidente, acrescentando que o processo de redemocratização foi feito "com os militares, e não contra" estes.

Ao lado dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, o vice-presidente, Hamilton Mourão, dos comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha e de ministros de Estado, Bolsonaro discursou para militares e civis.

Bolsonaro também reiterou parte do discurso do comandante do Exército, o general Marco Antônio Freire Gomes. Pouco antes, ao destacar a importância das Forças Armadas para a garantia da soberania de qualquer país, Gomes disse que "ao respeitar e valorizar seus soldados", os cidadãos estão "investindo na garantia de seu bem maior, sua liberdade".

"Vossa excelência bem disse", comentou Bolsonaro aludindo à fala de Gomes. "O cidadão, ao respeitar e valorizar seus soldados, está investindo na garantia de seu bem maior, na sua liberdade". As Forças Armadas não dão recado. Elas estão presentes. Elas sabem como proceder. Sabem o que é melhor para o seu povo e seu país. Elas têm participação ativa na garantia da lei e da ordem, da nossa soberania e do regime ao qual o povo quer viver", afirmou o presidente antes de voltar a comentar o processo eleitoral brasileiro.

"Não podemos, jamais, ter uma eleição sobre a qual paire o manto da suspeição. Este compromisso é de todos nós, presidentes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, comandantes das Forças Armadas. Todos somos importantes; somos agentes deste processo. E tenho certeza de que as eleições do corrente ano seguirão seu ritmo normal", disse Bolsonaro.

"Nós todos, militares, um dia juramos dar a vida pela nossa pátria se preciso for. E todos nós, povo brasileiro, faremos mais que isto para garantir nossa liberdade e que todos joguem dentro das quatro linhas da nossa Constituição". (Agencia Brasil)

Câmara avança na proposta de internet gratuita para estudantes

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite da ultima segunda-feira (18) o texto base da proposta que cria o Programa Internet Brasil. A iniciativa - apresentada por meio de um substitutivo à Medida Provisória 1077/21 - prevê o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos estudantes da educação básica da rede pública de ensino de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Segundo o relator do substitutivo, deputado Sidney Leite (PSD-AM), a ideia é alcançar os estudantes do CadÚnico matriculados também nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas e nas escolas especiais sem fins lucrativos, que atuam exclusivamente nessa modalidade. O acesso gratuito à internet poderá ser concedido a mais de um estudante por família. Serão distribuídos chips, pacote de dados ou dispositivo de acesso aos estudantes, principalmente celulares.

O substitutivo de Sidney Leite também incluiu no texto um "jabuti", ou seja, um assunto estranho ao texto original da MP. O trecho diz respeito à renovação de outorgas de radiodifusão.

Segundo o relator, o Ministério das Comunicações deverá reconhecer pedidos apresentados fora do prazo para a renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão, desde que encaminhados ou protocolados até a data de publicação da lei de conversão da MP.

Depois de ter a votação concluída na Câmara, a matéria seguirá para o Senado.(Agencia Brasil)

Conselhos de Saúde questionam fim da emergência da pandemia

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) enviaram ofício ao Ministério da Saúde na terça-feira (19) questionando o anúncio de que a pasta irá publicar norma para decretar o fim do estado de emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da pandemia da covid-19.

As entidades manifestam preocupação com o "fim abrupto" da emergência. Segundo elas, há um conjunto de leis, regras e políticas públicas vinculadas a essa situação que afetam estados e municípios.

Outro impacto negativo mencionado pelas entidades é o fato de haver leis e decretos estaduais e municipais baseados nessa condição, que teriam de ser ajustados e atualizados. Os conselhos destacam que o enfrentamento da pandemia envolveu ampliação de políticas, celebração de contratos com fornecedores e contratação de profissionais.

"É imperativa a readequação dos serviços e o remanejamento dos profissionais, além da adequação de contratos já celebrados e que estão em andamento, o que demandará considerável esforço dos municípios e dos estados, o que não poderá ser concluído em curto espaço de tempo", ressalta o ofício.

As entidades lembram que a pandemia não acabou, razão pela qual a manutenção de políticas para combater a circulação do vírus, para ampliar a vacinação e para mitigar novas infecções ainda se fazem necessárias.

"Sob o risco de desassistência à população, solicitamos ao Ministério da Saúde que a revogação da Portaria MS/GM nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, estabeleça prazo de 90 (noventa) dias para sua vigência e que seja acompanhada de medidas de transição pactuadas, focadas na mobilização pela vacinação e na elaboração de um plano de retomada capaz de definir indicadores e estratégias de controle com vigilância integrada das síndromes respiratórias", defendem o Conass e o Conasems.

Em nota à Agência Brasil, o Ministério da Saúde afirmou que "mantém permanente diálogo com estados e municípios e reforça que nenhuma política pública será interrompida com a medida". A pasta acrescenta que entende que "o cenário epidemiológico permite o encerramento da Espin [Emergência de Saúde Pública de Interesse Nacional], além da alta cobertura vacinal e a capacidade de resposta e assistência do Sistema Único de Saúde (SUS)". (Agencia Brasil)

AMP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF nº 11.988.948/0001-79

ERRATA DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS PARA REDUÇÃO DE CAPITAL - REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2.022 E PUBLICADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2022, NA PÁGINA 9 DO JORNAL O DIA SP.

Na ordem do dia e deliberações – onde se lê: Decidiram os sócios cotistas, unanimemente, aprovar a redução do capital social de R$ 12.260.000,00 para R$ 3.260.000,00 com o cancelamento de 90.000.000 cotas dos sócios, leia-se: Decidiram os sócios cotistas, unanimemente, aprovar a redução do capital social de R$ 12.260.000,00 para R$ 3.260.000,00, com o cancelamento de 90.000.000 cotas dos sócios no valor de R$ 100,00 cada quota, e o pagamento na proporção de suas participações, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, em razão de o valor do capital social ter se tornado excessivo em relação ao objeto da Sociedade.

Dafferner Comércio Exterior Ltda

CNPJ: 50.260.884/0001-91- NIRE: 35200075732

Convocação Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os Sr(a)s Quotistas convocados em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2022, às 10hs, na Rua Itaúna, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ***Ordem do Dia***: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados referentes ao exercício findo em 31/12/2021, b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2021; c) fixação dos honorários da diretoria para 2022. **Walter Carvalho Dafferner** - Sócio Administrador. (14-19-20)

Dafferner S/A Máquinas Gráficas

CNPJ: 61.074.332/0001-05 - NIRE: 35900112126

Convocação Reunião de Acionistas

Ficam os Sr(a)s acionistas convocados a se reunirem em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/2022, com início às 15hs, na Rua Itaúna, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ***ordem do dia***: a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/2021; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2021; c) fixação dos honorários da diretoria. **Walter Carvalho Dafferner** - Diretor Presidente. (14-19-20)

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Uma Empresa do Grupo PRA

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação - Terceira Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários de 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em 1ª convocação, para a Terceira Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Terceira Assembleia"), a se realizar no dia 10 de maio de 2022, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a Cláusula 4.12.1 do Termo de Securitização. Os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade, descritos a seguir, em até 5 (cinco) dias úteis antes da assembleia, para que receba o link de acesso à Assembleia (que será pela plataforma Teams e deve ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário nos e-mails: produtos.bs@grupopra.com e atsecretaria@vortx.com.br. Os documentos necessários para participação: pessoa física serão: cópia digitalizada de documento de identidade do titular do CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI. Os documentos necessários para os demais participantes serão: cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e, cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração.

São Paulo, 14 de abril de 2022

Brazilian Securities Companhia de Securitização

FORTE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 - NIRE 35.300.512.344

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª E 179ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA FORTE SECURITIZADORA S.A.

A FORTE SECURITIZADORA S.A., companhia securitizadora, com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, cj. 41, Vila Olímpia, CEP 04.551-010, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70 ("Securitizadora" ou "Emissora"), nos termos da Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 174ª, 175ª, 176ª, 177ª, 178ª e 179ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização", "Emissão" e "CRI", respectivamente), **CONVOCA** os titulares dos CRI ("Titulares de CRI") para participarem de Assembleia Geral ("EDCR" ou "Assembleia"), a ser realizada, em 2ª convocação, em 05 de maio de 2022, às 14 horas, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, administrada pela Emissora, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("CVM 625"), cujo acesso deve ser feito por meio de link a ser encaminhado aos Titulares de CRI habilitados, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento e envio de instrução de voto a distância previamente à realização do conclave nos termos da CVM 625, para deliberar sobre os assuntos que compõem a seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** a aprovação, ou não, da ratificação dos atos praticados e das medidas adotadas pela Securitizadora no âmbito da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Imobiliários e pelos Fiadores (conforme definidos no Termo de Securitização) ("Cobrança"), o que inclui, mas sem limitação: **(a)** a ratificação da engenharia da Recompra Compulsória realizada no dia 08 de fevereiro de 2022, devido aos Cedentes e Fiadores (conforme definidos no Termo de Securitização) dos Créditos Imobiliários prevista na Cláusula 7.30(i) do Contrato de Cessão em razão do descumprimento, pela Cedente, da obrigação prevista nas Cláusulas 5.37 e 6.6.5 do Contrato de Cessão; **(b)** todos os atos da Securitizadora relacionados à engenharia da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários; **(c)** todos os atos da Securitizadora relacionados ao processo de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pela Securitizadora em face da Cedente e dos Fiadores, que tramita perante a Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP sob o nº 1030745-41.2022.8.26.0100 ("Execução"); **(d)** o pronunciamento, na Corte Centralizadora, do valor correspondente a R$500.000,00, para fins de pagamento de custas que seriam incorridas com a Cobrança e a Execução; **e (e)** eventualmente e ratificação do pagamento aos titulares dos CRI das 174ª, 175ª e 179ª Séries, realizado em 28 de março de 2022, a título de amortização; **(ii)** a prestação de informações a respeito dos CRI e do PS aos Titulares dos CRI; e **(iii)** a autorização, ou não, para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias constantes da Ordem do Dia nos documentos relacionados aos CRI. **Informações Gerais**: Quaisquer documentos e/ou informações relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (www.forte-sec.com.br) e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Documentos de Representação**: A Assembleia será realizada por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, sendo que, para participar da Assembleia, os Titulares de CRI deverão enviar o seu endereço de e-mail, com cópia para o Agente Fiduciário, no endereço eletrônico corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGTOR, observado o disposto na ICVM 625, os seguintes documentos: **i)** quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Titular de CRI; **ii)** quando pessoa jurídica, **i)** último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; **ii)** documentos societários que comprovem a representação legal do Titular de CRI; e **(iii)** documento de identidade válido com foto do representante legal; **c)** quando fundo de investimento, **i)** último regulamento consolidado do fundo; **ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Titulares de CRI; e **(ii)** documento de identidade válido com foto do representante legal; **e d)** caso qualquer dos Titulares de CRI indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação no AGTOR. **Participação e Votação Remota**: A participação e votação dos Titulares de CRI se dará por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devendo ser observados os procedimentos descritos abaixo. Para participar via plataforma eletrônica, os Titulares de CRI interessados devem entrar em contato com a Emissora no e-mail gestao@forte-sec.com.br com cópia para ao Agente Fiduciário, no e-mail corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br para: (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma eletrônica), em formato PDF; e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação no durante o uso da plataforma. O acesso via plataforma eletrônica estará restrito aos Titulares de CRI que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("**Titulares de CRI Credenciados**"). Por questões operacionais, recomenda-se que os Titulares de CRI Credenciados enviem e-mail e documentos, conforme instruções acima, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, mesmo que, caso não seja possível o envio neste prazo, poderão participar da Assembleia os Titulares de CRI que o fizerem até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os convites individuais para admissão e participação na Assembleia serão remetidos aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida no parágrafo acima (sendo remetido apenas um convite individual por Titular de CRI). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Titulares de CRI Credenciados e seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). Caso determinado Titular de CRI não receba o convite individual para participação na Assembleia com pelo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com a Emissora pelo e-mail gestao@forte-sec.com.br ou pelo telefone (11) 4118-0614 ou com o Agente Fiduciário pelo e-mail corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br ou pelo telefone (11) 4118-4235 com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Titular de CRI seja liberado mediante o envio de novo convite individual. A Emissora recomenda que os Titulares de CRI acessem a plataforma eletrônica com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Titulares de CRI Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma eletrônica para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia. A Emissora não se responsabiliza por problemas de conexão dos Titulares de CRI Credenciados, bem como a referência a qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Emissora (*e.g.*, instabilidade na conexão de Titular de CRI com a internet ou incompatibilidade da plataforma eletrônica *Microsoft Teams* com o equipamento do Titular de CRI). **Voto a Distância**: Os Titulares de CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando o correspondente instrução de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para o envio da instrução de voto a distância em sua página na rede mundial de computadores (www.forte-sec.com.br) e na página de rede mundial de computadores na CVM. A instrução de voto deverá (i) estar devidamente e assinalada pelo Titular de CRI que o que representar legal, de forma coletiva ou individual, conforme o caso, e por duas testemunhas, e (ii) conter, no mínimo, 5 (cinco) minutos de

Adolescentes acreditam que voto pode mudar a realidade, diz Unicef

Nove em cada dez adolescentes acreditam que o voto tem poder para transformar a realidade. Além disso, dois em cada três disseram que pretendem votar nas eleições deste ano, segundo pesquisa divulgada na terça-feira (19) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O prazo para que adolescentes tirem o título de eleitor e votem nas eleições deste ano termina no dia 4 de maio.

No Brasil, o voto é obrigatório a partir dos 18 anos de idade, mas adolescentes de 16 e 17 anos e aqueles de 15 anos que completam 16 anos até o dia 2 de outubro – data do primeiro turno das eleições de 2022 – também podem tirar o título de eleitor e participar do processo eleitoral.

Para entender melhor esse público, o Unicef e a organização da sociedade civil Viração Educomunicação realizaram uma pesquisa online com 3,1 mil adolescentes de 15 a 17 anos de todas as regiões do país. Nela, 64% afirmam que vão votar este ano, 21% ainda não sabem dizer e 15% disseram que não vão votar. Quando perguntados sobre a importância dessa participação, nove em cada dez adolescentes afirmam que o voto tem poder para transformar a realidade.

Entre os que disseram que não vão votar neste ano, apenas 10% afirmam que, de fato, não querem votar. Outros 17% disseram que não conseguirão tirar o título de eleitor a tempo e 69% afirmaram não ter idade suficiente. Entre quem disse não ter idade suficiente, havia adolescentes de 15 que não completarão 16 anos até outubro, mas também alguns de 16 e 17 anos, que poderiam votar, mas não tinham essa informação.

Quando perguntados sobre o que pensam a respeito de outros adolescentes e jovens que não tiraram o título, os entrevistados colocam algumas hipóteses. Para 25% dos adolescentes que participaram da consulta pública, o desinteresse pela política institucional é o principal motivo pelo qual tantos jovens ainda não tiraram o título de eleitor. Para 20%, o principal motivo é o pouco conhecimento sobre política e outros 20% acreditam que é por não considerarem que votar seja algo importante.

Além disso, 15% acreditam que a baixa porcentagem de adolescentes aptos a votar se deve ao fato de não se sentirem representados pelos possíveis candidatos e candidatas, 13% por não saberem que podem votar e como tirar título e outros 7% alegaram outros motivos.

A enquete foi realizada virtualmente pelo WhatsApp, Telegram e Facebook Messenger, por meio de um chatbot. A pesquisa faz parte do U-Report Brasil, projeto que conta com mais de 140 mil adolescentes e jovens inscritos. Segundo o Unicef, não se trata de pesquisa com rigor metodológico, mas de consultas rápidas por meio de redes sociais de adolescentes e jovens que se cadastraram na plataforma. (Agencia Brasil)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1028620-75.2018.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tauro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAYARA CARDOSO NUNES, Brasileira, Casada, Assistente Administrativa, RG 40.161.674-5, CPF 417.128.878-90, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança, referente ao imóvel sito à Rua Dom Bento Pickel, 684, casa 05, Casa Verde Alta, São Paulo/SP, por parte de José Dias, alegando em síntese: inadimplência dos aluguéis. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo de presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2022. **[19.22]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1036200-59.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando Rossanez Vaz da Silva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **RICARDO DOS SANTOS**, Brasileiro, Solteiro, Empresário, RG 29.766.536-4, CPF 072.407.035-41, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Educacional Bricor Ltda., objetivando a cobrança de R$ 6.824,29 (agosto/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2022. 20 e 21.04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1003395-87.2017.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barbosa de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JACIL CRISTIANO DOS SANTOS, Brasileiro, Casado, Motorista Rodoviário, CPF 341.211.276-53, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco do Brasil S/a., objetivando a cobrança da quantia de R$ 142.595,35 decorrente de uma abertura de crédito de nº 697.002.611 em 29/01/2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 dias, que fluirá após os 20 dias supra pague o débito atualizado ou ofereça embargos, ficando intimado de que haverá isenção das custas processuais se cumprir o mandado no prazo , nos termos do artigo 701, § 1º do CPC 2015 e honorários advocatícios de cinco por cento (5%) do valor atribuído à causa, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Decorrido o prazo supra, no silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de Março de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0230625-03.2009.8.26.0007 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessandro Cardoso Franca Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SEVERINO DA SILVA, Brasileiro, RG 778.996, CPF 083.329.378-84, com endereço à Rua Antonio Moura Andrade, 521, Bloco 13B - apto 33, Itaquera, CEP 08210-660, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Ordinário por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU, alegando em síntese: "ajuizou ação de Procedimento Sumário, objetivando a Rescisão de Contrato Cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Rua Antonio Moura Andrade, NR: 521 - P.13 B - AP: 033, Conjunto Habitacional SP (Hospital Itaquera), São Paulo-SP, CEP 08210-660, alegando que o réu descumpriu o contrato arrebatado entre as partes, caracterizando inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. A autora requereu a rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse". Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, nos termos da ação proposta e para que, no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2022.

COMARCA DE SÃO PAULO - 30ª VARA CÍVEL CENTRAL - Praça João Mendes s/nº - 10º and. - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 2171-6000 - E-mail: upj26a30cv@tjsp.jus.br - **EDITAL DE CITAÇÃO** Prazo: 20 dias. Proc. nº 1008927-65.2019.8.26.0100. O **Dr. DIEGO BOCUHY BONILHA,** MM Juiz de Direito da 30ª Vara Cível de Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER a SINTERSITE TINTAS E VERNIZES LTDA.** (CNPJ 01.916.465/0001-40); e **SIMONE DA ROCHA BRITO FALCONI** (RG 60.766.422-8; CPF 043.548.094-89), que **TERRANOVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** lhes move ação de **PROCEDIMENTO COMUM,** na qual alegam em síntese: **LB FIXAÇÃO LTDA.**, ajuizou a condenatória de pagamento do débito de R$56.513,21 (jan/2019) a ser atualizado e acrescido das cominações legais e contratuais, decorrente do descumprimento das obrigações previstas nos contratos firmados entre as partes. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTEM** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e cientes de que não havendo manifestação lhes será nomeado CURADOR ESPECIAL. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de março de 2022.

19 e 20/04

FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ - 3ª VARA CÍVEL - Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 148/150 - CEP 05582-000 - Fone: (11) 3721-6399 - E-mail: butantacivel@tjsp.jus.br. **EDITAL de INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0000211-92.2016.8.26.0016**. O MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. **LUCIANE CRISTINA SILVA TAVARES**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a RENATA BERTANTE DO NASCIMENTO DA SILVA**, RG 27.398.129-8, CPF279.452.698-77, que por este Juizo, tramita de uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **JANETE MARTINEZ MORA**. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL** para no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **PAGUE o DÉBITO** de R$129.545,40 (janeiro/2022), a ser atualizado e acrescido das cominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de honorários de 10% (art. 523, § 1º do CPC), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação. Fica ciente também de que não pagando, inicia-se o prazo de **15 dias** para **IMPUGNAÇÃO**, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2022.

20 e 21/04

ABANDONO DE EMPREGO

A empresa **PERFORM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - EIRELI** solicita o comparecimento do **Sr. AILTO SILVA AMARAL**, CTPS 4972584 série 030-BA, no prazo de 3 dias úteis. O seu não comparecimento caracterizará o **ABANDONO DE EMPREGO**, conforme artigo 482, Letra I, da CLT.

19 - 20 e 21/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1017314-45.2021.8.26.0053** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marques, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) proprietário legal do veículo, réus incertos, desconhecidos e eventuais interessados, que RODRIGO VUONO DE BRITO ajuizou ação de Usucapião, objetivando o veículo imp/PACKARD ano 1946 modelo 1946 chassi 680944 motor F502590 cor preta. Alega o autor estar na posse do Veículo de forma mansa e pacífica há mais de 31 anos. Nestas condições expede-se edital para citação da supracitada, para que em 15 dias a fluir do prazo supra, conteste o feito, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de setembro de 2021. **[19.20]**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1002850-43.2016.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Labruna Cabanas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de HUMBERTO LUIZ REIS COSTA (ou HUMBERTO REIS COSTA) e de MARIA REIS COSTA, rep. por SEBASTIÃO JOÃO MENDES e inventariante Dra. Simone Corrêa Marques de Lima, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Zaquel Alves de Oliveira ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Rua Benito Silveira nº 137, Jardim Raposo(antiga São Paulo-SP, CEP: 03929-280, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[19.20]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1014937-93.2017.8.26.0004** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LETÍCIA REGINA VIANA, CPF 342.140.338-41, que Carlos Daniel Ricomine ajuizou ação monitória, para cobrança de R$ 33.023,00 (nov/17), referente aos cheques 850.011, 850.012, 850.006 e 850.010, ag. 4273, cc 19.090-X, Banco do Brasil. Estando a ré em lugar incerto, fica citada a sua CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com isenção de custas, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2022. **[19.20]**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1062995-15.2021.8.26.0002 O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional II Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. Guilherme Augusto de Pereira Barros, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Paula Tretin Porzuna da Varnada, CPF 921.239.469-68, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 39.109,65 (janeiro/2022), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2017. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se o edital de Citação e Intimação da ré, na forma do artigo 701 do Código de Processo Civil, consignando-se que no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art.9) réu(ú) poderá pagar a quantia pedida (hipótese em que ficará isento do pagamento das custas judiciais, mas deverá pagar 05% dos honorários advocatícios) ou ofertar embargos (defesa) por intermédio de advogado, sob pena de não o fazendo ser convertem o mandado monitório em mandado executivo. No prazo de embargos, reconhecendo o crédito e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o devedor requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do parágrafo 5º do artigo 701 do CPC. O prazo de embargos ou pagamento espontâneo é de 15 (quinze) dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados. Inventados na inicial, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 28 de março de 2022. 20 e 21.04

BEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A.
CNPJ – 27.836.175/0001-90 NIRE – 41300297045
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 16ª. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E 5ª. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

BEETOOLS TECNOLOGIA EDUCACIONAL S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Inajá, 390, Centro, Pinhais, Paraná, CEP 83.324-050, convoca seus acionistas para a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, no dia 27 de Abril de 2022, às 17:00 horas, sob a forma semipresencial, ou seja, na sede da Companhia ou por meio da plataforma Zoom, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em AGE: (1) Aprovar o aumento de capital social da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, a serem integralizadas mediante a conversão de aportes efetuados por acionistas em cumprimento a contratos celebrados com a Companhia, disposto acerca do preço de emissão e do prazo a ser facultado a acionistas da Companhia que pretendam subscrever e integralizar novas ações nas mesmas condições aprovadas; (2) Aprovar os boletins de subscrição decorrentes das novas ações a serem emitidas, fixando termos e condições; (3) Declarar o novo quadro de acionistas, após o aumento de capital social; (4) Aprovar a reforma do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para contemplar o aumento de capital social; (5) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; Em AGO: (6) Aprovação das contas da Diretoria. Os documentos relativos aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Extraordinária poderão ser consultados na sede da Companhia, ou mediante solicitação por e-mail para o endereço: guilherme.cooper@beetools.com.br. Os senhores acionistas poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária de forma remota e à distância por meio (a) do prenenchimento e envio à Companhia do Boletim de Voto a Distância; ou (b) do acesso à plataforma Zoom, na data e hora acima mencionadas. O Boletim de Voto à Distância disponibilizado pela Companhia deverá ser preenchido e devolvido à Companhia conforme instruções nele contidas, na hipótese de o acionista optar por exercer seu direito de voto por meio desse instrumento. O modelo de Boletim de Voto à Distância poderá ser solicitado por e-mail à Companhia, no endereço guilherme.cooper@beetools.com.br. No caso de procuração ser de acionista pessoa jurídica, deverá ser apresentada documentação que evidencie os poderes do representante do acionista para participar da Assembleia Geral e votar em nome do acionista, atendidas as demais disposições legais e normativas aplicáveis. Os senhores acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral por meio da plataforma Zoom deverão enviar para a Companhia, por e-mail para o endereço guilherme.cooper@beetools.com.br, ou entregar na sua sede, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início da Assembleia, a documentação contendo da prova de identificação do acionista, bem como documentação que comprove seus poderes para participar de Assembleia Geral da Companhia (no caso de pessoa jurídica), ou instrumento de mandato daqueles acionistas que desejarem se fazer representar por procurador. Os senhores acionistas ficam cientes ainda que a Assembleia Geral Extraordinária será gravada em áudio e vídeo, devendo a gravação ser mantida arquivada na sede da Companhia por, no mínimo, dois anos. A fim de auxiliar os Acionistas presentes, a Companhia fornecerá suporte técnico pelo telefone (41) 3344 - 3333. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de contato, por e-mail para o endereço guilherme.cooper@beetools.com.br.

Curitiba, 18 de abril de 2022.
RAWLINSON PETER TERRABUIO
Diretor Presidente

Noar Brasil Indústria e Comércio S.A
CNPJ n° 36.197.647/0001-00
NIRE nº 35300577086

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os senhores(as) acionistas a se reunirem no dia 29/04/2022, às 10hs, em 1ª convocação, ou na falta do quórum necessário, em 2ª convocação, no mesmo dia, às 10h30, na Av. Álvaro Guimarães, 2502, Bloco B, Sala 02, São Bernardo do Campo/SP para deliberarem sobre as seguintes matérias. **Ordem do dia: Em AGO: 1** – Examinar, discutir e votar nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; e **2** – Eleição dos membros da administração, sendo permitida a reeleição. **Em AGE: 1** – Reforma do Estatuto, com a inclusão de atividades atinentes à tecnologia da informação no objeto social. São Bernardo do Campo, 08/04/2022. **Peter Michael Gottschalk – Diretor.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1029110-83.2017.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível,do Foro Regional I-Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) ADILSON GONÇALVES DE SOUZA, CPF 157.431.898-67, e ENELZA OLIVEIRA DE JESUS, CPF 359.926.078-08,que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Abra Rosa Simões Dias, alegando em síntese ser credora do valor de R$ 32.652,78, decorrente do não pagamento de alugueis fixados no contrato de locação do imóvel sito à Rua Doutôr Almeida Nobre,nº 104, casa 04, Vila Celeste, São Paulo/SP. Estando os executados em lugar ignorado,expede-se edital,para que em 03 dias,a fluir dos 20 dias supra,paguem o débito atualizado,ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30%do valor da execução,inclusive custas e honorários,podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais,acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2021. **[19.20]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0002942-30.2022.8.26.0003. O(A) MM. Juiza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a LUCAS JOSÉ CUCICK GUEDES DA COSTA, CPF 443. 249.678-90, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 48.518,35 (março/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº. 1063199-12.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Siqueira De Pretto, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Maurício Ross Redoral, CPF 082.359.418-13, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 29.995,31 (outubro/2018), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (sento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2022.

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.486/0001-39

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

	2021	2020
Ativo		
Circulante	192.960	187.680
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	189.548	183.701
Imposto a recuperar (Nota 4)	3.412	3.979
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.249	2.067
Depósito judicial (Nota 5)	1.493	1.458
Partes relacionadas	756	609
Total do ativo	195.209	189.747
Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante	1.665	539
Obrigações tributárias	503	19
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))	1.162	520
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	833	695
Patrimônio líquido (Nota 10)	192.711	188.513
Capital social	180.626	178.548
Reserva de lucros	8.744	8.499
Ajustes de avaliação patrimonial	(146)	(92)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10(c))	3.487	1.558
Total do passivo e patrimônio líquido	195.209	189.747

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.894	2.187
Outro componente do lucro abrangente:		
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	(54)	(139)
Resultado abrangente	4.840	2.048

Demonstrações dos resultados

	2021	2020
Despesas operacionais	(240)	(208)
Com pessoal - honorários dos conselheiros	(219)	(638)
Serviços prestados	(859)	(846)
Outras despesas operacionais		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(84)	(74)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e IR	(943)	(920)
Resultado financeiro (Nota 7)		
Receitas financeiras	7.997	4.747
Despesas financeiras	(156)	(693)
Tributos sobre receitas financeiras	(376)	(225)
	7.465	3.829
Lucro antes do imposto de renda	6.522	2.909
Imposto de renda (Nota 8)	(1.628)	(722)
Lucro líquido do exercício	4.894	2.187
Ações em circulação no final do exercício (Nota 10(a))	2.632.790	2.632.790
Lucro por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	1,86	0,83

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4.894	2.187
Lucro líquido do exercício		
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	84	74
Variações monetárias e cambiais	(218)	(230)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	716	81
Partes relacionadas	(113)	(98)
Fornecedores	-	(4)
Obrigações tributárias	484	(16)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	5.847	1.994
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	2.078	5.447
Dividendos distribuídos	(2.078)	(5.447)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.847	1.994
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	183.701	181.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	189.548	183.701

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2019	173.101	8.390	47	-	4.085	185.623
Aumento de capital (Nota 10(a))	5.447	-	-	-	(4.085)	1.362
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(139)	-	-	(139)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.187	-	2.187
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	109	(109)	-	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(520)	-	(520)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(1.558)	1.558	-
Em 31 de dezembro de 2020	178.548	8.499	(92)	-	1.558	188.513
Aumento de capital (Nota 10(a))	2.078	-	-	-	(1.558)	520
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(54)	-	-	(54)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.894	-	4.894
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	245	-	(245)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.162)	-	(1.162)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.487)	3.487	-
Em 31 de dezembro de 2021	180.626	8.744	(146)	-	3.487	192.711

4. Imposto a recuperar: O saldo de imposto a recuperar, no montante de R$ 3.412 (2020 – R$ 3.979), representa o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras.

5. Depósito judicial: No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo (2005.61.82.023250-5) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu foi a Hocabira Ltda. (incorporada pela Companhia em 31/12/2002), que argui débitos de contribuição previdenciária, supostamente auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 935 referente ao processo (2006.61.82.033724-2) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a União exige supostos débitos de imposto de renda retido na fonte. Em maio de 2019 foi proferida sentença extinguindo a Execução Fiscal em razão do cancelamento de parte dos débitos e da conversão em renda de parte dos valores depositados: judicial em montante suficiente para satisfazer a dívida remanescente, sendo devolvido à Neslip o valor atualizado de R$ 792 (principal de R$ 510). O processo ainda possui uma apelação pendente de julgamento que trata de discussão relativa a honorários de sucumbência, no valor principal de R$ 425. Referidos processos ainda estão em fase de tramitação e estão atualizados pela taxa Selic, ao final de abril/2022 e a Companhia, por intermédio de seus assessores jurídicos, baseada na opinião de consultores jurídicos, classifica esses processos como uma contingência com risco de perda possível.

6. Investimento em controlada

(a) Informações sobre o investimento - Sanil S.A. (em 31 de dezembro):

	2021	2020
Percentual de Participação	100%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(833)	(695)
Prejuízo de exercício	(84)	(74)
(b) Movimentação do investimento		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(482)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(139)
Provisão para passivo a descoberto		(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(695)
Variação cambial sobre investimento no exterior		(54)
Provisão para passivo a descoberto		(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(833)

(c) Outras informações relevantes sobre o investimento - A Sanil S.A. é uma sociedade anônima, estabelecida no Uruguai, tendo iniciado suas atividades em 1992. Sua finalidade é desenvolver lotes os tipos de atividades de investimento e/ou posse de qualquer classe de títulos no exterior. O patrimônio líquido da controlada, face a mesma estar vinculada no exterior, foi convertido para reais nas taxas de câmbio vigentes em cada uma das datas-base acima apresentadas das demonstrações financeiras. O resultado de provisão para passivo a descoberto compreende apenas a participação da Companhia nos resultados desses exercícios, registrado como "Receita (despesa) operacional" nas contas da Companhia. Ainda, os efeitos das variações cambiais de cada exercício foram registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

7. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras de depósitos bancários	7.779	4.517
Variações monetárias e ganhos cambiais líquidos	218	230
Receitas financeiras	7.997	4.747
Comissão de fiança	(155)	(692)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Despesas financeiras	(156)	(693)
PIS sobre receitas financeiras	(53)	(31)
COFINS sobre receitas financeiras	(323)	(194)
Tributos sobre receitas financeiras	(376)	(225)
Resultado financeiro, líquido	7.465	3.829

8. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demon

SIMPRESS an HP Company

SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. | CNPJ/MF 07.432.517/0001-07 | NIRE 35.300.343.239

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**438.604**	**293.778**
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.087	15.840
Contas a receber de clientes	4	290.489	177.449
Estoques	5	112.146	90.847
Contas a receber com partes relacionadas	4	404	677
Impostos a recuperar	6	4.677	5.508
Outros créditos		4.801	3.398
Não circulante		**480.854**	**387.517**
Contas a receber de clientes	4	120.755	68.001
Impostos a recuperar	6	25.166	14.588
Tributos de renda e contribuição social diferidos	7	9.125	28.511
Outros créditos	8	17.355	498
Imobilizado	9	260.548	240.559
Intangível	10	15.397	12.631
Direito de Uso	11	41.568	22.727
Total do ativo		**919.458**	**681.236**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**298.296**	**196.766**
Arrendamentos a pagar	11	97.354	53.394
Fornecedores	12	75.147	49.521
Obrigações sociais e previdenciárias	14	37.802	37.587
Contas a pagar com partes relacionadas	15	43.299	22.426
Impostos e contribuições a recolher	16	8.264	4.675
Outras contas a pagar	16	37.433	29.152
Não circulante		**160.828**	**82.969**
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	13	5.347	-
Arrendamentos a pagar	11	163.341	81.708
Provisões para demandas judiciais	17	1.140	1.261
Patrimônio líquido		**459.331**	**401.501**
Capital social	18	414.343	323.919
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	90.424
Reserva de capital		44.988	1.875
Outros/Prejuízos acumulados		-	(14.717)
Total do passivo		**918.455**	**681.236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	890.497	604.994
Custo das locações, serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(680.632)	(466.857)
Lucro bruto		**209.865**	**138.137**
Receitas e despesas operacionais: Despesas administrativas	20	(97.549)	(85.046)
Despesas comerciais	20	(44.676)	(40.123)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	21	13.379	765
Lucro antes do resultado financeiro		**72.019**	**13.733**
Resultado financeiro, líquido	22	(850)	(28.850)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**71.169**	**(15.117)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(7.759)	(2.420)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(19.386)	8.086
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**44.024**	**(9.451)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/prejuízo líquido do exercício	44.024	(9.451)
Total do resultado abrangente	**44.024**	**(9.451)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	71.168	(15.117)
Ajustes por: Depreciação e amortização	104.481	103.558
Baixas do ativo imobilizado	154.301	294.455
Juros sobre empréstimos incorridos e não pagos	1.650	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	19.386	(8.086)
Reversão de provisão para demandas judiciais	(121)	(645)
Provisão de devedores duvidosos	1.394	2.678
Provisão para obsolescência de estoques	15.150	5.533
	367.409	**380.375**
Variações no ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(166.914)	(68.722)
Estoques	(36.450)	(25.688)
Impostos a recuperar	(9.748)	2.360
Outros ativos operacionais	(18.260)	(865)
Fornecedores	25.728	23.616
Partes relacionadas	20.873	3.531
Impostos e contribuições a recolher	(22.877)	(10.493)
Obrigações Sociais e previdenciárias	215	7.108
Arrendamento	208.564	112.859
Outros passivos operacionais	8.276	(14.145)
Juros e variação cambial pagos	(183)	-
Pagamentos de imposto renda e contribuição social	(680)	(375)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**375.953**	**408.561**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível.	(300.313)	(427.224)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(300.313)**	**(427.224)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	90.424
Absorção de prejuízo	13.800	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(131)
Captação de empréstimos e financiamentos	5.171	21.847
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(51.691)
Pagamentos de juros e variação cambial	(12.516)	(20.590)
Pagamento de principal de passivos de arrendamentos	(71.849)	(37.405)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(65.394)**	**2.454**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**10.248**	**(15.209)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**15.840**	**31.049**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**26.088**	**15.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Ágio na subscrição de ações	Outras reservas	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019		**323.919**	**1.849**	**26**	-	-	-	-	**(5.129)**	**320.665**
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	(131)	(131)
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-	90.424	-	90.424
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(9.451)	(9.451)
Saldo em 31/12/2020		**323.919**	**1.849**	**26**	-	-	-	**90.424**	**(14.711)**	**401.507**
Aumento de capital social	18	90.424	-	-	-	-	-	(90.424)	-	-
Absorção de prejuízo	15	-	-	-	-	-	-	-	13.800	13.800
Apropriação do lucro líquido em reservas	18	-	-	-	3.608	2.201	37.304	-	(43.113)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	44.024	44.024
Saldo em 31/12/2021		**414.343**	**1.849**	**26**	**3.608**	**2.201**	**37.304**	-	-	**459.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31/12/2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. ("Simpress" ou "Companhia") fornece soluções corporativas integradas de gerenciamento de documentos através da prestação de serviços, locação e venda de equipamentos. A linha de produtos inclui impressoras, copiadoras, equipamentos multifuncionais, notebooks e celulares, além de acessórios e materiais de consumo para estes equipamentos. A Empresa está sediada em Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, onde também se encontra instalado um centro de distribuição. A Empresa possui filiais nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa catarina, Espírito Santo, Bahia, Paraná, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pernambuco, bem como uma rede de revendedores que fornecem serviços pós-venda em todo o território brasileiro. No dia 01/11/2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a transação de aquisição da Empresa pela HPI Brazil Holdings LLC ("HPI"), cujo contrato foi assinado em 01/11/2017 passando o controle da Companhia para a HP. De acordo com o contrato, a Empresa passou a ser uma subsidiária da HP, continua sua operação de forma independente, mantendo seus clientes, contratos, serviços, funcionários e parceiros de negócios. Nesta mesma data, a HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. ("HPI"), por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos vendeu todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de impressoras da Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (SEDA), as obrigações relacionadas a esta transação foram quitadas em janeiro de 2020. Em 30/09/2019, a HPI por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da Simpress, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio B2C (Business to Consumer) - venda para consumo. Em 01/11/2019, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio B2B (Managed Print Services) - Serviços de Impressão Gerenciada. Em 1º/02/2021, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de DaaS (Device as a Service) - Serviços de locação de PC e Celulares. A estrutura de descaracterizações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 19/04/2021. Impactos do Covid-19: A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa estiveve sujeita durante o exercício de 2020 e 2021 a Administração implantou planos de contingência para lidar com os efeitos do surto de Covid-19, se adequando rapidamente ao novo cenário e seguindo as recomendações governamentais para sair com as atividades de forma segura. Em 2021, com a diminuição do surto supracitado, a Empresa verificou o retorno da atividade operacional aos patamares anteriores, inclusive no volume de produção dos clientes de MPS (Managed Printing Services). Em razão disso, a Administração entendeu que a posição consolidada em 2020 no valor de R$ 9.628 não se realizou e, portanto, optou pela seu desreconhecimento.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiras a valor justo por meio de resultado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas ao longo desta nota explicativa. **2.1.** Conversão de moeda estrangeira. Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa e estão sendo apresentadas em milhares de reais (R$). Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão de contas a pagar aos fornecedores são apresentados na demonstração de resultado como receita ou despesa financeira. **2.2.** Classificação corrente versus não corrente: A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação corrente versus não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido do decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser liquidado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não alteram a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3.** Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que o controle dos bens e serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviço. A receita é apresentada líquida dos descontos, abatimentos e impostos incidentes. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, se for o caso, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i) Receita com venda de mercadorias: A receita de venda de equipamentos de impressão, cópia e imagem e produtos de uso e consumo para estes equipamentos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento na localidade física indicada pelo cliente. ii) Receita com prestação de serviços: A Empresa presta de serviços de manutenção de equipamentos, gerenciamento das operações de impressão e cópias e outros, sendo está considerada uma obrigação de desempenho individual e que é entregue em um momento específico no tempo e a receita é reconhecida baseada nas medições de horas de trabalho incorridas e quantidade de equipamentos, mediante a emissão das faturas na competência. iii) Receita de locação: A receita é resultante de locação de equipamentos de impressão, cópia e imagem, notebooks, desktop e mobile principal atividade desempenhada pela Empresa, estando sujeita a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos uma vez que os contratos possuem componente de arrendamento. Todavia, dentro dos aspectos do CPC 06 (R2), está que o reconhecimento da receita, principalmente quando o contrato contém um componente de arrendamento e um ou mais componentes adicionais de arrendamento ou não arrendamento para ser alocado aplicando o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Os contratos de locação com os clientes possuem característica de arrendamento operacional, uma vez que não são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade do ativo subjacente. A classificação do arrendamento feita na data da celebração do arrendamento e é reavaliada somente se houver modificação no contrato. Para iniciar a locação é necessário que o bem esteja à disposição do cliente (instalado) e a receita será reconhecida e contabilizada de forma linear de acordo com o prazo dos contratos de locação e são mensurados pela quantidade de equipamentos locados e quantidade de cópias e impressões efetuadas seguindo a competência mensal de locação. A receita de locação deém uma parcela variável, a qual está relacionada ao SLA (Service Level Agreement), um desconto dado ao cliente na fatura do mês em que ocorrer o não cumprimento de metas pré-acordadas em contrato entre as partes, a principal delas está relacionada ao tempo para atendimento e solução dos chamados em aberto. iv) Receita financeira: A receita financeira é calculada com base no aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. Os valores de impostos de renda retido na fonte, são recorridos sempre na extensão de que os mesmos se tornam recuperáveis para a empresa. As receitas financeiras são reconhecidas pelo seu valor bruto, sendo que, eventuais encargos relacionados são reconhecidos diretamente no exercício em que forem incorridos. **2.4.** Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a conta da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de alteração de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5.** Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que a Empresa não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor de perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 21). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com a provisão para perdas de contas a receber, aplica abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, em cada data-base, baseando-se sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.6.** Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável quando for possível a determinação pelo custo de compra. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A provisão para obsolescência de estoques é avaliada com base em fatores técnicos, previsões de consumo e período de inatividade do item. A provisão pode variar de 25% a 100%, considerando a perda esperada obtida através dos aspectos avaliados. **2.7.** Imobilizado: O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado abaixo. **Anos:** Máquinas, aparelhos e equipamentos de informática em locação, 4; Móvel (Smartphones e tablets), 2; Outros imobilizados em uso próprio, 5-10; Veículos, 5. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Os ganhos e perdas resultantes da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, se apropriado, no encerramento de cada exercício. **2.8.** Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por licenças de uso de softwares para uso próprio e para gerenciamento dos equipamentos locados, adquiridos com ou sem acompanhamento de atualizações de versões e são classificados pela Administração como intangíveis com vida útil definida e são amortizados ao longo da vida útil -econômica. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.9.** Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment"): A Administração verificou anualmente a existência de eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou que o valor contábil possa não ser recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo. **2.10.** Arrendamentos: A Empresa avalia no início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato proporciona o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Empresa como arrendatário: A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo. • Imóveis: 5 a 10 anos; • Veículos automotores: 3 a 5 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que ocasiona o pagamento ocorrer. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícito no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos de arrendamento (por exemplo, pagamentos em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra de ativo subjacente. Arrendamento de curto prazo e de baixo valor: A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Empresa como arrendador: Arrendamentos para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do período em que são ganhos com base em dados específicos, quando a Empresa é um arrendador intermediário, são contabilizadas seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. **2.11.** Tributos sobre lucros, sobre receitas, serviços prestados e sobre as mercadorias: As receitas de locação estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Seguridade Social (COFINS) - 7,6%; As receitas de venda estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) - 14% (alíquota média devido à Empresa atuar em diferentes estados); As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Seguridade Social (COFINS) - 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) – 7,6%. As receitas estão apresentadas líquidas destes encargos na demonstração do resultado. Os custos de locação, serviços prestados e produtos vendidos são apresentados líquidos dos créditos decorrentes do pis não cumulatividade do PIS e COFINS na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - Correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido da alíquota de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, partindo e incluídos os lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou receitas de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser então utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada em o período em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal de contratual para compensar o ativo fiscal corrente e passivo fiscal e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.12.** Benefícios a empregados: Os benefícios concedidos aos empregados e administradores da Empresa incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remuneração variável como participação nos lucros, bônus e plano de assistência médica. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Empresa tem uma obrigação com base em regime de competência, a medida que são incorridos. Adicionalmente, a Empresa oferece benefícios de curto prazo. **2.13.** Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração as fluxos de caixa contratuais e as taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou ajuste. **2.14.** Julgamentos, estimativas e pressupostos contábeis significativos: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam o valor apresentado de receitas, custos, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa à essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Impostos a recuperar: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e o montante e a época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderão gerar obrigações de impostos e despesas de impostos já registrada. A Empresa constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças podem originar outros assuntos em período sujeito a fiscalização. Como, a incerteza relativa à essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Impostos a recuperar: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e o montante e a época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderão gerar obrigações de impostos e despesas de impostos já registrada. A Empresa constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças podem originar outros assuntos em período sujeito a fiscalização. Como, a incerteza relativa à essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados para estas técnicas se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisões: Provisões para contingências e outros compromissos são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente legal ou obrigação constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada, levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo quando se espera que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser desembolsados para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesa financeira". **2.15.** Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros. Os principais ativos financeiros da Empresa, referem-se a contas a receber de clientes, outras contas a receber, depósitos a vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem caixas e equivalentes e contas a receber de clientes, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que

continuação...

	De 10% a 33%	33%	33%	
	(2.128)	(418)	-	(2.544)
Despesa de Amortização no Período	(2.535)	(835)	-	(3.370)
Baixa por Alienação	878	-	-	878
Saldos em 31/12/2020	**(3.785)**	**(1.251)**	**-**	**(5.036)**
Despesa de amortização no Período	(606)	(999)	(4.337)	**(5.942)**
Baixas por alienação	546	-	1.537	**2.083**
	(3.845)	**(2.250)**	**(2.800)**	**(8.895)**
Saldos em 31/12/2020	**9.000**	**1.287**	**12.380**	**22.727**
Saldos em 31/12/2021	**8.574**	**374**	**32.960**	**41.908**

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo.

Valor	Imóveis R$	Veículos R$	Equipamentos R$	Andamento R$	Total R$
Saldos em 1º/01/2020	**14.442**	**1.637**	**43.570**	**-**	**59.649**
Juros	725	342	4.961	-	6.028
Adições por novos Contratos	1.439	146	94.106	86.667	182.358
Contraprestação Paga	(2.823)	(956)	(30.304)	-	(34.083)
Baixas término Contratos	-	-	(1.504)	(74.287)	(75.791)
Ajuste de taxa	(2.799)	105	(2.783)	2.418	(3.059)
Saldos em 31/12/2020	**10.984**	**1.274**	**108.046**	**14.798**	**135.102**
Juros	1.235	82	11.857	737	13.911
Adições por novos contratos (i)	119	87	177.682	173.006	350.894
Contraprestação paga	(2.437)	(1.029)	(73.753)	(7.146)	(84.365)
Baixas término contratos	-	-	(790)	-	(790)
Transferência para clientes	-	-	-	(149.462)	(149.462)
Ajuste de taxa	-	-	(4.595)	-	(4.595)
Saldos em 31/12/2021	**9.901**	**414**	**218.447**	**31.933**	**260.695**
Circulante					**97.354**
Não circulante					**163.341**

(i) Novos contratos são reconhecimentos e avaliados ao valor presente das contraprestações futuras devidas. A Empresa utiliza a taxa de desconto determinada pela sua controladora, que varia entre 0,51% e 0,99% ao mês. Ao término de 2021, a Empresa realizou um teste de sensibilidade considerando a taxa de desconto utilizada e a taxa de captação no mercado (incorporada de todos os fatores de risco), não se identificou diferenças relevantes no saldo reconhecido. No quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no BP em 31.12.2021:

Maturidade dos contratos	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Andamento	Total
Vencimento das prestações					
2022	414	2.268	102.912	8.170	113.764
2023	12	2.214	84.888	11.366	98.480
2024	-	2.098	42.129	10.374	54.601
2025	-	2.080	10.587	7.031	19.698
2026	-	2.080	-	-	2.080
2027	-	2.027	-	-	2.027
2028	-	1.505	-	-	1.505
2029	-	66	-	-	66
Valores não descontados	**426**	**14.338**	**240.516**	**36.941**	**292.721**
Juros embutidos	(11)	(4.437)	(22.070)	(5.008)	(31.526)
Saldo de passivo de arrendamento 31/12/2020	**415**	**9.901**	**218.446**	**31.933**	**260.695**
Arrendamento CP	**(403)**	**(1.157)**	**(89.918)**	**(5.885)**	**(97.353)**
Arrendamento LP	**(12)**	**(8.744)**	**(128.536)**	**(26.048)**	**(163.340)**

12. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores internacionais	756	1.925
Fornecedores nacionais (i)	74.391	47.596
	75.147	**49.521**

(i) O principal fornecedor nacional é a Finetronics International tecnologia Ltda. com saldo em aberto no montante de R$7.078 em 31/12/2021 (R$35.558 em 2020). Sobre as contas a pagar a fornecedores nacionais não incidem juros e geralmente são liquidados em prazo não superior a seis meses.

13. Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas

No quadro a seguir, apresentamos o saldo da dívida em 31/12/2021:

Modalidade	Credor	Moeda	Data da contratação	Principal	Encargos financeiros	Vencimento	2021	2020
Capital de Giro	HP Brasil Ind e Com	R$	27/07/2021	5.171	7,8858% a.a.	30/06/2022	5.347	-
Circulante							-	-
Não circulante							5.347	-

(1) A Empresa não espera liquidar o empréstimo contratado com a sua controladora na data de vencimento, sendo assim optou por reconhecer a obrigação em seu passivo não circulante. No quadro abaixo, apresentamos a movimentação dos empréstimos no ano de 2021:

Movimentação	HPI Brazil Holdings LLC.
Saldo em 31/12/2020	-
(+) Adições	5.171
(+) Juros	176
Saldo em 31/12/2021	**5.347**

14. Obrigações sociais e previdenciárias

	2021	2020
Provisão para participação no resultado	15.839	16.309
Provisão de férias e encargos sociais	14.661	13.583
Encargos sociais a recolher	3.141	3.090
Outras	4.161	4.605
	37.802	**37.588**

15. Transações com partes relacionadas

Remuneração e benefícios de pessoal-chave da Administração. A Empresa considerou como "Pessoal-chave da Administração", os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente e financeiro, relações com investidores e superintendente, e os membros do conselho de administração e fiscal. Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática a concessão de assistência médica, seguro de vida, participação nos lucros. O valor da remuneração e benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração foi de R$3.995 em 31/12/2021 (R$3.207 em 31/12/2020). Saldos e transações. O saldo de contas a pagar com partes relacionadas em 31/12/2021, no montante de R$43.299, refere-se a aquisições de máquinas copiadoras, impressoras e outras adquiridas da HP Printing Sea (Shandong) CO.,LTD, HP Brasil e HP Panamá Sales And Distribution, S. De R.L, registradas no estoque que serão destinadas para locação ou venda. Os investimentos adquiridos no decorrer do exercício compõem estoques e serão utilizados na operação sendo reconhecido no custo no momento da venda ou do serviço prestado. Em dezembro de 2021 a Simpress cedeu a HPI Brazil Holding LLC obrigações a pagar no montante de US$ 2.500 (R$ 13.800) devido a HP Panamá Sales and Distribution. Conforme previsto no *FY22 Brazil Funding Plan* o valor cedido foi contabilizado no balanço da Empresa para absorção de prejuízos. Aquisição e venda de negócios: Conforme mencionado na forma mais detalhada na Nota 15, durante o exercício findo em 31/12/2020 a Simpress realizou a venda do negócio de B2C (Business to Consumer) para a HPI no montante de R$3.960, que por sua vez vendeu à Simpress seu até então negócio de MPS (Managed Printing Services) pelo montante de R$23.861. Na transação de compra do negócio de MPS a Simpress passou a ser arrendatária por meio de cessão dos contratos de arrendamento de equipamentos de impressão vigentes na data da transação. Os detalhes dos valores de arrendamento podem ser verificados na Nota 10. Durante o exercício findo em 31/12/2021 a Simpress realizou a venda do DaaS (Managed Printing Services) da HPI e recebeu, pela compra, o montante de R$688. Na transação de compra do negócio de DaaS a Simpress passou a ser arrendatária por meio de cessão dos contratos de arrendamento de PC e Notebooks vigentes na data da transação. Os detalhes dos valores de arrendamento podem ser verificados na Nota 10. Cessão de crédito e absorção de prejuízo: Em 08/12/2021, a HPI Brazil Holdings LLC assumiu saldo de dívida da Simpress com a HP Panamá no valor de US$ 2.500 (R$ 13.800). Como ato subsequente do mesmo dia, foi realizado ato societário, em que a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. realizou a emissão de nota promissória em favor de sua quotista HPI Brazil Holdings, LLC, no mesmo montante. A Administração da Empresa, tendo como base as políticas internas quanto à manutenção de estrutura de capital adequada às suas operações, recomendou, no mesmo dia, a baixa da conta corrente de sócio quotista com redução de prejuízos acumulados (vide nota 17).

16. Outras contas a pagar

	2021	2020
Adiantamento de clientes	1.808	658
Outras provisões	11.143	4.204
Contas a pagar por aquisição de empresas (i)	23.985	23.985
Outras contas a pagar	39	156
Sinistros a pagar	458	154
	37.433	**29.157**

(i) A Administração tem expectativa de liquidar o valor em aberto com a HP até o final do exercício de 2022. Contas a pagar por aquisição de empresas: No dia 1º/11/2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou a transação de aquisição da Companhia pela HPI Brazil Holdings LLC ("HP"), cujo contrato foi assinado em 1º/11/2017 passando o controle da Companhia para a HP. De acordo com o contrato, a Companhia passa a ser uma subsidiária da HP e continua sua operação de forma independente, mantendo seus clientes, contratos, serviços, fornecedores e equipe de negócios. Nesta mesma data, a HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. ("HPI"), por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos vendeu todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de impressoras do Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. (SEDA) no montante de USD 4.618 (R$15.102 em 2019 e R$18.109 em 2018), as obrigações relacionadas a esta transação foram quitadas em janeiro de 2020. Em 30/09/2019, a HPI por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da Simpress, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de B2C (Business to Consumer) - venda para consumo pelo montante de R$3.960 o pagamento foi realizado em novembro de 2019. Em 1º/11/2019, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de MPS (Managed Printing Services) - Serviços de Impressão Gerenciada pelo montante de R$23.984 onde a previsão de pagamento é para o exercício de 2021, vide abertura do acervo líquido abaixo.

Acervo MPS Business HPI	R$
Ativo	
Estoque	24.992
Adiantamento 13º Salário	389
Custo diferido - Curto Prazo	1.804
Ativo imobilizado - Uso próprio	984
Ativo imobilizado - Locação	368
Ativo Imobilizado - Direito de uso	45.126
Total dos ativos	**73.663**
Passivo	
Arrendamentos	46.120
Encargos de folha de pagamento	3.278
Provisão para garantia	1.236
Total dos passivos	**50.634**
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	23.029
Total a pagar	**23.985**
Ágio na operação	956

Em 1º/02/2021, a Simpress por meio de Acordo de Compra e Venda de Ativos adquiriu da HPI, todos os ativos tangíveis e intangíveis, bem como passivos relacionados ao negócio de DaaS (Device as a Service) - Serviços de Locação de PC e Celulares, vide abertura do acervo líquido abaixo.

Acervo DaaS Business HPI	R$
Ativo: Ativo Imobilizado	32
Direito de uso	29.635
Total dos ativos	**29.667**
Passivo: Arrendamentos a pagar	30.176
Obrigações sociais e previdenciárias	51
Total dos passivos	**30.227**
Total dos passivos identificáveis líquidos ao valor justo	560
Total recebido	**689**
Deságio na operação	129

17. Provisão para demandas judiciais

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais e administrativas em tribunais e entidades do governo, que surgem do curso normal de suas operações. Provisões são feitas quando a perda é considerada provável, resultando em uma provisão em 31/12/2021 de R$1.140 (2020 - R$1.261), sendo que não há expectativa de saídas de recursos para os casos valores já se encontrava depositado judicialmente (2021 - R$99 e 2020 - R$179). A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31/12/2021.

Provisões no início do exercício - 31/12/2020	2021	2020
	1.261	
Adições	535	
Reversões	(36)	
Pagamentos	(274)	
Provisões no final do exercício - 31/12/2021	**1.140**	
Depósitos judiciais relacionados	(99)	
Saldo de provisões líquidas dos depósitos	**1.041**	
Não circulante	**1.041**	
Circulante	**-**	

A Empresa tem ações de naturezas tributária, cível, trabalhista e do consumidor envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa abaixo:

	2021	2020
Contingências tributárias	55.411	150.820
Contingências trabalhistas	1.568	640
Contingências cíveis	282	1.132
Contingências do consumidor	-	32
	57.261	**152.684**

A Empresa atualiza as ações de natureza trabalhista utilizando como base a taxa de 1% ao mês. Tendo em vista os recentes julgados, realizou uma análise acerca da aplicabilidade da taxa mencionada e concluiu não haver diferenças entre a atualização considerada e a atualização determinada pelo STF (IPCA).

18. Patrimônio líquido

Capital social: O capital social da Empresa é de R$414.343 (2020 - R$323.919), equivalente à 414.343 quotas (2020 - 323.919 quotas). Reservas legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Reserva de incentivos fiscais: A Empresa destinou o valor de R$ 3.608 para a reserva de incentivos fiscais, relativo a receita de subvenção verificada a partir do benefício fiscal de ICMS que a empresa é detentora no Estado do Espírito Santo.

19. Receitas

	2021	2020
Receita bruta de locação (i)	393.283	327.120
Impostos sobre as locações	(43.569)	(32.934)
Descontos concedidos	(8.275)	(6.574)
Receita líquida de locação	**341.439**	**287.610**
Receita bruta de venda de mercadorias	362.545	169.738
Impostos sobre as vendas de mercadorias	(56.815)	(20.840)
Devoluções de vendas de mercadorias	(7.767)	(13.819)
Descontos de vendas de mercadorias	(1.671)	(789)
Receita líquida de vendas de mercadorias	**296.292**	**134.290**
Receita bruta serviços prestados	278.931	212.785
Impostos sobre serviços prestados	(26.171)	(19.686)
Receita líquida de prestação de serviços	**252.760**	**193.099**
Total receita operacional líquida	**890.491**	**614.999**

(i) Receita líquida dos custos incorridos sob os componentes dos contratos de prestação de serviços que se enquadram conforme CPC 06 (R2) como subarrendamento financeiro. Durante o exercício findo em 31/12/2021, o montante relativo à receita e custos dos contratos de subarrendamento foi de R$777.730 (R$33.108 em 2020).

20. Custos e despesas por natureza

	2021							
	Custos			Despesas				
	Custos das mercadorias vendidas	Custos das locações e serviços prestados	Administrativas	Comerciais	Total
Pessoal	-	(85.576)	(66.472)	(24.930)	(176.978)
Custo de mercadoria vendida	(262.497)	-	-	-	(262.497)
Matérias consumíveis	-	(150.660)	-	-	(150.660)
Depreciação	-	(95.301)	(3.165)	(74)	(98.540)
Amortização de arrendamento	-	(9.348)	(1.075)	(690)	(11.113)
Serviço de manutenção de equipamentos	-	(14.765)	(473)	(257)	(15.495)
Custo com transportes	(5.730)	(28.450)	-	-	(34.180)
Serviços de terceiros	-	(19.208)	(15.523)	(291)	(35.022)
Comissões sobre vendas	-	-	(54)	(16.947)	(17.001)
Aluguel de máquinas, equipamentos e imóveis	-	(2.606)	(548)	(450)	(3.604)
Armazenagem	(2.384)	(4.334)	-	-	(6.718)
Viagens e locomoção	-	(3.794)	(703)	(164)	(4.661)
Custo de importação	(2.765)	(5.381)	-	-	(8.146)
Energia elétrica	-	(132)	(173)	(38)	(343)
Telefonia e telecomunicações	-	(278)	(459)	(59)	(796)
Provisão cível	-	-	-	-	-
Despesas com marketing, propaganda e publicidade	-	(574)	(1.124)	-	(1.698)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1)	4.152	(2.780)	(776)	(4.405)
Total	**(273.377)**	**(416.255)**	**(97.549)**	**(44.676)**	**(831.857)**

	2020				
	Custos		Despesas		
	Custos das mercadorias vendidas	Custos das locações e serviços prestados	Administrativas	Comerciais	Total
Pessoal	-	(74.689)	(55.233)	(24.624)	(154.546)
Custo de mercadoria vendida	(99.573)	-	-	-	(99.573)
Matérias consumíveis	-	(133.220)	-	-	(133.220)
Depreciação	-	(94.375)	(3.079)	(62)	(97.516)
Amortização de arrendamento	-	(4.696)	(2.416)	(714)	(7.826)
Serviço de manutenção de equipamentos	-	(9.947)	(425)	(187)	(10.559)
Custo com transportes	(2.922)	(17.963)	-	-	(20.885)
Serviços de terceiros	-	(14.081)	(12.288)	(399)	(26.768)
Comissões sobre vendas	-	-	-	(12.637)	(12.637)
Aluguel de máquinas, equipamentos e imóveis	(2.208)	(570)	(399)	-	(3.177)
Armazenagem	(1.888)	(4.297)	-	-	(6.185)
Viagens e locomoção	-	(2.969)	(894)	(210)	(4.073)
Custo de importação	(1.593)	(3.653)	-	-	(5.246)
Energia elétrica	-	(132)	(205)	(35)	(372)
Telefonia e telecomunicações	-	(383)	(300)	(72)	(755)
Provisão cível	-	-	(9.628)	-	(9.628)
Despesas com marketing, propaganda e publicidade	-	(125)	(1.375)	(20)	(1.520)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2)	1.779	1.367	(764)	2.380
Total	**(105.978)**	**(360.878)**	**(85.046)**	**(40.123)**	**(592.026)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da **Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda.**

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para realizá-lo e não tenha alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da sua perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época das trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034513/O-6

Vanessa Martins Bernardi
Contadora CRC-1SP244569/O-3

21. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	2021	2020
Receita de venda de ativo de locação	4.172	2.680
Recuperação de Crédito (Exclusão ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS)	6.982	-
Despesas com royalties (CIDE)	(1.456)	-
Receita de sinistro	1.292	-
Multa de estravio e perdas de equipamento	1.124	-
Reembolso de despesas contratuais (Escrow)	1.333	-
Outras receitas de aquisição	-	(1.865)
Outros	(68)	(50)
	13.379	**765**

22. Resultado financeiro, líquido

Despesas financeiras	2021	2020
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(376)	(2.512)
Ajuste a valor presente (i)	(2.760)	(1.088)
Outras despesas financeiras	(417)	(260)
	(3.573)	**(3.860)**
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	716	419
Juros ativos	1.904	634
	2.620	**1.073**
Variação cambial, líquida (ii)	(10)	(26.063)
	(950)	**(28.850)**

(i) Valores de ajuste a valor presente possui montantes de juros com arrendamentos adquiridos com as financeiras HPFS e Banco Daycoval em 2021 no montante devedor de MR$ 12.755 que são repassados aos clientes no valor credor de MR$ (11.845). (ii) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros. Em 2020 a empresa liquidou empréstimo em moeda estrangeira no montante de R$ 50.434, para 2021 não houve variações cambiais relacionado a transações com empréstimos.

23. Instrumentos financeiros e análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Considerações gerais: Os principais passivos financeiros da Empresa, referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para investimentos de capital e pela própria operação da Empresa. Os principais ativos financeiros da Empresa, referem-se a contas a receber de clientes, outras contas a receber, depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Empresa por categoria em cada uma das datas apresentadas.

Ativos	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	26.087	15.840
Contas a receber de clientes	411.244	245.450
	437.331	**261.290**
Passivos		
Ao custo amortizado: Empréstimos e financiamentos	5.347	-
Fornecedores	75.147	49.521
Contas a pagar com partes relacionadas	43.299	22.426
Obrigações sociais e previdenciárias	37.802	37.587
	161.595	**109.534**

Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, derivativos e aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado. Risco de crédito: A política de venda de seus produtos da Empresa está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se suplicar. O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Empresa e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra de clientes. O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Empresa efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise de setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado de cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômico-financeira atual e suas perspectivas para o futuro. A carteira de recebíveis da Empresa é diversificada, a individualidade dos clientes assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência das contas a receber. Em 31/12/2019 a Empresa procedeu à avaliação do IFRS 9 CPC48 e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, como resultado na aplicação deste pronunciamento. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Empresa possui uma política de prazo que possibilita oferecer parcelamentos com o seu cliente no prazo de curto e longo prazo. A Empresa acompanha o risco de escassez de recursos por meio do planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Empresa é manter o saldo entre a continuidade dos recursos de caixa e aplicações financeiras e a flexibilidade através dos empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com liquidez imediata para administrar o risco de liquidez. Os recursos excedentes são investidos apenas em contraportes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contraportes é revisado anualmente pela administração da Empresa e pode ser atualizado ao longo do ano, e que está sujeito à aprovação da Administração. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A Empresa gerencia estes riscos investindo em uma carteira diversificada e de primeira linha de instituições financeiras. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Empresa monitora o capital com base no índice de endividamento financeiro. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAIDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**44.024**	**(9.461)**
Imposto de renda e contribuição social	(27.144)	5.665
Depreciação e amortização	104.481	116.286
Resultado financeiro	(851)	(28.850)
Lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações	**120.510**	**83.650**
Depreciação e amortização	(104.481)	(116.286)
Lucro antes dos impostos e juros	**16.029**	**(32.636)**

24. Seguros

A Empresa mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para cobrir riscos de responsabilidade civil (operação e prestação de serviço de montagem, assistência técnica e manutenção) e risco de transporte (Nacional e Internacional). A cobertura em 31/12/2021 e 2020 está apresentada abaixo:

	2021	2020
Danos materiais	1.000	1.000
Risco de engenharia	1.000	1.000
Responsabilidade Civil	1.000	1.000
Risco de transporte	11.160	10.393

25. Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras foram preparadas baseado nas condições existentes em 31/12/2021 e consideram qualquer evento relevante que ocorra subsequente a essa data, que provê evidência de condições que existiram no final do período de apresentação.

DIRETORIA

Vittorio Daneci
Diretor-Presidente
Fernando José Coutinho Martins
Diretor Financeiro
Geiza Tristão Cesarini de Palma
Contadora - CRC 1SP 223.417/O-0

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS
CNPJ/MF nº 54.224.423/0001-14 - NIRE 353 0006926 9
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da **PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS** convocados a comparecer às Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 30 de abril de 2022, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Honório Soares, nº 80, Centro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2022, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma das lei; **2 – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) confirmar decisão abaixo e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante: a) ao capital social; b) Capítulo III Administração – Artigo 12º; (iii) proposta de correção da remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembléias, mediante apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail acionista@pinhalense.com.br até as 12:00 horas do dia 29 de abril de 2022; (iii) as Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto.
Espírito Santo do Pinhal-SP., 13 de abril de 2022

João Paulo Cipoli Viegas
Diretor Financeiro/ RH

"FASPAR S/A. - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES"
CNPJ (MF) nº 61.590.430/001-06 - NIRE nº 35.300.146.225
Extrato da Ata de 15ª. Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada aos 15 de Fevereiro de 2022

Data e Hora: 15/02/2022, às 14 hrs; **Local:** Sede Social, em Valinhos, SP; **Conselheiros e Diretores Presentes:** Conselheiros Administrativos Presentes: Totalidade dos atuais membros integrantes do Conselho Administrativo, eleitos de conformidade com deliberação tomada no transcorrer da Ata da 26ª. AGO e 39ª. AGE realizadas cumulativamente nesta mesma data, às 10 hrs; Diretores Presentes: Valmik Antonio Mamprin, José César Trivellato e Antonio Romildo Rovere; **Forma de Convocação e Ordem do Dia:** Dispensada a convocação formal por

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

Relatório da Administração 2021

DESTAQUES

- As vendas comparáveis do Sistema Arcos Dourados tiveram um aumento de aproximadamente 22,4% no total do ano, mesmo considerando os efeitos da pandemia COVID-19 que impactaram negativamente os primeiros meses de 2021, onde tivemos a continuidade de fases de *lockdown* e quarentena em alguns municípios.
- Estas vendas foram alavancadas pelos segmentos de *Drive-Thru* e *Delivery*, que tiveram crescimento expressivo sobre o ano anterior.
- A Plataforma Digital foi um forte impulsor das vendas do ano, com forte crescimento nos pedidos por meio de aplicativos, no segmento de *Delivery* e marketing digital.
- Ampliamos o Programa McProtegidos em todos nossos restaurantes no país, fortalecendo nossos procedimentos de higiene e segurança alimentar para garantir a segurança dos nossos funcionários, clientes e alimentos.
- Além de cuidar das nossas pessoas mantivemos um plano de redução de custos, despesas e investimentos, bem como a iniciativa de gestão de caixa como proteção da viabilidade do negócio.
- Mesmo em virtude da necessidade de redução das saídas de caixa, a Companhia optou por retomar o processo de investimento em expansão e modernização de seus restaurantes partindo de R$214,4 milhões em 2020 para R$264,5 milhões em 2021, com o objetivo de manter sua expansão e consolidação de sua posição no mercado.
- Em 2021, tivemos um lucro líquido de R$184,7 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R$218,2 milhões em 2020.

	2021	2020	Variação
Destaques Financeiros (em R$ mil)			
Receita Operacional Líquida	4.970.154	4.016.237	953.917
Resultado Operacional	730.269	178.186	552.083
Lucro Líquido	184.673	(218.205)	402.878
Destaques Operacionais			
Total de Restaurantes Próprios	**631**	**610**	**21**
Restaurantes *In Store + Free Standing*	366	341	25
Restaurantes *Food Court + Mall Store*	265	269	(4)
Total de Restaurantes Franqueados	**420**	**410**	**10**
Restaurantes *In Store + Free Standing*	224	212	12
Restaurantes *Food Court + Mall Store*	196	198	(2)
Vendas comparáveis (mesmos restaurantes)	**22,4%**	**-21,8%**	**44,2 pp**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi mais um ano impactado pela pandemia, mas que terminamos mais fortalecidos. Continuamos focando em ações certeiras e fizemos ajustes necessários, sempre com o objetivo de proteger o negócio e, claro, as nossas pessoas, sejam clientes ou funcionários.

Seguimos com as ações que inspiram confiança no consumidor, como o McProtegidos, programa de segurança e higiene, e as iniciativas socioambientais de nossa plataforma ESG, chamada Receita do Futuro. Entre elas está o McDia Feliz, que mesmo em um cenário ainda desafiador, teve, em 2021, crescimento de 13% na arrecadação em relação à edição anterior, arrecadando R$22,5 milhões, que foram destinados às iniciativas conduzidas pelo Instituto Ronald McDonald, que promove a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes com câncer e suas famílias, e pelo Instituto Ayrton Senna, que contribui para ampliar oportunidades para os jovens por meio da educação.

A estratégia focada nos 3Ds, na qual olhamos cada vez mais para o *Digital*, *Delivery* e *Drive-Thru*, continua sendo extremamente importante para o crescimento da Companhia e encontramos oportunidades de usar a tecnologia para nos aproximarmos mais ainda do consumidor. Além disso, continuamos evoluindo nosso cardápio para atender as demandas e necessidades dos diversos públicos - esse ano, por exemplo, anunciamos a substituição de corantes e aromatizantes dos produtos do McLanche Feliz.

Por fim, tivemos um desempenho de vendas nos últimos meses do ano passado, culminando em mais de R$1 bilhão em vendas brutas em dezembro, recorde para a divisão no quarto trimestre. Sem dúvidas, terminamos 2021 mais preparados para os desafios que ainda vem pela frente e com resultados financeiros positivos.

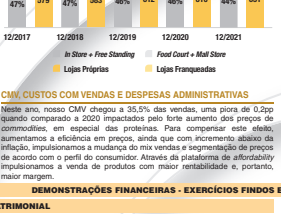
VENDAS E REDE DE RESTAURANTES

Conforme reportado, em 2021 recuperamos nosso crescimento na receita em 23,8%, reduzindo o impacto da pandemia COVID-19 que nos afetou em 2020. As vendas comparáveis em todo o sistema cresceram 22,4%, com uma melhora ao longo do ano do segundo trimestre. Trimestralmente, tivemos vendas comparáveis de -9,7%, +65,9%, +36,1% e +18,3%, em ordem cronológica.

Em 2021, retomamos nosso plano de expansão, mesmo com um início do ano desafiador de retomada. Desta forma, retornamos as aberturas, conforme demonstramos no quadro abaixo. Como podemos observar, investimos nossa energia em maior participação de lojas *Free Standing*, cujo retorno em venda líquida foi positivo ao longo do ano quando comparado com 2020.

Em relação aos restaurantes *In Store* e os localizados em *shoppings* (denominados *Food Court + Mall Stores*), tivemos ao longo do primeiro trimestre uma queda na venda líquida, mas devido à recuperação acentuada ao longo dos demais meses do ano de 2021, apresentaram uma variação positiva de 40,7% nesta mesma linha de análise quando comparado às vendas de 2020.

Ampliamos significativamente as vendas por meios digitais em 2021, como *Delivery*, com a implementação de novas funcionalidades, como a capacidade de interagir com a marca pelo *Whatsapp* ("MéquiZap"), e o "Méqui sem Fila", permitindo a compra e pagamento adiantados do pedido, para retirada em loja. O incremento de vendas através daquele canais nos auxiliou a manter o nível durante os primeiros meses do ano de 2021.



CMV, CUSTOS COM VENDAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Neste ano, nosso CMV chegou a 35,5% das vendas, uma piora de 0,2pp quando comparado a 2020 impactados pelo forte aumento dos preços de *commodities*, em especial das proteínas. Para compensar este efeito, aumentamos a eficiência em preços, ainda que com incremento abaixo da inflação, impulsionamos a mudança do mix vendas e segmentação de preços de acordo com o perfil do consumidor. Através da plataforma de *affordability* impulsionamos a venda de produtos com maior rentabilidade e, portanto, maior margem.

Neste mesmo período, nossas despesas com vendas alcançaram 44,3% das vendas, uma redução de 6,3pp quando comparado aos valores de 2020 (50,6%). Este impacto decorre principalmente da retomada das vendas nas lojas que ficaram inoperantes durante a pandemia, fazendo com que a participação das despesas fixas dentro das despesas com vendas caminhassem para sua normalização. Com o avanço do *Delivery*, a Companhia amplia também as despesas com taxas dos operadores deste segmento ("*take-rates*").

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R$359 milhões, um aumento de R$71,4 milhões, ou de 0,1pp, quando comparado a 2020. Este aumento foi resultado principalmente da retomada das operações da Companhia comparativamente ao ano de 2020, fortemente impactado pela pandemia.

ENDIVIDAMENTO

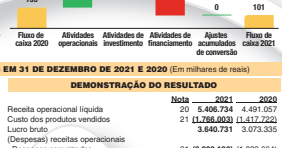
Influenciado pelas melhorias no cenário macroeconômico, o endividamento da Companhia apresentou melhoria no ano de 2021 em relação ao ano anterior, especialmente por não haver mais a necessidade de captação de caixa para a superação do momento inicial da pandemia. Desta forma, e considerando conjuntamente os endividamentos com instituições financeiras e Intercompany, o endividamento total foi de R$1.726 milhões em 2021, frente aos R$1.969 milhões em 2020, registrando uma redução de R$233 milhões, ou 11,9%.

INVESTIMENTOS

Diante da retomada das operações, em virtude da redução dos impactos da pandemia, ao longo de 2021, a Companhia retomou seu plano de expansão (interrompido em 2020), finalizando o ano com 25 aberturas próprias e 13 franqueadas. Desta forma, realizamos investimentos em novas aberturas saídas de R$214,4 milhões em 2020 para R$264,5 milhões em 2021. Quando comparado ao plano de aberturas informado nas demonstrações financeiras do ano passado (32 aberturas), superamos o planejado em 6 restaurantes, com grande foco na abertura de lojas no formato *Free-Standing*.

FLUXO DE CAIXA

No ano de 2021, tivemos uma geração líquida de caixa de R$100,6 milhões comparado a uma geração líquida de R$133,3 milhões em 2020. Apesar do aumento nos resultados operacionais, com uma redução no consumo de caixa de R$436 milhões em 2021, esses resultados foram compensados, dentre outros, pelo incremento em R$50 milhões nas atividades de caixa relacionadas a investimentos e uma redução de R$115 milhões de empréstimos com partes relacionadas, comparado à captação de R$497 milhões a este título em 2020. O gráfico abaixo explica as variações ocorridas no fluxo de caixa entre 2020 e 2021.



GLOSSÁRIO

CMV: Custo de Mercadoria Vendida.

Affordability: Categoria de produtos com preços mais acessíveis.

Delivery: Segmento de vendas (aplicativo próprio ou de terceiros), onde o cliente define o ponto de entrega do pedido.

Drive-Thru: Segmento de vendas onde o cliente faz e recebe o pedido diretamente do seu veículo.

IFB: Sigla para Instituto Foodservice Brasil, união que representa empresas do mercado de alimentação fora do lar.

Tipos de Lojas: Caracterização das lojas, baseada em seus aspectos físicos, conforme lista abaixo:

Food Courts: Loja definida principalmente pela localização, interna a shoppings, supermercados, aeroportos, entre outros, e por não ter presente área própria para refeições, sendo utilizadas mesas compartilhadas com outros restaurantes.

Mall Stores: Loja definida principalmente pela localização interna a shoppings, supermercados, aeroportos, entre outros, e por ter presente área própria para refeições.

Free Standing: Loja com estrutura física externa, e presença de *Drive-Thru*, estacionamento próprio, entre outras comodidades.

In Store: Loja com acesso direto à via pública, espaço interno e próprio para realização de refeições, sem a presença de *Drive-Thru*, ou de estacionamento próprio.

Plataforma Digital: Plataforma de vendas que inclui vendas pelos aplicativos (Próprios e de Parceiros), e quiosques automatizados ("NGK").

Sistema Arcos Dourados: Conjunto dos restaurantes de propriedade da Arcos Dourados, e os restaurantes de propriedade de franqueados.

Vendas Comparáveis: Métrica chave para análise do nosso resultado, é um indicativo do sucesso de nossas iniciativas, além da economia local, tendências da competição e de nosso consumidor. As vendas comparáveis são impulsionadas por mudanças no tráfego de clientes e *ticket* médio, que é dependente de mudanças no preço e no mix de produtos. Aumentos ou decaimentos nas vendas comparáveis representam a mudança percentual nas vendas em relação ao ano passado para todos os restaurantes em operação por no mínimo trezentos dias, incluindo aqueles que ficaram fechados de maneira temporária menos de um ano. Algumas das razões pelas quais um restaurante pode ficar fechado incluem reformas, reconstruções, obras na via de acesso e desastres naturais. Em respeito aos restaurantes que tiveram mudanças em seus proprietários, as vendas dos últimos meses são reclassificadas, de acordo com a nova categoria da operação quando reportadas vendas comparáveis. Com isto, podem existir diferenças entre os valores utilizados para o cálculo da venda comparável, e o resultado de operações para o mesmo período. Nós reportamos este valor com base em uma análise de meses, e, portanto, a comparabilidade de um mês pode ser afetada pelo mix de dias. O número de dias úteis, finais de semana, e o *timing* dos feriados em um período pode impactar as vendas comparáveis de maneira positiva ou negativa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**359.753**	259.153
Contas a receber	5	**286.026**	306.639
Estoques	6	**46.741**	42.346
Tributos a recuperar	7	**272.517**	88.880
Instrumentos financeiros derivativos	23	–	3.648
Despesas antecipadas e outros		**25.192**	39.182
Total do ativo circulante		**990.229**	739.848
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	14	**6.335**	5.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**273.758**	227.248
Tributos a recuperar	7	**62.261**	64.770
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**389.364**	427.587
Contas a receber	5	**1.044**	2.025
Adiantamento a fornecedores	6	**31.969**	38.969
Outros ativos		**480**	618
Depósitos judiciais	17	**245.158**	234.105
Total realizável a longo prazo		**1.010.369**	1.001.050
Investimentos	10	**716**	540
Ativo fixo			
Imobilizado	8	**1.844.324**	1.840.241
Intangível	9	**121.279**	103.056
Direito de uso	3	**2.819.356**	2.316.087
Total de ativo fixo		**4.784.959**	4.259.384
Total do ativo não circulante		**5.796.044**	5.260.974
Total do ativo		**6.786.273**	6.000.822

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**19.962**	11.479
Fornecedores	12	**422.940**	397.402
Salários e encargos sociais	13	**186.951**	183.672
Partes relacionadas	14	–	52.220
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	**330.606**	179.107
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**31.645**	7.088
Passivo de arrendamento mercantil	3	**136.917**	112.362
Outros passivos		**37.205**	73.073
Total do passivo circulante		**1.166.226**	1.016.403
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	**19.985**	36.615
Outras contas a pagar		**24.957**	135.002
Partes relacionadas	14	**1.661.128**	1.723.575
Provisão para demandas judiciais	17	**186.183**	146.207
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**82.969**	67.864
Passivo de arrendamento mercantil	3	**2.910.216**	2.342.666
Outros passivos		**44.775**	42.393
Total do passivo não circulante		**4.930.213**	4.494.322
Patrimônio líquido			
Capital social	19	**358.789**	358.789
Reserva de lucro	19	**272.858**	96.688
Outros resultados abrangentes	19	**58.187**	34.620
Total do patrimônio líquido		**689.834**	490.097
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.786.273**	6.000.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	**5.406.734**	4.491.057
Custo dos produtos vendidos	21	**(1.766.003)**	(1.417.722)
Lucro bruto		**3.640.731**	3.073.335
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	21	**(2.200.128)**	(1.338.664)
Gerais e administrativas	21	**(358.989)**	(995.051)
Depreciação e amortização		**(459.972)**	(431.269)
Outras realizadas receitas/despesas		**108.662**	(120.366)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(35)**	(9.300)
		(2.910.462)	(2.895.153)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**730.269**	178.182
Resultado financeiro líquido	22	**(462.112)**	(443.172)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		**268.157**	(264.990)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	16	**(83.484)**	46.785
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**184.673**	(218.205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**184.673**	(218.196)
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	**(35.680)**	(35.754)
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.113**	12.349
Resultado abrangente do exercício	**161.106**	(241.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício		**184.673**	(218.205)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8 e 9	**247.494**	250.289
Amortização direito de uso (arrendamento)	3	**212.478**	180.979
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	**8.676**	10.647
Registro de imposto de renda diferido	16,1	**(46.510)**	(59.833)
Provisão para demandas judiciais	17	**114.529**	86.787
Reversão de provisão para demandas judiciais	17	**(11.558)**	(13.109)
Juros, encargos, variações monetárias e AVP de arrendamentos		**387.889**	471.893
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	**633**	742
Provisão para obsolescência de brinquedos	6	**463**	213
Resultado de equivalência patrimonial	10	**35**	9.300
		1.098.802	719.703
(Aumento) redução dos ativos operacionais:			
Contas a receber		**20.961**	(66.448)
Estoques		**(4.858)**	6.141
Tributos a recuperar		**(181.128)**	105.315
Despesas antecipadas e outros		**21.128**	(36.946)
Depósitos judiciais		**(4.586)**	19.272
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**11.523**	13.994
Outras contas a pagar		**(110.045)**	103.512
Salários e encargos sociais		**3.279**	(25.496)
Obrigações tributárias		**(242.074)**	(412.671)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**397.502**	365.217
Pagamentos de demandas judiciais	17	**(62.995)**	(54.169)
Instrumentos financeiros derivativos	23.d	**105.100**	(204.439)
Outros passivos		**(33.466)**	48.169
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		**1.019.123**	580.954
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	8 e 9	**(264.461)**	(214.435)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(264.461)**	(214.435)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas		**302.756**	397.264
Pagamento de empréstimos junto a partes relacionadas		**(466.724)**	(231.938)
Pagamento de juros sobre o capital próprio		**(60.933)**	–
Captação de empréstimos e financiamentos		**2.503**	245.404
Pagamento de empréstimos e financiamentos		**(11.157)**	(281.157)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos		**(3.542)**	(15.709)
Pagamentos de passivos de arrendamentos		**(416.965)**	(347.075)
Aumento (diminuição) caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**(654.062)**	(233.211)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa antes dos ajustes acumulados de conversão		**100.600**	133.308
Ajustes acumulados de conversão		–	–
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa após os ajustes acumulados de conversão		**100.600**	133.308
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		**259.153**	125.845
No final do exercício		**359.753**	259.153
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**100.600**	133.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

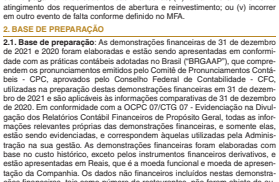
	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	376.752	406.360	11.215	–	794.327
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(218.205)	(218.205)
Integralização de capital	128.864	(128.864)	–	–	–
Redução de capital	(146.827)	37.397	–	–	(109.430)
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	23.405	–	23.405
Transferência para reserva de lucros	–	(218.205)	–	218.205	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	358.789	96.688	34.620	–	490.097
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**184.673**	**184.673**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	**(8.713)**	**(8.713)**
Valor justo de *Hedge* de fluxo de caixa	–	–	**23.567**	–	**23.567**
Ajustes acumulados de conversão	–	**210**	–	–	**210**
Transferência para reserva de lucros	–	**175.960**	–	**(175.960)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**358.789**	**272.858**	**58.187**	–	**689.834**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. ("Arcos" ou "Companhia"), localizada na Alameda Amazonas, 253, Barueri, SP, tem como atividade preponderante a comercialização, no varejo, de produtos alimentícios nos restaurantes McDonald's. A Companhia é uma subsidiária da Arcos Dorados Holding Inc., listada na *New York Stock Exchange ("NYSE")*. Em 31 de dezembro de 2021 dispunha de 1.051 restaurantes no Brasil (1.020 em 2020).



Aquisição das operações do McDonald's na América Latina

A Arcos Dourados Restaurantes Ltda. e Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. eram subsidiárias integrais da McDonald's Corporation. Em 3 de agosto de 2007, Arcos Dourados B.V. ("ADBV") assinou um Contrato de Compra de Ações com a McDonald's Corporation para aquisição das operações do McDonald's na América Latina, incluindo as entidades acima descritas. No mesmo momento da transação, foi assinado um Contrato de Franquias Master (*Master Franchise Agreement* - MFA) com a McDonald's Corporation que garante a ADBV o seguinte: • O direito de ter posse e operar, direta ou indiretamente, restaurantes franqueados no território sob contrato; • O direito de outorgar e licenciar franquias no território sob contrato; • O direito de adotar e usar, e licenciar o uso a subfranqueados, do sistema no território sob contrato; • O direito de anunciar ao público que é um franqueado da McDonald's; • O direito e licença para outorgar para subfranqueados os direitos constantes no Contrato Master. McDonald's Corporation tem o direito de (a) terminar o MFA, ou (b) exercer uma opção de compra sobre as ações da ADBV, se a ADBV: (i) falhar na operação do sistema McDonald's; (ii) ter decretada falência; (iii) falhar com o pagamento de suas dívidas financeiras; (iv) falhar relevantemente no atingimento dos requerimentos de abertura e reinvestimento; ou (v) incorrer em outro evento de falta conforme definido no MFA.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2020. Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, e estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como número de restaurantes, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes. As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 12 de abril de 2022. **2.2. Efeitos da pandemia COVID-19**: A pandemia global ocasionada pela COVID-19 impactou as condições globais de saúde, economia e mercado. Durante 2020, os governos federal, estadual e local exigiram várias restrições, de viagens, reuniões públicas, ordens e avisos de permanência em casa, toque de recolher e quarentena de pessoas que podem ter sido expostas ao vírus. Essas limitações interromperam significativamente as operações comerciais da Companhia com impacto negativo em seus resultados financeiros: as receitas foram afetadas negativamente pelo fechamento temporário de restaurantes pertencentes à Companhia, fazendo com que a Companhia reduzisse significativamente seus investimentos, bem como todos os possíveis custos e despesas, a fim de preservar sua liquidez. Diante deste cenário, a McDonald's Corporation concordou em retirar os planos de abertura de restaurantes e reinvestimentos previamente aprovados para 2021, autorizou a redução nos requisitos de gastos com publicidade e promoção, além de oferecer o adiamento do pagamento de royalties por alguns meses. Durante 2021, após a implementação dos programas de vacinação e o aumento das taxas de vacinados no país, os governos afrouxaram as restrições e, com isso, foi possível operar substancialmente todos os restaurantes ao longo do ano. Como resultado da normalização das operações e retomada da liquidez, a Companhia reduziu as medidas de preservação de caixa e implementou um novo plano de abertura de restaurantes para 2021. Desde o início da pandemia, a Companhia se beneficiou de algumas medidas governamentais decretadas para ajudar as empresas a gerenciar os impactos econômicos da COVID-19. As medidas incluíram: modificação da regulamentação existente para reduzir jornadas de trabalho, redução e diferimentos de pagamento de impostos, subsídios relacionados a custos trabalhistas, entre outros. Todos os subsídios concedidos foram reconhecidos de forma sistemática ao longo dos períodos em que as respectivas despesas foram registradas, nas rubricas "Despesas com pessoal" ou "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado/(prejuízo) da Companhia. Todos os termos e condições exigidos pelos governos para manter os benefícios concedidos foram cumpridos. Embora a Companhia não possa prever a duração ou o alcance da pandemia COVID-19, como novas infecções do surgimento de novas variantes no país, continua monitorando de perto o ambiente dinâmico que pode impactar negativamente seus negócios. A Companhia acredita na sua capacidade de obter as fontes de liquidez e recursos necessários neste ambiente econômico desafiador e acredita que sua atual disponibilidade de liquidez e capital, incluindo capital de giro, é adequada à boa condução de suas operações a médio e longo prazo. Ademais, o negócio, estando também adequada a satisfazer os requisitos atualmente previstos em termos de capital de giro, investimentos e outras necessidades corporativas para, pelo menos os próximos doze meses. **2.3. Conversão de moedas estrangeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e demonstração de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.5. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes:** Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes. Outros ativos e créditos são demonstrados pelo custo, incluindo, quando aplicável, atualizações contratuais, deduzidas de provisões para refletir os valores de realização, quando necessário. **2.6. Benefícios a empregados:** As participações dos empregados são calculadas com base no acordo do Programa de Participação nos Resultados firmado com o Sindicato dos Trabalhadores das empresas de refeições coletivas, refeições rápidas (*fast food*) e afins e é calculada com base em metas de resultado estipuladas em referido acordo. **2.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquida do eventual reembolso. **2.8. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: a) Perda do valor recuperável do ágio: A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 9 e o CPC 01 (R1)/NBC TG 01 (R4)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em projeções e cálculos do valor recuperável e indicados-res de mercado. b) Impostos sobre a renda: Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia. São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano de negócios aprovados pelos sócios e diretores. A Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre Lucro. A Companhia avaliou cada tratamento tributário incerto separadamente em conjunto com mais tributos tributários e não identificou impactos significativos em decorrência da interpretação uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. **2.9. Demonstração do Fluxo de Caixa:** As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R3)/NBC TG 03 (R3) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos. Durante o exercício de 2021, a Companhia teve transações com fornecedores de Ativo Fixo que não apresentaram desembolso de caixa no montante de R$14.015 e, portanto não foram considerados para fins de demonstração.

3. ARRENDAMENTOS - EFEITOS DO CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)

Política contábil: O CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. O arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). E reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia possui e reconhece como "ativo de direito de uso", os seus contratos referentes à locação de imóveis operacionais (lojas), escritórios e frota de veículos. E os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos. A taxa de empréstimo incremental (desconto) foi calculada utilizando-se das seguintes premissas: (i) endividamento do grupo Arcos Dorados; (ii) prazo do contrato; (iii) moeda do país; (iv) curva de juros; e (v) pagamentos mínimos. Essas premissas são calculadas mensalmente e a taxa média aplicada foi de 6,18% a 16,05% considerando os prazos dos contratos. A Companhia reconheceu os ativos e passivos

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

continuação

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

Política contábil: As contas a receber correspondem aos recebíveis das vendas através das administradoras de cartões, convênios refeição, meios digitais e operadoras de *delivery*, bem como provenientes de franquias.

Composição

	2021	2020
Proveniente de vendas com:		
Administradora com cartões de débito e crédito (i)	**137.816**	82.819
Administradora com convênios refeição (ii)	**25.548**	21.783
Meios digitais (iii)	**8.682**	6.258
Operadoras de *delivery* (iv)	**9.598**	10.230
	181.644	121.090
Proveniente de franquias (v):		
Royalties	**26.105**	66.496
Propaganda	**16.244**	10.665
Aluguéis	**60.731**	108.209
	103.080	185.370
Outras contas a receber (vi)	**3.804**	3.029
	3.804	3.029
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.458)**	(825)
	287.070	308.664
Ativo circulante	**286.026**	306.639
Ativo não circulante	**1.044**	2.025

(i) Administradora de cartões de débito e crédito: as vendas no Brasil realizadas com cartões de débito são recebidas nas contas bancárias no próximo dia útil e as vendas realizadas com cartões de crédito são recebidas no prazo médio de 30 dias. (ii) Administradora de convênios refeição: as vendas por convênios são recebíveis das empresas administradora de convênios. O prazo médio de recebimento é de 20 dias (20 dias em 2020). (iii) Meios digitais: vendas realizadas através do Mercado Pago, recebidos através de carteira digital (*on-line*) e a crédito em 30 dias; e Sem Parar, recebido em 30 dias. (iv) Operadores de *delivery*: as vendas realizadas pelos aplicativos dos nossos operadores de *delivery* são recebidas da seguinte forma. Em Ifood: Ifood e Uber Eats o recebimento é semanal; e Rappi o recebimento é quinzenal. A partir de 2021: Ifood o recebimento é semanal, APP próprio obedece a escolha do cliente (débito/crédito/refeição ou PIX) e segue os prazos acima citados. (v) Franqueados: as receitas de *royalties*, propaganda e aluguel são recebíveis dos franqueados. O prazo médio de recebimento é de 20 dias no Brasil. (vi) Outras contas a receber: as outras contas a receber referem-se à subocação de parte de terreno não utilizada pela Companhia, com prazo médio de recebimento de 10 dias e à devolução líquida de mercadorias. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* A provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	2021	2020
No início do exercício	**(825)**	(83)
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(3.443)**	(3.501)
Reversão por recebimento	**2.810**	2.759
No final do exercício	**(1.458)**	(825)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

						Vencidos (i)
	Total	**A vencer**	**<30 dias**	**30-60 dias**	**61-90 dias**	**>90 dias**
2021	**287.070**	**278.256**	**2.748**	**885**	**495**	**4.686**
2020	308.664	300.289	3.039	604	253	4.479

(i) Inclui valores a receber de franqueados referentes a *royalties*, propagandas e aluguéis, sobre os quais é constituída provisão após 30 dias do título vencido. Demonstramos abaixo a composição por franqueado dos títulos que não compõe a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Franqueados com dívida negociada (i)	**2021**	**2020**
Gran Rio Comércio de Alimentos LTDA.	**446**	899
America MMD Comércio de Alimentos LTDA.	**571**	841
Mantiqueira SJB Comércio de Alimentos LTDA.	**554**	809
Alliance Comércio de Alimentos LTDA.	**464**	649
Total dívida negociada	**2.035**	2.898
Circulante	**991**	873
Não circulante	**1.044**	2.025

(i) Títulos vencidos a mais de 90 dias negociados para pagamento parcelado.

6. ESTOQUES

Política contábil: Os estoques estão demonstrados ao custo ajustado do valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. O custo dos estoques adquiridos diretamente pelos restaurantes é demonstrado ao preço da última aquisição, que se aproxima do critério Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Quando necessário, os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

Composição

	2021	2020
Alimentos	**33.656**	28.391
Embalagens	**8.555**	7.865
Brinquedos	**5.571**	6.688
Provisão para obsolescência de brinquedos	**(1.041)**	(578)
Adiantamento a fornecedores	**31.968**	38.969
	78.710	81.315
Curto prazo	**46.741**	42.346
Longo prazo	**31.969**	38.969

A movimentação da provisão para obsolescência de brinquedos está demonstrada conforme a seguir:

	2021	2020
No início do exercício	**(578)**	(365)
Constituição da provisão para obsolescência	**(3.949)**	(1.726)
Reversão	**3.486**	1.513
No final do exercício	**(1.041)**	(578)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Composição

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte	**1.168**	1.619
PIS e COFINS (i)	**128.285**	98.190
INSS a recuperar (ii)	**25.992**	25.443
Anistia a recuperar (iii)	**8.957**	8.718
Imposto de renda (iv)	**118.921**	11.079
Contribuição social (iv)	**44.977**	2.939
ICMS antecipado a recuperar	**2.846**	3.230
Outros impostos a recuperar	**3.532**	2.432
	334.778	153.650
Ativo circulante	**272.517**	88.880
Ativo não circulante (i)	**62.261**	64.770

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Em 2017 foi declarada a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS. Em 13/05/2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal em face da referida decisão (Tema nº 69). Com base neste julgamento, no qual ficou definido que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS deveria ser ICMS DESTACADO em Nota Fiscal. Desta forma, a Companhia reconheceu, com base na decisão transitada em julgado os valores relativos ao referido critério referente aos anos de 2006 a 2021, no total de R$95.711. (ii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - A Companhia possui liminar, desde março de 2011, que suporta o não recolhimento em folha de pagamento dos encargos (INSS) sobre as seguintes verbas trabalhistas: 1/3 de férias, 15 dias de licença médica e aviso prévio indenizado. Tal liminar está vinculada ao processo que iniciou em setembro de 2009. Em 2014, considerando a decisão favorável obtida e o fato de que a tese de não incidência da contribuição previdenciária sobre referidas verbas foi julgada favoravelmente aos contribuintes no STJ, de forma vinculante, conforme REsp nº 1.230.957 - RS e pelo STF nos RE nº 593.068 e ARE nº 745.901, a Companhia reconheceu crédito dos valores pagos indevidamente entre o período de outubro de 2004 a setembro de 2009 (período de 5 anos anteriores a entrada da ação). De acordo com a legislação atual, a Companhia somente poderá iniciar a compensação desses créditos após o trânsito em julgado de sua própria ação. Por não haver previsão de quando ocorrerá esse trânsito em julgado por parte do Poder Judiciário, referidos créditos estão classificados como ativo não circulante. Em agosto de 2020 o STF declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas. Atualmente, o tema ainda pende de análise pelo STF por meio dos Embargos de Declaração em que se pede a modulação dos efeitos da decisão. Considerando a insegurança jurídica revelada em virtude da decisão do STF que, declarou constitucional a incidência de contribuição previdenciária patronal sobre terço constitucional de férias gozadas, a Companhia decidiu pela realização da provisão contábil do montante referente a esta verba (terço constitucional de férias gozadas) registrado como ativo. (iii) Anistia a recuperar - Em 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS estabelecido pela Lei 11.941/2009. Para registrar os débitos tributários no Sistema da Receita Federal era exigida a inclusão dos débitos integrais, sendo desconsiderados os valores dos débitos depositados judicialmente e/ou reduzidos em virtude de decisões que julgaram parcialmente procedente os pedidos da Companhia. Tendo em vista esta questão operacional do sistema de adesão ao Programa de Parcelamento, a Companhia teve pedido de habilitação de uma parte do montante deferido pertante a Receita Federal e devedor principal, o restante, conforme processos administrativos e/ou judiciais, na totalidade dos valores reconhecidos indevidamente pelo REFIS. A Administração está tomando providências para que esses créditos registrados como Anistia sejam recuperados até o fim do exercício social de 2024. (iv) IRPJ/CSLL sobre SELIC - Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário a recuperar no valor de R$30.926.171, em virtude da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à Taxa de Selic decorrentes de recuperação de impostos recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, nos termos da decisão do STF (Tema 962) e de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança impetrado em face da União Federal (processo nº 5004371-05.2021.4.03.6130).

8. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	***% de depreciação anual***
Edifícios	4%
Benfeitorias e melhorias	5%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Composição

	Terrenos	Edifícios, benfeitorias e melhoramentos	Equipamentos	Imobilizado em andamento e adiantamentos (i)	Total do imobilizado
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	161.462	1.713.324	1.455.812	12.041	3.342.639
Adições	–	80.074	86.637	23.803	190.514
Baixas	(32)	(7.918)	(10.430)	(214)	(18.594)
Transferências	–	3.083	(1.432)	91	1.742
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.430	1.788.563	1.530.587	35.721	3.516.301
Adições	–	**108.670**	**117.139**	**15.220**	**241.029**
Baixas	–	**(11.964)**	**(2.892)**	**(1)**	**(14.857)**
Transferências	–	**(1)**	**315**	–	**314**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**161.430**	**1.885.268**	**1.645.149**	**50.940**	**3.742.787**
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	(745.759)	(708.140)	–	(1.453.899)
Depreciação no exercício	–	(87.616)	(142.516)	–	(230.132)
Baixas	–	3.724	4.261	–	7.985
Transferências	–	21	(35)	–	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	–	(829.630)	(846.430)	–	(1.676.060)
Depreciação no exercício	–	**(89.056)**	**(139.778)**	–	**(228.834)**
Baixas	–	**4.703**	**1.743**	–	**6.446**
Transferências	–	**1**	**(16)**	–	**(15)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	**(913.982)**	**(984.481)**	–	**(1.898.463)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	161.430	958.933	684.157	35.721	1.840.241
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**161.430**	**971.286**	**660.668**	**50.940**	**1.844.324**

(i) Refere-se a projetos de aberturas de novas lojas. A Administração possui a expectativa de ativação dos itens de acordo com cronograma de abertura de lojas.

9. INTANGÍVEL

Política contábil: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear e pelas taxas apresentadas a seguir:

Categoria do ativo	***% de amortização média anual***
Licença de uso	**4%**
Direitos readquiridos de franquias	**12%**
Software	**20%**

O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Anualmente, a Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. A Companhia considera cada restaurante como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e submete-as ao teste de valor recuperável (*Impairment*). As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em linha de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável.

Composição

	Licença de uso (i)	Direitos readquiridos de franquias	Ágio	*Softwares*	Total do ativo intangível
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.664	22.210	45.275	151.517	239.666
Adições	88	–	–	10.894	10.982
Baixas	(77)	–	–	(106)	(183)
Transferências	–	–	–	(1.743)	(1.743)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.675	22.210	45.275	160.562	248.722
Adições	**2.013**	–	–	**35.434**	**37.447**
Baixas	**(138)**	–	–	**(316)**	**(454)**
Transferências	–	–	–	**(314)**	**(314)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**22.550**	**22.210**	**45.275**	**195.366**	**285.401**
Amortização					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(7.633)	(16.424)	–	(101.611)	(125.668)
Amortização do exercício	(1.415)	(4.917)	–	(13.825)	(20.157)
Baixas	36	–	–	108	145
Transferências	–	–	–	14	14
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(9.012)	(21.341)	–	(115.313)	(145.666)
Amortização do exercício	**(1.667)**	**(869)**	–	**(16.124)**	**(18.660)**
Baixas	**83**	–	–	**106**	**189**
Transferências	–	–	–	**15**	**15**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(10.596)**	**(22.210)**	–	**(131.316)**	**(164.122)**
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.663	869	45.275	45.249	103.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.954**	–	**45.275**	**64.050**	**121.279**

(i) A marca compreende os direitos de uso de marca pagos à McDonald's Corporation pela abertura de cada loja própria e sublicenciada. O prazo de amortização destes ativos é o período remanescente entre a data de inauguração do restaurante e o vencimento do MFA (a expirar em 2027). *Ágio:* O saldo remanescente do ágio no montante de R$45.275 refere-se aos ágios formados pelas incorporações de restaurantes, os quais foram amortizados até 2008, com base nas projeções de rentabilidade que os determinaram. A partir de 2009, essa amortização ficou vedada. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios com base no seu valor de uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa. As premissas chave foram estimadas considerando o desempenho histórico da Companhia e com base em premissas macroeconômicas razoáveis e consistentes com fontes externas de informações fundamentadas em projeções de mercado financeiro, documentadas e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 7,7% em 31 de dezembro de 2021 (11,4% em 31 de dezembro de 2020). O valor de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas visto que o valor estimado de uso excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

10. INVESTIMENTOS

Política contábil: A Companhia possui participação na Arcos Brapa S.A. que está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Com base nisso, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição e adicionado às variações após a aquisição da participação societária.

Composição

	2021	2020
Em 31 de dezembro		
Em R$		
Total do ativo	**720**	703
Total do passivo	**4**	4
Patrimônio líquido	**751**	709
Lucro (prejuízo) do exercício	**(35)**	(10)
Moeda funcional	**Dólar**	Dólar
Quantidade de ações	**23.425.000**	23.425.000
Capital votante	**100%**	100%
	2021	**2020**
Movimento - R$		
Saldo inicial	**540**	550
Equivalência patrimonial	**(35)**	(10)
Baixa de investimento	–	–
Efeitos de hiperinflação	–	–
Outros	**210**	–
Saldo final	**716**	540

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição

	Moeda	Vencimento	2021	2020
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	jul/24	**4.165**	5.777
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	ago/24	**7.074**	9.726
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	set/24	**6.948**	9.502
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	nov/24	**4.918**	6.605
Financiamento - Banco Itaú (i)	Reais	dez/24	**8.018**	10.690
Financiamento Locador (ii)	Reais	mar/22	**7.907**	5.473
Juros a pagar			**897**	321
			39.947	48.094
Passivo circulante			**19.962**	11.479
Passivo não circulante			**19.985**	36.615

(i) Os empréstimos e financiamentos estão indexados por taxas fixas (ao ano).

(ii) Empréstimo com Locador para construção de restaurante.

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante possuem o desembolso esperado por ano conforme demonstrado abaixo:

2023	11.157
2024	8.828
	19.985

Cláusula restritiva: A Companhia possui cláusula restritiva (*covenants*) no contrato de financiamento com o Banco Itaú, que possui vencimento em dezembro de 2024, que pode requerer o vencimento antecipado caso a Companhia não cumpra com a cláusula, sendo ela: a) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia deverá ser menor ou igual a 2,5 vezes (dois inteiros e 5 décimos de vezes), até a liquidação do contrato. No exercício de 2021 não houve violação dos *covenants* financeiros.

12. FORNECEDORES

Composição

	2021	2020
Fornecedores exclusivos (i)	**81.646**	68.182
Fornecedores conveniados (ii)	**55.199**	44.504
Fornecedores diversos (iii)	**286.095**	284.716
	422.940	397.402

(i) Fornecedores exclusivos: como fornecedores exclusivos entendem-se os fornecedores parceiros e responsáveis pelo abastecimento de carnes, pães, serviços de propaganda e *marketing* e principais itens de manutenção; (ii) A Companhia possui passivos financeiros junto a fornecedores, que receberam antecipadamente por intermédio de instituições financeiras. Avaliamos o valor financeiro em potencial atribuído a estas identificações e reconhecemos para maior detalhamento. (iii) Fornecedores diversos: como fornecedores diversos são classificados os demais fornecedores que não são exclusivos para a atividade da Companhia.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Composição

	2021	2020
Salários a pagar	**37.539**	46.497
Provisão para participação nos lucros	**45.399**	32.113
Provisão para férias	**57.291**	54.012
Provisão de encargos sobre férias	**20.892**	19.343
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	**19.592**	24.977
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**6.238**	6.790
	186.951	183.672

14. PARTES RELACIONADAS

Composição

	2021	2020
Ativo não circulante		
Arcos Dorados Restaurantes de Chile Ltda.(i)	**21**	296
Arcos SerCal Inmobiliaria (i)	**2.429**	2.242
Arcos Dorados Colombia Ltda. (i)	**2.368**	2.205
Outros (i)	**1.517**	985
	6.335	5.728
Passivo circulante		
Juros sobre capital próprio, líquido	–	52.220
	–	52.220
Passivo não circulante		
LatAm, LLC (i)	**10.934**	11.779
Arcos Dorados B.V. (ii)	**1.602.144**	1.672.572
Arcos Dorados B.V. (iv)	**4.999**	4.354
Arcos Dorados Argentina (v)	**41.052**	34.847
Arcos Dorados Holding	**1.999**	23
	1.661.128	1.723.575
Total passivo	**1.661.128**	1.775.795
Resultado		
Variação cambial	**4.925**	(7.780)
Custos corporativos (vi)	**(76.740)**	(71.116)

(i) Contas a receber provenientes a reembolsos de despesas relacionadas à operação; (ii) Refere-se as despesas de custos corporativos sendo valores cobrados pela matriz em funções administrativas sem incidência de juros e não há vencimento. (iii) Empréstimos junto a ADBV, sem garantias, com juros anuais renegociados de 8%, pagamentos de juros semestrais em março e setembro, com vencimento contratual em setembro de 2023. Durante 2017 foram captados dois empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) no montante de USD100.000 cada (R$811.347 em 31 de dezembro de 2019 e R$780.929 em 31 de dezembro de 2018), com taxa de juros de 5,87% + IR, e pagamentos de juros semestrais em junho e dezembro para ambos com vencimento em setembro de 2023; e março e setembro para o contrato com vencimento em abril de 2027. Esses empréstimos possuem instrumentos financeiros derivativos atrelados com taxa média preferencial de 13,77% (Banco Santander) e 13,64% (Bank of America) em 31 de dezembro de 2021 (12,4% em 31 de dezembro de 2020). O valor justo está demonstrado na Nota 23.d. (iv) Referem-se as despesas com projetos no Brasil. Não há incidência de juros e não há vencimento definido. (v) Valores referem-se as despesas ocorridas na Argentina que são de responsabilidade do Brasil. Não há incidência de juros e não há data de vencimento. (vi) Custos Corporativos são valores cobrados pela matriz por conta de funções administrativas. Remuneração da Administração: Além dos benefícios usuais previstos pela legislação brasileira, a Companhia tem como prática a adoção de assistência médica, seguro de vida e participação nos lucros, como benefícios adicionais. Os benefícios concedidos ao "pessoal estratégico da administração" compreendem nos benefícios usais e adicionais concedidos pela Companhia. O valor da remuneração e benefícios ao pessoal estratégico da administração na respectiva área de competência no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$22.892 (R$26.638 em 2020). A Companhia considera como "pessoal estratégico da administração", conforme Resolução do CFC n° 1.193/2009, os integrantes da sua diretoria executiva.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Política contábil: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes em cada região e são apresentadas como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras estão apresentados deduzivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização (Nota 7).

Composição

	2021	2020
Impostos sobre vendas	**26.595**	20.244
Imposto de renda sobre *royalties* e distribuição de lucros	**4.342**	23.660
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**287.600**	123.540
Outros impostos e contribuições	**12.069**	11.663
	330.606	179.107

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Política contábil: *Imposto de renda e contribuição social correntes:* O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resulte do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas cuja espera ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma empresa contribuinte e à mesma autoridade tributária. **16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** ***Composição:*** A Companhia liquidou seu saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2021, seguindo o limitador de 30% sobre o lucro real gerado no ano (R$150.240 referente a prejuízo fiscal e R$7.682 referente a base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2020) assim sendo, houve a reversão total do diferido constituído sobre o crédito fiscal em questão. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32/NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o lucro, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base em estudos de cenários e projeções de geração de resultados tributáveis futuros, preparados anualmente pela Companhia, foram registrados créditos tributários ativos no limite da capacidade de aproveitamento do crédito fiscal constituído, levando-se em consideração o limite de 30% de aproveitamento anual do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, conforme abaixo:

	2021	2020
Ativo não circulante		
Crédito tributário por prejuízos fiscais	–	38.252
Diferenças temporárias	**273.758**	188.996
Imposto de renda diferido e contribuição social diferido ativo	**273.758**	227.248

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2021	2020
No início do exercício	**227.248**	167.415
Despesa de imposto reconhecida no resultado	**34.397**	47.484
Despesa de imposto reconhecida no patrimônio líquido (Hedge de fluxo de caixa)	**12.113**	12.349
	273.758	227.248

O valor contábil e a realização do crédito tributário são revisados anualmente pela Companhia. Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Valor
2022	**(43.309)**
2023	**(40.277)**
2024	**(43.096)**
2025	**(44.752)**
2026 - 2028	**(101.324)**
	(273.758)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social não possui valores a serem recuperados em períodos posteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram calculadas como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**268.192**	(264.981)
Alíquota nominal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição pela taxa nominal	**(91.185)**	90.094
Diferenças permanentes:		
- Pagamentos de *royalties*	**(7.326)**	(26.483)
- Despesas com veículos de dirigentes	**(135)**	(245)
- Doações e gratificações	**(1)**	(3.149)
- Despesas não dedutíveis - *Share based compensation*	–	(525)
- Multas	**(599)**	(506)
- Outras	**(6.134)**	(6.946)
Baixa de ativo imobilizado	**(2.242)**	(1.561)
Juros sobre empréstimos - indedutível	**(14.111)**	(1.327)
Resultado de equivalência patrimonial	–	(3.159)
Ajuste de juros sobre capital próprio	**2.962**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos de períodos anteriores	**35.287**	592
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(83.484)**	46.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(142.108)**	(25.397)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**58.624**	72.182
Alíquota efetiva	**31%**	18%

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Política contábil: A Companhia adota os conceitos estabelecidos conforme o CPC 25/NBC TG 25 (R3) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo litígios e contingências. A provisão para demandas judiciais é constituída com amparo em pareceres de assessores jurídicos em montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Composição:

Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.278	67.773	42.647	126.698
Constituída durante o exercício	4.430	69.419	12.938	86.787
Pagamentos	(338)	(53.831)	–	(54.169)
Reversão durante o exercício	(4.911)	(7.983)	(215)	(13.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.459	75.378	55.370	146.207
Constituída durante o exercício	**6.610**	**65.208**	**42.711**	**114.529**
Pagamentos	**(292)**	**(62.703)**	–	**(62.995)**
Reversão durante o exercício	**(2.374)**	**(3.893)**	**(5.291)**	**(11.558)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**19.403**	**73.990**	**92.790**	**186.183**

a) *Tributárias:* As demandas tributárias federais são indexadas pela SELIC (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) 9,26% em 2021 e 2,34% em 2020 e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Os referidos juros e multas, quando aplicáveis, foram computados sobre valores não pagos e integralmente provisionados. I) CPMF: A Companhia está contestando a aplicabilidade da lei vigente em relação ao recolhimento de referida contribuição provisória, mantendo o valor não recolhido sob a forma de provisão para demandas tributárias, cujo montante era de R$6.622 (R$6.539 em 31 de dezembro de 2020). II) Exclusão do Imposto de renda retido na fonte (IRRF) da base de cálculo da CIDE sobre os *royalties*: Companhia constituiu provisão referente a exclusão do IRRF da base de cálculo da CIDE sobre os *royalties* Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado o montante de R$39.045 (R$32.189 em 31 de dezembro de 2020). III) PIS e COFINS sobre aquisição de imobilizado: A Companhia realizou um trabalho de revisão de créditos tomados de PIS e COFINS sobre aquisição de ativo imobilizado referente ao período de 2009 a 2017, cujo resultado demonstrou uma exposição junto aos órgãos fiscais. Devido a este fato, a Companhia constituiu uma provisão de R$8.391 (R$8.193 em 31 de dezembro de 2020), no qual a Administração julga que o montante é suficiente e está tomando as medidas necessárias para a regularização desta discussão. IV) Outras: As causas tributárias com possível risco de perda somam o montante de R$1.883.243 em 31 de dezembro de 2021 (R$1.730.067 em 31 de dezembro de 2020). Adicionalmente ao saldo, o valor de R$22.810 é de responsabilidade integral do McDonald's Corporation de acordo com o Contrato de Franquias Master (MFA) (R$22.540 em 2020). b) *Trabalhistas:* A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas relacionadas ao contrato de trabalho mantido com os empregados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão de R$73.990 (R$75.378 em 31 de dezembro de 2020) para contingências relacionadas a processos trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas prováveis com base na média de perda histórica dos últimos 24 meses frente ao total de processos em

Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A.

CNPJ nº 42.591.651/0001-43

→☆ continuação

Notas Explicativas

	2021	2020
Despesas com publicidade	(214.684)	(133.085)
Despesas gerais (água, telefonia, etc.)	(210.822)	(176.083)
Despesas com manutenção e reparos	(48.706)	(32.142)
Despesas com materiais diversos/suprimentos	(44.177)	(39.511)
Despesas com taxas e licenças	(28.361)	(31.310)
Despesas com promoções	(33.691)	(28.114)
Despesas diversas com *marketing*	(4.666)	(2.088)
Despesas com agências de publicidade	(2.737)	(2.808)
Outros	(187.835)	(136.300)
	(4.325.120)	(3.751.437)
Custo dos produtos vendidos	(1.766.003)	(1.417.722)
Despesas com vendas	(2.200.128)	(1.398.664)
Despesas gerais e administrativas	(358.989)	(995.051)
	(4.325.120)	(3.751.437)

(i) Saldo de despesas com arrendamentos variáveis conforme CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil.

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Política contábil: As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos. As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e por antecipação de recebíveis, compensadas com os juros capitalizados, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos, bem como ajustes referentes a descontos concedidos para uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Composição

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.761	3.307
Outros	36.906	6.035
	44.667	9.342
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(53.299)	(130.034)
Juros sobre arrendamento	(293.323)	(247.242)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos - realizado	(154.561)	(3.001)
Outros	(13)	–
	(501.196)	(380.277)
Variação monetária e cambial líquida	(5.583)	(72.237)
	(462.112)	(443.172)

23. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil: As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que inclui o risco cambial e de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. Os instrumentos financeiros derivativos e equivalente de caixa são mensurados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. a) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato de cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e financeiras principalmente representados nas rubricas de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e derivativos. *Contas a receber:* As contas a receber da Companhia são substancialmente formadas por recebíveis de cartões, canais digitais e operadora de *delivery*. Os valores são transacionados com as principais bandeiras e prestadoras de serviço de meio eletrônico de pagamentos, sendo assim entendemos que o risco de crédito é baixo nessa operação. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contraparte aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o valor registrado, como demonstrado nas Notas 4 e 5. b) *Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito comprimissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. c) *Risco de mercado: Risco cambial:* O risco de câmbio é risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido as variações nas taxas de câmbio. A exposição aos riscos de variações nas taxas de câmbio refere-se basicamente por empréstimos e outros passivos. O risco cambial dos empréstimos é administrado por meio de instrumentos financeiros derivativos, no qual a Companhia realiza operações de *hedge*, para minimizar sua exposição. A seguir, apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando oscilações de 25% e 50% na variável de risco (taxa do dólar americano):

Contraparte	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2021	Dólar expectativa Administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/ Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	6.603	36.847	37.316	46.626	56.003
Royalties - McDonald's	4.384	24.466	24.776	30.957	37.182
Location fee - McDonald's	497	621	621	746	746
Empréstimos e financiamentos - Bancos	220.201	1.228.831	1.244.442	1.554.925	1.867.611
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(88.993)	(496.626)	(502.934)	(628.414)	(754.784)
Taxas utilizadas		5.5805*	5,8514**	7,0614	8,4814

Contraparte	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de dezembro de 2020	Dólar expectativa Administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Cost sharing - ADBV/LatAm/Arcos Dorados Argentina/Arcos Dorados B.V./ Arcos Dorados Holding	13.315	69.194	69.375	86.685	104.127
Royalties - McDonald's	25.945	134.828	135.181	168.910	202.898
Location fee - McDonald's	34	177	177	221	266
Empréstimos e financiamentos - Bancos	242.255	1.258.927	1.262.221	1.577.153	1.894.507
Derivativos - ponta ativa (diversas instituições)	(79.580)	(413.553)	(414.636)	(518.090)	(622.339)
Taxas utilizadas		5,1967*	5,2103**	6,5103	7,8203

* Taxa de câmbio efetiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020, obtida do Banco Central do Brasil. ** Taxa de câmbio projetada pela Administração. *Risco de taxa de juros:* A Companhia também está exposta à variação na taxa de juros, risco que impacta suas aplicações financeiras e seus empréstimos e financiamentos: Com finalidade de verificar a sensibilidade à variação das taxas de juros foram definidos três cenários diferentes. Assim, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 4,42% para o ano de 2021 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas e positivas de 25% e 50%. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros: Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	2021	2020	Risco	CDI expectativa Administração	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	332.871*	218.305	Queda do CDI	3,80%**	2,85%	1,90%
				12.653	9.490	6.327

* Saldos em 31 de dezembro de 2021 aplicados em CDB. ** A Companhia utilizou como expectativa 86,00% do CDI. Análise de sensibilidade dos passivos financeiros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores de dívidas, as quais a Companhia estava exposta na database de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes. Os contratos de dívida pré-fixada são valorizados a taxa média de 9,85% ao ano e taxa referencial (TR) acumulada desde agosto de 2014, e a partir desta calculadas as variações de 25% e 50%. Durante o ano de 2021, a atualização da taxa referencial (TR) foi de 0,048%. Os contratos de financiamento com locador são valorizados a taxa de 3,3% e 5,0% (CDI). Para cada cenário foi calculada a "despesa financeira bruta" não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2024. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

Operação	Risco	Exposição em reais*	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TR				
Financiamentos Itaú	9,85%+TR	32.040	3.171	3.171	3.171
Financiamento Locador	3,3% a 5,0% (CDI)	7.907	442	447	471

* Saldos em 31 de dezembro de 2021. d) *Instrumentos financeiros derivativos*: A carteira de instrumentos financeiros derivativos é composta por contratos de troca de indexadores (*Swap*). A utilização desses instrumentos visa diminuir os riscos de variação cambial nos contratos de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira e financiamentos, respectivamente. Tais derivativos são designados em estruturas de *hedge accounting* com o efeito da sua realização no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía estruturas de *hedge* sendo *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de valor justo respectivamente. Em um *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parcela ineletiva do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro. Valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afeta o resultado. Em um *hedge* de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento é reconhecida diretamente no resultado, em conjunto com a variação no valor justo do objeto. De acordo com as políticas de Tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. *Hedge de fluxo de caixa*: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de *Swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas cambiais dos empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira, os quais possuem vencimentos em setembro de 2023 e abril de 2027. Os valores das operações de *Swap* utilizados para proteção de empréstimos são resumidos a seguir:

	Valor nominal (USD)	2021 Diferencial a receber/pagar Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	50.000	194.252	170.881	(23.371)
USD x PRE - Santander	50.000	157.516	143.141	(14.375)
USD x PRE - JP Morgan	50.000	(2.595)	–	2.595
USD x PRE - Citibank	50.000	476	–	(476)
USD x PRE - JP Morgan - 20	30.000	(15.413)	(15.413)	–
USD x PRE - Itaú	50.000	(23.859)	(23.859)	–
Totais	280.000	310.377	274.750	(35.627)
Total ativo circulante				389.364
Total ativo não circulante				(31.645)
Total passivo circulante				(82.969)
Total passivo não circulante				–

	Valor nominal (USD)	2020 Diferencial a receber/pagar Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Ativo/Passivo				
USD x PRE - Bank of America	50.000	153.368	127.943	(25.425)
USD x PRE - Santander	50.000	115.658	108.878	(6.780)
USD x PRE - JP Morgan	50.000	44.107	73.692	29.585
USD x PRE - Citibank	50.000	53.198	58.483	5.285
USD x PRE - JP Morgan - 20	30.000	(5.278)	(5.278)	–
USD x PRE - Itaú	50.000	(7.435)	(7.435)	–
Totais	280.000	353.618	356.283	2.665
Total ativo circulante				3.648
Total ativo não circulante				427.587
Total passivo circulante				(7.088)
Total passivo não circulante				(67.864)

Os termos essenciais dos contratos de *Swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do ajuste a valor justo sobre *hedge* de fluxo de caixa foram registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes" em contrapartida da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" passivos ou ativos. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente; Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	332.871	–	332.871	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	389.364	–	389.364	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(31.645)	–	(31.645)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(82.969)	–	(82.969)	–

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	218.305	–	218.305	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa	427.587	–	427.587	–

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo circulante	(7.088)	–	(7.088)	–
Swap de taxa de juros - *hedge* de fluxo de caixa - passivo não circulante	(67.864)	–	(67.864)	–

24. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Companhia é de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

25. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha compromissos no montante total de R$451.081 incluindo os contratos serviços de TI, *marketing*, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros. Os compromissos futuros relacionados aos referidos contratos são:

	Valor (i)
2022	184.794
2023	57.257
2024	42.709
2025	42.868
2026	29.998
Acima de 5 anos	93.455
	451.081

(i) Contratos não aplicáveis ao CPC 06 (R2)/NBC TG (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, ou seja, contratos de serviços de TI, *marketing*, auditoria, TAX, jurídico, tesouraria entre outros.

26. PLANO DE REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

A Arcos Dorados Holding Inc., controladora indireta da Companhia, implementou um plano de incentivo de longo prazo, em 2008, para premiar funcionários elegíveis, incluindo funcionários da Companhia. De acordo com este plano, a Arcos Dorados Holding Inc. garante anualmente a determinados funcionários a participação em unidades de ações - chamadas "CAD's" - nos termos do qual estes mesmos funcionários têm direito a receber, no momento da concessão, um pagamento em dinheiro igual ao valor justo do prêmio sobre o valor base da ação. As "CAD's" garantem um período de cinco anos, sujeitos ao vínculo com a Companhia no período, da forma que segue: 40% no segundo aniversário da data de concessão do prêmio e 20% em cada um dos três aniversários seguintes. O direito é cumulativo e, uma vez que aplicável, pode ser executado durante uma janela trimestral de forma total ou em partes até a data de liquidação, que ocorre ao quinto aniversário da data de concessão do prêmio. Quaisquer "CAD's" remanescentes na data término da garantia são automaticamente liquidadas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado no resultado do exercício o valor de R$2.584 (R$1.543 em 31 de dezembro de 2020).

27. EVENTO SUBSEQUENTE

A Companhia em 10 de janeiro de 2022, recebeu um auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R$94.939, pelo qual considerou indevido o creditamento do PIS/COFINS incidente sobre despesas essenciais e relevantes para a sua atividade econômica relativo ao ano de 2017. A Impugnação foi devidamente apresentada pela Companhia e atualmente aguarda-se decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ). De acordo com a análise do escritório patrono, mais de 83% da contingência materializada por meio do referido auto de infração referem-se a créditos glosados de quais, embora glosados pela Autoridade Fiscal, são estimados pelos assessores com chance de êxito PROVÁVEL (ou risco REMOTO). Em 21 de janeiro de 2022 foi realizado a amortização do empréstimo junto a Arcos Dorados B.V. no montante de R$112.000. Em 17 de fevereiro de 2022, a Companhia deliberou o aumento do capital social da Companhia no valor de R$84.000, mediante a emissão de 84.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação ordinária, calculado com base no valor patrimonial da ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, I, da Lei das Sociedades por Ações. Em consequência, o capital social da Companhia passa de R$358.789 dividido em 358.789 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$442.789 dividido em 442.789 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As novas ações foram totalmente subscritas e integralizadas na presente data, pela acionista Arcos Dorados Development B.V., conforme boletim de subscrição que consta como Anexo I da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, com a expressa anuência da acionista LatAm, LLC, que renuncia expressamente a seu direito de preferência previsto no artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, mediante a capitalização de créditos detidos pela ADDevelopment em face da Companhia, devidamente contabilizados e refletidos nos livros e registros contábeis da Companhia, no valor total de R$84.000, nos termos do Contrato de Contribuição de Ágio de Ação, Contribuição de Capital, e cessão de recebíveis, de 16 de fevereiro de 2022, no valor de R$84.000. As novas ações ordinárias emitidas em função do aumento do capital terão as mesmas características e vantagens das ações anteriormente existentes, participando em igualdade de condições em relação às demais ações existentes, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovadas.

A DIRETORIA **CONTADOR: Wesliey Barroso de Britto - CRC SP 276041/O-5**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. -** Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arcos Dourados Comércio de Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Pedro Martins Barbosa
Contador - CRC-BA036442/O-9

EY Building a better working world

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **0013541-62.2021.8.26.0100**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Atrani Comércio de Mármores e Granitos Ltda. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0013541-62.2021.8.26.0100. A Dra. Ana Lúcia Xavier Goldman, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Atrani Comércio de Mármores e Granitos Ltda (CNPJ. 27.422.939/0001-06), que nos autos da ação de Procedimento Comum, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 3.252,15. Estando a requerida em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em (05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 28/01/2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1000332-66.2014.8.26.0004**. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Eldarqueia Esteves Cabral da Silva. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006332-66.2014.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Débora Thais de Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELDARQUEIA ESTEVES CABRAL DA SILVA, brasileira, CPF 291.570.498-62, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Fundação São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 20.582,51 (janeiro de 2014), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado pelas partes. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para em quinze (15) dias: a) pagar a quantia reclamada na inicial, acrescida de honorários advocatícios de 5% do valor da causa, caso em que ficará liberada do pagamento das custas (art. 701, §1º, do CPC); ou, b) apresentar defesa, na forma de embargos, independente da segurança do Juízo, caso em que ficará isenta a eficácia do mandado inicial (art. 702, §4º, do CPC). Não oferecidos os embargos ou rejeitados os opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial e converter-se-á de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo (art. 701, §2º e 702, §8º, do CPC), prosseguindo-se em execução, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 07 de abril de 2022. 20 e 21 / 04 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1001659-30.2014.8.26.0004**. Classe: Assunto: Monitória - Prestação de Serviços Requerente: Fundação São Paulo. Requerido: Sheila Alimbola Regis Adesina. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1001659-30.2014.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Banti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SHEILA ALIMBOLA REGIS ADESINA, Brasileira, CPF 340.170.188-66, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Fundação São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 20.582,51 (janeiro de 2014), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua citação por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que em 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, que deverá ser realizada nos termos do artigo 257, II do NCPC, pague o débito (ficando isento de custas e honorários, advocatícios equivalente a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1085084-84.2016.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Marietta Shoes Comércio de Calçados Ltda e outro. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1085084-84.2016.8.26.0100. O Dr. Diego Bocuhy Bonilha, Juiz de Direito da 30ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Marietta Shoes Comércio de Calçados Ltda ME (CNPJ. 17.948.645.0001.53) e Ana Paula Elias Martins (CPF. 360.658.858-51), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou Execução, objetivando o pagamento de R$ 85.496,39 (outubro de 2016), representado pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro nº 351/9409364. Estando as executadas em lugar ignorado, expede o edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de março de 2022. 19 e 20 / 04 / 2022

COMPANHIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E ADMINISTRADORA PRADA

C.N.P.J. nº 51.459.642/0001-94

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S^a^s. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estas contas foram por nós examinadas e julgadas corretas, recomendando-se sua aprovação. Permanecemos ao inteiro dispor de V.S^a^s. para quaisquer informações adicionais.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	7.625	14.341	Tributos a pagar	24	129
Tributos a recuperar	98	324	Dividendos a pagar	53	53
Outros ativos	2	–	Outros passivos	26	9
	7.725	14.665		103	191
Não circulante			**Não circulante**		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Depósitos judiciais	15	15	Provisão para contingências	1.925	–
Imobilizado	–	48		1.925	–
	15	63	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	7.468	14.165
			Reserva de lucros	(1.756)	372
				5.712	14.537
Total do ativo	7.740	14.728	**Total do passivo e patrimônio líquido**	7.740	14.728

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - *Em milhares de reais*

	Capital social	Legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	14.165	178	2.098	16.437
Lucro líquido do exercício			6.100	6.100
Apropriações do lucro				
Reserva legal		305	(305)	
Dividendos pagos (R$ 43,00 por lote de mil ações)			(8.000)	(8.000)
Em 31 de dezembro de 2020	14.165	481	(105)	14.537
Prejuízo líquido do exercício	-		(2.128)	(2.128)
Redução de capital (R$ 36,00 por Lote de mil ações)	(6.697)			(6.697)
Em 31 de dezembro de 2021	7.468	481	(2.237)	5.712

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - *Em milhares de reais*

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	(2.128)	6.100
Ajustes		
Depreciação		1
Valor residual do ativo imobilizado baixado	48	1.868
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	226	1.076
Outros ativos		1
Fornecedores		(2)
Tributos a pagar	(106)	99
Outros passivos	16	(2)

OPEN CO TECNOLOGIA S.A. *(anteriormente denominada Geru Tecnologia e Serviços S.A.)*

CNPJ nº 20.955.843/0001-59

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, da Open Co Tecnologia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Operacionalização: A Companhia tem por objeto a operação da plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende as atividades de correspondente bancário, nos termos da regulamentação aplicável, a manutenção e o gerenciamento de informações cadastrais, a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas, a avaliação de risco de crédito, o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros e a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes. Desempenho: A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um prejuízo de R$ 66.044 mil (R$ R$ 31.354 mil em 31 de dezembro de 2020) e ativos totais de R$ 43.435 mil (R$ 16.094 mil em 31 de dezembro de 2020). Tal desempenho está respaldado em uma estratégia de crescimento acelerado, típico de startup, a qual exige um investimento grande em aquisição de clientes, o que só ocorra a Open Co nas principais mídias. Espera-se, assim, um crescimento da base de clientes e *payback* do investimento entre um e cinco anos, via receitas de serviços oriundas dos empréstimos gerados. Após esse período, espera- se a destinação de 25% do lucro líquido do exercício para pagamento de dividendo obrigatório, após a dedução de 5% para reserva legal, conforme previsto em seu Estatuto. Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de parceiras pela confiança e pelo credibilidade e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e pelo empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços. Permanecemos à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

A Administração

São Paulo, 29 de março de 2022.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.812	1.876
Contas a receber	8	1.423	1.518
Outros ativos	9	21.218	522
Total ativo circulante		**32.453**	**3.916**
Aplicações financeiras	7	361	346
Direito de Uso - Arrendamento	10	714	1.142
Imobilizado	11	1.441	863
Intangível	12	8.466	9.807
Total ativo não circulante		**10.982**	**12.178**
Total ativo		**43.435**	**16.094**

PASSIVO	Nota	2021	2020
Fornecedores e outras contas a pagar	13	4.360	1.754
Salários e benefícios		11.858	4.921
Contingências	14	97	110
Impostos a recolher	15	360	331
Passivo de arrendamento	10	398	362
Total passivo circulante		**17.069**	**7.478**
Passivo de arrendamento	10	306	731
Total passivo não circulante		**306**	**731**
Capital Social	16	221.000	135.862
Prejuízos acumulados		(194.940)	(127.977)
Reservas		-	-
Total do patrimônio líquido		**26.060**	**7.885**
Total passivo		**43.435**	**16.094**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2020		**137.824**	**(22.221)**		**18.964**
Capital Social a Integralizar		-	20.275		20.275
Prejuízo do exercício		-	-	(31.354)	(31.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**137.824**	**(1.962)**	**(127.977)**	**7.885**
Variação das mutações em 2020		***-***	***20.275***	***(31.354)***	***(11.079)***
Aumento de Capital	16	155.000	1.962	-	**156.962**
Capital Social a Integralizar	16	-	(71.824)	-	**(71.824)**
Prejuízo do exercício				(66.964)	**(66.964)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**292.824**	**(71.824)**	**(194.940)**	**26.060**
Variação das mutações em 2021		***155.000***	***(50.862)***	***(66.964)***	***19.074***

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	2021	2020
Receita de serviços	17	29.048	22.255
Custos de serviços	18	(12.062)	(8.599)
Lucro Bruto		**16.986**	**13.656**
Despesas gerais e administrativas	19	(40.618)	(21.862)
Despesas com pessoal	20	(41.638)	(21.909)
Despesas de depreciação e amortização	10-11-12	(753)	(1.094)
Resultado antes da receitas (despesas) financeiras líquidas		**(66.023)**	**(31.009)**
Receitas financeiras	21	504	1.292
Despesas financeiras	21	(1.446)	(615)
Despesas financeiras líquidas		**(941)**	**(350)**
Resultado não operacional		-	-
Prejuízo		**(66.964)**	**(31.354)**
Quantidade de ações		4.044	4.044
Prejuízo por ação		(16)	(8)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(66.964)**	**(31.354)**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(66.964)**	**(31.354)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
(Prejuízo) do exercício	**(66.964)**	**(31.354)**
Ajustes de		
Depreciação	2.989	3.390
Baixa de imobilizado	5	12
Juros sobre arrendamento	114	58
Provisão para Contingências	(13)	56
Variações em:		
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(15)	(8)
(Aumento) em contas a receber	95	(294)
(Aumento) redução em outros ativos	(20.698)	928
Aumento (Redução) em contas a pagar	2.605	(4.229)
Aumento (Redução) em salários e benefícios	6.937	(214)
Aumento (Redução) em impostos a recolher	29	96
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(74.914)**	**(31.558)**
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(74.914)**	**(31.558)**
Pagamento de Arrendamento	(505)	(402)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	85.138	20.275
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**84.633**	**19.873**
Aquição de imobilizado	(848)	(95)
Aquição de Intangível	(937)	(1.467)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(1.785)**	**(1.562)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**7.936**	**(13.248)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.876	15.124
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.812	1.876
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**7.936**	**(13.248)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa operacional para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente em moeda nacional	9.271	542
Aplicações financeiras - CDB (i)	9.800	1.329
Total	**9.812**	**1.876**

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários são de liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações financeiras, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, objetivam a gestão de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 , a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente a 95% (85% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI"). A Open Co Tecnologia, adicionalmente, detém aplicações financeiras efetuadas com instituições financeiras de primeira linha, com vencimento acima de um ano, mantidas para cobertura de eventuais riscos operacionais e externalidades negativas, como crises econômicas:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras - CDB (ii)	361	346
Total	**361**	**346**

(ii) São remuneradas pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI") à taxa de 95% (95% em 31 de dezembro de 2020).

8. Contas a receber: São compostas por:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (i)	1.236	1.256
Outras contas a receber (ii)	187	262
Total	**1.423**	**1.518**

(i) O contas a receber é composto por *fees* de originação e serviços de avaliação de crédito e cobrança, cujos prazos médios de liquidação não ultrapassam trinta dias. Os empréstimos originados na plataforma da Companhia são cedidos para a RLGE Securitizadora e bancos parceiros, sem direito de regresso. A Open Co Tecnologia S.A. (ii) Trata-se de adiantamentos a fornecedores e despesas relacionadas por serviços de avaliação de crédito e cobrança, conforme Nota Explicativa nº 24.

9. Outros ativos: São compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar	539	428
Mútuos a receber (i)	20.500	-
Adiantamentos a fornecedores	-	94
Seguros	179	-
Total	**21.218**	**522**

(i) Trata-se de acordos de mútuos celebrados junto à Open Co Correspondente Bancário Ltda. conforme detalhado na Nota Explicativa nº 24.

10. Arrendamento: A Companhia possui um ativo de direito de uso referente à locação de prédio para operacionalização do negócio, em contrapartida a um passivo de arrendamento a pagar no valor de R$ 1.986. Em 31 de dezembro de 2021 , os valores reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento a pagar são de:

	Saldos em 31/12/2020	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	1.142	(428)	714
Total	**1.142**	**(428)**	**714**

	Saldos em 31/12/2019	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Imóveis	1.490	(360)	1.142
Total	**1.490**	**(360)**	**1.142**

	Saldos em 31/12/2020	Juros	Pagamentos	Descontos (i)	Saldos em 31/12/2021
Imóveis	1.093	114	(505)	12	714
Total	**1.093**	**114**	**(505)**	**12**	**714**

	Saldos em 31/12/2019	Juros	Pagamentos	Descontos (i)	Saldos em 31/12/2020
Imóveis	1.425	58	(402)	12	1.093
Total	**1.425**	**58**	**(402)**	**12**	**1.093**

(i) Referem- se a descontos obtidos sob o aluguel do imóvel em função da pandemia do COVID-19. Segue abaixo a composição por prazo de vencimento para amortização dos valores a pagar do passivo de arrendamento.

	Vencimentos
2022	398
2023	306
Total	**702**

11. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2020	Adições	(Baixas)	(Depreciação)	%	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	25%	-
Equipamentos, móveis e utensílios	402	17	-	(60)	10%	**359**
Equipamentos de informática	461	829	(5)	(223)	20%	**1.062**
Total	**863**	**846**	**(5)**	**(283)**	-	**1.441**

	Saldo em 31/12/2019	Adições	(Baixas)	(Depreciação)	%	Saldo em 31/12/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	441	-	(441)	-	25%	-
Equipamentos, móveis e utensílios	461	-	-	(59)	10%	**402**
Equipamentos de informática	580	95	(12)	(192)	20%	**471**
Total	**1.482**	**95**	**(12)**	**(652)**	-	**863**

12. Intangível: O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados na Nota Explicativa nº 6. 6.

	Saldo em 31/12/2020	Adições	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2021
Software	2.992	-	-	(1.431)	20%	**1.561**
Plataforma (i)	6.697	937	-	(805)	10%	**6.829**
Licenças e customizações	118	-	-	(42)	20%	**76**
Total	**9.807**	**937**	**-**	**(2.278)**	-	**8.466**

	Saldo em 31/12/2019	Adições	(Baixas)	(Amortização)	%	Saldo em 31/12/2020
Software	4.434	176	-	(1.620)	20%	**2.992**
Plataforma (i)	6.087	1.286	-	(676)	10%	**6.697**
Licenças e customizações	152	-	-	(42)	20%	**118**
Total	**10.678**	**1.462**	**-**	**(2.338)**	-	**9.807**

(i) O ativo intangível está relacionado a plataforma "Core", sendo essa a responsável pela criação e gerenciamento de todas as operações de empréstimos desde sua originação até a quitação do mesmo. Tendo como informação principal as regras de cobrança e informações sensíveis dos tomadores. Em 2020 e 2021 novas funcionalidades foram implementadas a fim de flexibilizá-la para o lançamento de novos produtos, direcionado a crédito a pessoas jurídicas, limites de crédito, dentre outras funcionalidades.

13. Fornecedores e outras contas a pagar: São compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores (i)	4.238	1.754
Adiantamentos de clientes	22	-
Total	**4.360**	**1.754**

(i) São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios;

14. Contingências: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista e cível. Com base nas informações e avaliações de assessores jurídicos internos e externos, a Administração entende que a provisão constituída para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. **a. Contingências prováveis:** Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$ 97 (R$ 110 em 2020), sendo composto por 75 (quatro) processos (22 - vinte e dois - em 31 de dezembro de 2020), conforme quadro a seguir:

	2020	Adições	Reversões	Pagamentos	2021
Contingências Prováveis	110	94	(83)	(24)	97

b. Contingências cíveis e remotas: A Companhia figura como parte em 35 (trinta e cinco) processos judiciais cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda classificada como possível (20 (vinte) em 31 de dezembro de 2020), distribuídos da seguinte maneira:

	2021	2020
Cíveis - Possíveis	230	322
Trabalhistas - Possíveis	428	-
Total	**658**	**322**

15. Impostos a recolher: Os impostos a recolher da Companhia são compostos por:

	31/12/2021	31/12/2020
Cofins	22	118
Pis	102	26
Iss	156	115
IRRF sobre serviços tomados	20	19
PCC sobre serviços tomados	60	53
Total	**360**	**331**

16. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 2021, a Companhia possui 7.113 ações ordinárias pela Open Co Holding Limited, nominativas e sem valor nominal. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 221.000 (R$ 135.862 em 31 de dezembro de 2020). As subscrições e integralizações efetuadas em 2021 deram-se conforme quadro a seguir:

	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Integralizado
Janeiro	10.000	-	11.962	-
Março	65.000	-	65.000	1.338
Abril	-	-	-	9.395
Junho	-	-	-	9.542
Dezembro	80.000	71.824	8.138	-
Aumento de Capital Social	**155.000**	**71.824**	**85.138**	**20.275**

b. Distribuição de dividendos: Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. Receita de serviços: Conforme destacado na Nota Explicativa nº 6.2, as receitas estão constituídas conforme segue:

	2021	2020
Receita de originação	22.296	14.425
Receita de avaliação, cobrança e renegociações	11.564	11.547
Impostos sobre receitas de serviços	(4.812)	(3.717)
Total	**29.048**	**22.255**

18. Custos de serviços: Os custos de serviços são compostos conforme segue:

	2021	2020
Custos de análise de crédito	(8.579)	(5.676)
Custos de formalização	(366)	(339)
Marketing	(881)	(288)
Custos de amortização de intangível	(2.236)	(2.296)
Total	**(12.062)**	**(8.599)**

19. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas são compostas conforme segue:

	2021	2020
Despesa de publicidade e propaganda (i)	(17.298)	(9.765)
Despesas de tecnologia (ii)	(13.134)	(7.676)
Despesas de consultoria (iii)	(4.998)	(1.725)
Manutenção do escritório	(764)	(627)
Assessoria jurídica	(1.329)	(697)
Despesas com seguros	(363)	-
Perdas com empréstimos cancelados	(147)	(255)
Assessoria contábil	(344)	(285)
Despesas com auditoria	(202)	(177)
Despesas com viagens	(230)	(38)
Taxas e licenças	(12)	(15)
Despesas com cartório	(46)	(21)
Despesas com eventos	(364)	(84)
Outras despesas gerais	(700)	(600)
Aluguéis	(151)	(10)
Cursos e treinamentos	(535)	(170)
Total	**(40.618)**	**(21.662)**

(i) Em 2021, após redução nos gastos com propaganda e publicidade em função da crise no ano de 2020, a Companhia retomou os seus investimentos, com o arrefecimento da crise e perspectivas de crescimento; (ii) Tratam- se de despesas operacionais para manutenção da estrutura de tecnologia da Companhia, como fines de infraestrutura de pequeno valor, adquirindo equipamentos de TI, bem como serviços relacionados à manutenção de plataformas e estruturas em nuvem utilizados pela Companhia. Em 2021 o aumento deu- se em função das adequações necessárias de infraestrutura tecnológica necessárias em decorrência da fusão com a Open Co Correspondente Bancário Ltda (anteriormente à fusão, denominada Rebel Tecnologia e Correspondente Bancário Ltda). (iii) O aumento em 2021 decorre, essencialmente, de despesas legais à fusão.

20. Despesas com pessoal: As despesas com pessoal estão compostas conforme segue:

	2021	2020
Salários (ii)	(24.357)	(13.663)
Benefícios (i)	(3.801)	(1.854)
Programa de participação nos lucros (i)	(5.571)	(1.218)
Férias e gratificações	(38)	(133)
Encargos sobre folha (i)	(7.842)	(5.044)
Total (i)	**(41.638)**	**(21.909)**

(i) A Companhia deliberou o pagamento de um PLR como forma de incentivo e reconhecimento aos funcionários, independentemente do prejuízo, uma vez em que este decorre dos altos investimentos em marketing e deverá ser recuperado nos próximos anos. (ii) Em 2021, a variação ocorreu em função de de mitigação de folha de pagamento da Open Co Correspondente Bancário Ltda para a Companhia, em função da fusão ocorrida com o grupo Rebel, em 2021, em conjunto com aumento relevante de novas contratações de funcionários.

21. Receitas e despesas financeiras: Trata-se das receitas auferidas nas aplicações financeiras, descritas nas Notas Explicativas nº's 7 e 8 e de despesas com tarifas bancárias e IOF sobre transações financeiras e aportes de capital. Em 31 de dezembro de 2021 , a Companhia auferiu R$ 504 com receitas financeiras (R$ 285 em 31 de dezembro de 2020), e incorreu em R$ 1.446 de despesas financeiras (R$ 615 em 31 de dezembro de 2020).

22. Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro

	2021	2020
Prejuízo antes dos impostos	(66.694)	(31.354)
(+/-) Exclusões (Adições) temporárias	5.408	3.375
Programa de participações sobre o lucro	5.571	1.218
Outras provisões	(163)	157
Prejuízo fiscal	**(61.598)**	**(26.976)**
Crédito tributário sobre prejuízos fiscais a 34% (i)	**20.029**	**10.193**

(i) A Companhia não constituiu crédito tributário sobre os prejuízos fiscais, uma vez em que não há expectativa de base fiscal para os próximos cinco anos, e consequente realização desses créditos.

23. Transações e saldos com partes relacionadas: Os principais saldos e transações com partes relacionadas estão assim sumarizadas:

a. Transações e saldos e passivos com partes relacionadas

Transações ativas

	Contas patrimoniais		Resultado	
	2021	2020	2021	2020
Rage Securitizadora (i)	73	261	1.734	5.779
Rage Securitizadora (ii)	-	-	-	(46)
Open Co Correspondente Bancário Ltda (iii)	20.500	-	-	-
Geru Sociedade de Crédito S.A (iii)	114	-	-	-
Total	**20.687**	**261**	**1.734**	**5.733**

Transações passivas

	Contas patrimoniais		Resultado	
	2021	2020	2021	2020
Geru Holding (iii)	-	-	-	(21)
Total	**-**	**-**	**-**	**(21)**

(i) Trata-se de saldos a receber de partes relacionadas por serviços mensais de avaliação de crédito e cobrança, conforme Nota Explicativa nº 8. 2; (ii) Referem- se a serviços profissionais e tarifas para manutenção da estrutura administrativa sob responsabilidade da Companhia, às suas ligadas. (iii) Tratam-se de acordos de mútuos celebrados junto à Open Co Correspondente Bancário Ltda, através do qual as Partes assumem obrigações de caráter financeiro, sem incidência de juros e sem data de vencimento, conforme Nota Explicativa nº 9.

b. Remuneração dos administradores: Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2021 , o valor total provisionado ou pago a título de remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R$ 1.188 (R$ 2.190 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em cotas.

c. Gerenciamento de riscos: A Open Co Tecnologia pressupõe ser com a manutenção da qualidade de seus ativos, objetivando um crescimento sustentável e consistente, e a evolução financeira saudável e responsável. A estrutura de gerenciamento de riscos permite a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados à operação e está dividida da seguinte forma: **a. Risco de crédito:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador (cliente) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, de ganhos ou perdas associados a mudanças no valor de garantias, bem como a redução dos recuperação. Por serem os recebíveis compostos basicamente por operações com Companhias do grupo e em direitos creditórios junto a pessoas físicas e jurídicas, pessoas de baixo risco de crédito, não há retenção de risco de crédito pela Open Co Tecnologia. **b. Risco de mercado:** O risco de mercado está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de bolsas de valores, mercado de taxas de juros e mercado de câmbio. Os recebíveis são originados e monitorados dentro e fora do país, que trazem reflexos nos preços dos ativos. A Companhia não possui operações sujeitas relevantemente a esses fatores. **c. Risco de liquidez:** O risco de liquidez resulta da possibilidade de a Companhia ser incapaz de honrar seus compromissos financeiros em razão de não ter suficiente para honrar as saídas de caixa necessárias à liquidação financeira de suas operações. Os fluxos de caixa são projetados em vértices menseais, considerando os valores de passivos e ativos no vencimento, projeções de despesas futuras, projeções de receitas e operações que venham gerar alguma entrada ou fluxo de caixa no horizonte de um ano, de forma a possibilitar que a Companhia mantenha um nível de liquidez capaz de suprir as necessidades de suas operações e gerencial necessidades de novas captações. **d. Outros assuntos:** Em relação aos efeitos do COVID-19, do período de 2020 e 2021, com a ampliação de estratégia adotada para enfrentamento da crise oriunda da COVID-19, implicando na necessidade de aumento na régua de avaliação de risco de crédito e consequente redução nas CCBs concedidas ao público a Companhia adicionando as originações que seguem critérios de crédito em 28,88% (R$ 1.201 em 2021) no montante de investimentos e arrefecimento da pandemia, a Companhia tomou a amplar as suas originações, obtendo um aumento de 54,6% nestas linhas de receitas. Em conjunto com essa medida, no qual foram adotadas estratégias de redução de custos de aquisição e de investimentos em mídia, em 2021, a Companhia retomou tais investimentos, voltando com o seu ritmo de crescimento. **e. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir a alocação de recursos de modo coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Assim, a fim de assegurar- se contra riscos operacionais e de responsabilidade civil de seus administradores, em 2021, a Companhia retomou tais investimentos, voltando com o seu ritmo de crescimento. **e. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de definir a alocação de recursos de modo coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Assim, a fim de assegurar- se contra riscos operacionais e de responsabilidade civil de seus administradores, a Companhia contratou em março de 2021 Seguros de responsabilidade para administradores, e para proteção de dados e segurança cibernética, com vigência de 12 meses.

25. Eventos subsequentes: (i) Em 22 de março de 2022, foi integralizado o montante de R$ 10.000 de capital social subscrito anteriormente, ao longo de 2021; (ii) Em 10 de março de 2022 a Companhia celebrou, na qualidade de mutuante, junto à sua coligada, a Open Co Correspondente Bancário Ltda, novo contrato de mútuo no montante de R$ 2.000, o qual deverá ser utilizado pela mutuária para, única e exclusivamente, cumprir as suas obrigações, legais e contratuais, assumidas no desempenho e desenvolvimento ordinário de suas atividades sociais e operacionais, sem incidência de juros ou correção monetária, a ser pago em até 12 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Open Co Tecnologia S.A (anteriormente denominada Geru Tecnologia e Serviços S.A) é uma sociedade por ações constituída em 17 de julho de 2014, domiciliada no Brasil, subsidiária da Open Co Holding Limited, com sua sede social na Rua Inácio Pereira da Rocha, 514, Pinheiros, São Paulo, Capital. A Companhia tem por objeto a operação de plataforma de prestação de serviços para pessoas físicas e jurídicas, que compreende: (i) a manutenção e gerenciamento de informações cadastrais; (ii) a compilação de informações de crédito, investimento e capacidade de endividamento sobre pessoas físicas e jurídicas; (iii) a avaliação de risco de crédito; (iv) o gerenciamento de fluxos de contratos financeiros; (v) a elaboração e disponibilização de cálculos, relatórios e ferramentas de gestão para clientes; e (vi) o recebimento de depósitos e pagamentos de títulos de terceiros e outras de terceiros. Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co Tecnologia e Serviços S.A são adquiridos pela Rage Securitizadora, parte relacionada, com recursos captados por meio da emissão de debêntures (ou seja, as cédulas de crédito bancário emitidas pela companhia de lastro para a emissão de debêntures pela Rage), e pelo Open Co Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, constituído sob a forma de condomínio fechado, e que objetiva proporcionar rendimento a seus cotistas através da aquisição de direitos creditórios originados na plataforma. O plano da Companhia para reverter os resultados negativos baseia-se na estratégia de manterem altos níveis de investimentos em campanhas de marketing e aquisição de clientes, a fim de alavancarem as originações do grupo. Essas estratégia implica em comprejuízos nos primeiros anos, até que o crescimento no volume passe paulatinamente superior os valores investidos, e passe a gerar lucro. Até que se atinja o equilíbrio, a Open Co possui o comprometimento por parte dos investidores de manterem a Companhia capitalizada, de modo que, no exercício de 2020, foram subscritos R$ 155.000 mil e integralizados R$ 85.138 mil. Além disso, em 2021, após o advento de fusão com o grupo Rebel, a Open Co Tecnologia teve a sua denominação social alterada de "Geru Tecnologia e Serviços S.A" para "Open Co Tecnologia e Serviços S.A". O objetivo é que a Companhia, dentro do contexto do grupo, seja um dos principais participantes para extrair riqueza do mercado de crédito, o qual viverá um ciclo totalmente novo, auxiliado pela facilidade do brasileiro em adotar novas tecnologias e impulsionado pelo novo ambiente regulatório com o open banking. As marcas, contudo, seguem separadas, embora sob o controle comum da Open Co Holding Limited.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Companhia. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

3. Moeda funcional: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do imobilizado e intangível e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Companhia tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, no fechamento das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem esse aspecto em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

6. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações financeiras. **6.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. **6.2. Reconhecimento de receitas:** As principais fontes de receitas estão descritas a seguir: • Serviços de originação de empréstimos, equivalente a 4,5% do valor principal concedido aos tomadores de empréstimos na plataforma digital da Open Co Tecnologia S.A ("Open Co Tecnologia"); • Prestação de serviços de avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Open Co Tecnologia, equivalente a 1% (1º a 4 º emissão de debêntures* até agosto de 2020) ou 3% (6º emissão e 1º a 4 º emissão de debêntures, atual 8 º emissão, após suas unificações, a partir de setembro de 2020 e 5º a 7º emissão de debêntures*) dos recebimentos totais (CCBs de rating A até E) , 2,4% para as linhas PGP (CCBs de rating F até H) • Correspondente Bancário, 2% sobre o montante de principal concedido. (*) Os direitos sobre os créditos originados através da plataforma da Open Co Tecnologia são adquiridos pela Rage Securitizadora S.A., parte relacionada, com recursos captados por meio da emissão de debêntures, conforme descrito na nota 1. A receita de serviços é reconhecida quando os serviços descritos acima são concedidos ao cliente, ou seja, após a concessão do empréstimo (serviço de originação e correspondente bancário), ou após a gestão dos recebimentos (serviço de avaliação, cobrança e correspondente bancário), sendo tratados com base na contraprestação que a Companhia espera receber por estes, devida imediatamente no momento em que o cliente adquire os serviços descritos acima, estando assim em consonância com o CPC 47- Receita de contrato com clientes, que estabelece que "*a entidade deve reconhecer receita de forma que descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços*". Assim, o reconhecimento da receita está em consonância com as seguintes etapas estabelecidas no normativo: (i) Os contratos entre as partes identificam e formalizam as receitas oriundas das originações e serviços de avaliação, cobr

DIMENSA S.A.

CNPJ nº 27.231.185/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2021	2020 (não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**675.231**	24.526
Contas a receber de clientes, líquidas	6	**20.057**	22.636
Outros ativos	9	**959**	420
		696.247	47.582
Não circulante			
Garantias de investimentos		-	1.116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	**166**	602
Outros ativos	9	**544**	416
		710	2.134
Imobilizado	10	**10.947**	149
Intangível	11	**9.236**	10.090
		20.183	10.239
Total do ativo		**717.140**	59.955

Passivo	Notas	2021	2020 (não auditado)
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	12	**18.011**	15.643
Fornecedores		**1.548**	470
Obrigações fiscais	13	**9.935**	6.410
Passivo de arrendamento	14	**1.729**	-
Dividendos a pagar	16	**9.180**	11.058
Outros passivos		**3.236**	19
		39.639	33.600
Não circulante			
Passivo de arrendamento	14	**8.244**	-
Obrigações por aquisição de investimentos		-	1.116
Outros passivos		**3.561**	235
		11.805	1.351
Total do passivo		**51.444**	34.951
Patrimônio líquido			
Capital social		**56.139**	5.000
Reserva de capital		**579.084**	745
Reserva de lucros		**30.473**	19.259
Total patrimônio líquido		**665.696**	25.004
Total do passivo e do patrimônio líquido		**717.140**	59.955

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	2021	2020 (não auditado)
Software		**147.055**	121.637
Receita operacional líquida	19	**147.055**	121.637
Custos de *software*	20	**(55.728)**	(49.092)
Lucro bruto		**91.327**	72.545
Receitas (despesas) operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	20	**(37.499)**	(31.725)
Despesas comerciais e de marketing	20	**(8.848)**	(8.515)
Despesas gerais e administrativas	20	**(4.897)**	(595)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas	20	**(310)**	-
Lucro antes dos efeitos financeiros		**39.773**	31.710
Receitas financeiras	21	**14.047**	827
Despesas financeiras	21	**(707)**	(189)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**53.113**	32.348
Imposto de renda e contribuição social correntes		**(14.025)**	(7.123)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**(435)**	6
Total do imposto de renda e contribuição social	7	**(14.460)**	(7.117)
Lucro líquido do exercício		**38.653**	25.231

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	2021	2020 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	**38.653**	25.231
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Plano de outorga de ações	**87**	529
Total dos resultados abrangentes	**38.740**	25.760

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		**53.113**	**32.348**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	10/11	**2.349**	30
Pagamento baseado em ações	17	**87**	529
Perda (ganho) na baixa de ativo permanente		**(19)**	-
Provisão para perda esperada	6	**60**	756
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		**270**	-
		55.860	**33.663**
Variação em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		**2.519**	(9.749)
Outros ativos		**(667)**	(776)
Obrigações sociais e trabalhistas		**2.368**	2.775
Fornecedores		**1.078**	95
Impostos a pagar		**(2.397)**	(1.521)
Outras contas a pagar		**5.802**	(103)
Caixa proveniente nas operações		**64.563**	**25.784**
Juros pagos		**(269)**	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(12.103)**	(3.595)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**52.191**	**22.189**
Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimentos			
Pagamento pela aquisição de ativo intangível		**-**	(1.713)
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado		**(873)**	-
Aplicações financeiras		**-**	(113)
Valor da venda de ativos imobilizados		**104**	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(769)**	**(1.826)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos			
Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil	14	**(832)**	-
Aumento de capital	15	**32.180**	-
Dividendos pagos	16	**(11.058)**	(20.000)
Entrada de acionista minoritário	15.b	**578.993**	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos		**599.283**	**(20.000)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**650.705**	**363**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**24.526**	24.163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**675.231**	24.526
Transações não monetárias			
Liquidação de obrigação por aquisição de investimento com garantia		**1.116**	-
Emissão de novos contratos OPC 06	10 e 14	**10.805**	-
Aumento de capital social por integralização de ativos	10	**700**	-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - *(Em milhares de reais)*

			Reserva de capital		Reserva de lucros		
	Notas	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2020 (não auditado)		5.000	216	-	86	-	5.302
Plano de outorga de ações		-	529	-	-	-	529
Dividendos aprovados em assembleia		-	-	-	-	(6.058)	(6.058)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.231	25.231
Constituição de reservas		-	-	1.000	18.173	(19.173)	-
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		5.000	745	1.000	18.259	-	25.004
Aumento de capital	15.a	**51.139**	-	-	**(18.259)**	-	**32.880**
Plano de outorga de ações	15.b	-	**(654)**	-	-	-	**(654)**
Dividendos aprovados em assembleia	16	-	-	-	-	**(9.180)**	**(9.180)**
Reserva de capital	15.b	-	**578.993**	-	-	-	**578.993**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	**38.653**	**38.653**
Constituição de reservas	16	-	-	**1.933**	**27.540**	**(29.473)**	-
Em 31 de dezembro de 2021		**56.139**	**579.084**	**2.933**	**27.540**	-	**665.696**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: 1.1. Informações gerais - A Dimensa S.A., nova denominação da TFS Soluções em Software S.A. ("Dimensa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Desembargador Eucldes da Silveira, nº 232, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 01 de outubro de 2021, foi concluída a transação envolvendo a subscrição, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), de participação acionária minoritária representativa, de 37,5% do total de ações da Dimensa S.A., o qual a TOTVS S.A., passou a ter 62,5% de participação no capital social.

1.2. Operações - A Companhia tem por objetivo prover soluções de gestão para o setor financeiro e de *fintechs*, através de ampio portfólio de soluções para o processamento e controle de middle e back-office, plataforma de soluções de *core banking* voltada a pequenos e médios bancos, além de uma plataforma de processamento e gestão para operações de cartões *private label*. **1.3. Impactos causados pela pandemia de COVID-19** - A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) manutenção do Comitê de Crise que continua desenvolvendo diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (*home office*), bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário aos escritórios que não se auto declaram como grupo de risco ao escritório em segurança, com base em diretrizes oficiais de saúde; (iii) restrição para viagens nacionais e internacionais; e (iv) implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para suporte aos colaboradores. Além disso, a Companhia assumiu o modelo de trabalho híbrido com a retomada dos colaboradores março de 2022. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações. Análise de impactos nas demonstrações financeiras - Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia da COVID-19, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis que estão apresentadas de longo das notas explicativas, com destaque: **I. Avaliação do provisão para perda esperada:** A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Companhia não observou nenhuma mudança significativa em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexos na mensuração das perdas estimadas. **II. Avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada:** A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos através de um teste de *impairment* e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado).

III. Recuperabilidade dos tributos diferidos: A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pela COVID-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2022. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação de suas demonstrações financeiras. **2.3. Resumo das principais práticas contábeis -** A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Mensuração do valor justo -** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros -** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais ativos financeiros e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são reconhecidas pelo preço da transação, conforme divulgado na Nota 6. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado -** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e saldos bancários, garantia de investimentos e contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento -** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem retteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, a Companhia avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem retteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - Nota 3; e • Contas a receber de clientes - Nota 6. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **(ii) Passivos financeiros -** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratados e fornecedores sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 14. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. **Desreconhecimento -** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é cumprida, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros -** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **e) Arrendamentos** - A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a arrendatária reconhece os pagamentos de arrendamento a ser pagos ao valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental na data de início, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos futuros de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. O passivo de arrendamento da Companhia está apresentado na rubrica de "Passivo de arrendamento" (Nota 14). **f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de curto prazo são atualizados monetariamente e reduzem a receber, quando estes ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, a somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Contudo, para operações efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste ao valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou tais ajustes. **g) Imobilizado -Reparo e manutenção** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O Imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Companhia e sua controladas. **Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota 10. **h) Intangíveis e ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação à redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **i) Pesquisa e desenvolvimento -** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização do ativo intangível com vida definida não começa enquanto o ativo não estiver disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos para venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **j) Pesquisa e desenvolvimento -** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização do ativo intangível com vida definida não começa enquanto o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos para venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **l) Receitas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia segrega as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de *software* recorrente -** A receita de *software* recorrente representa: (i) assinatura de *software*, na qual os clientes têm acesso ao *software* em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, que representam o atendimento ao cliente. Todos os itens acima são serviços são vendidos separadamente. A receita de *software* recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e assinatura de *software* são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **Receita de *software* não recorrente -** A receita de *software* não recorrente compreende aos serviços de implementação e customização de *software*, serviços de consultoria e treinamento. As receitas de implementação e customização de *software* representam receitas por desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme concluem a execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas não faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados. **k) Custos e despesas -** Os custos de *software* são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aluguéis de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de *software*s revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de *software*s. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de *software* relacionadas aos novos produtos ou a inovações tecnológicas dos *software*s existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **l) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de integração social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%; e • Contribuição previdenciária sobre receita bruta (CPRB) de 4,5%. Essas energias são contabilizadas como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse

forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Contas a receber de clientes, outras contas a receber, garantias de investimentos, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • O valor justo dos ativos financeiros sem negociação no mercado ativo é estimado por meio de uma técnica de avaliação, como fluxo de caixa descontado, os múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada. • Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. A Companhia utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado a taxa livre de risco para calcular o valor justo de empréstimos e financiamentos. • Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das operações aplicáveis aos múltiplos definidos em contrato. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial referentes as contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar ao custo amortizado, não diferem significativamente de seus valores justos. **4.2. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por contas a receber e a pagar, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado). Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **Ativos financeiros** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 9,15% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculado a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

			Cenário I		
Operação	**2021**	**Risco**	**(Provável)**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicações financeiras consolidadas	675.204	Redução	9,15%	6,86%	4,58%
Receita financeira estimada		CDI	**61.761**	**46.319**	**30.924**

4.3. Gestão de riscos financeiros - Os principais riscos financeiros que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **a) Risco de liquidez** - A liquidez do fluxo de caixa da Companhia é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia não observou até a presente data, e não espera, impactos significativos de liquidez e de fluxo de caixa decorrentes da pandemia da COVID-19, reforçando assim o comprometimento na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	1.548	-	-
Passivo de arredamento (i)	2.202	4.406	4.772
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)			
Fornecedores	470	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos (i)	1.116	-	-

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial. Normalmente, a Companhia garante que tenha caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isso exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como por exemplo desastres naturais. A Companhia tem acesso a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário.

b) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de *rating* Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundos de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA. O valor alocado a cada instituição, exceto títulos públicos federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira e fundos de investimentos. A exposição da Companhia ao risco de crédito e influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento. Para as contas a receber de *software* a Companhia estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos. Adicionalmente, em virtude da pandemia da COVID-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas referente à venda de serviços e licenças de *software* e não são esperados impactos relevantes, além dos refletidos na provisão para perda conforme Nota 6. **c) Risco de mercado** - Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **d) Operações com derivativos** - A Companhia não possui operações com derivativos financeiros nos períodos apresentados. **4.4. Gestão de capital** - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições de *rating* e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos e captação de novos empréstimos.

	2021	2020 (não auditado)
Passivo de arrendamento (Nota 14)	9.973	-
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(675.231)	(24.526)
Dívida líquida	**(665.258)**	**(24.526)**
Patrimônio líquido	665.696	25.004
Patrimônio líquido e dívida líquida	**438**	**478**

5. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	2021	2020 (não auditado)
Disponibilidades	27	98
Equivalentes de caixa	**675.204**	**24.430**
Fundo de investimento	675.204	24.430
Total	**675.231**	**24.526**

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia concentra seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 119% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,4% em 31 de dezembro de 2020 – não auditado). A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

	2021	2020 (não auditado)
Itaú Wealth Master	37,08%	99,99%
Itaú Verso A	33,91%	0,00%
CP Diferenciado	23,53%	0,00%
Itaú RF CP Diferenciado IQ	5,50%	0,00%
Caixa e Contas a pagar / receber	0,00%	0,01%

6. Contas a receber de clientes, líquidas: A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	2021	2020 (não auditado)
Mercado interno	21.082	23.242
Mercado externo	76	227
Contas a receber bruto	**21.158**	**23.469**
(-) Provisão para perda esperada	(1.101)	(833)
Contas a receber líquido	**20.057**	**22.636**

A movimentação da provisão para perdas esperadas das contas a receber é como segue:

	2021	2020 (não auditado)
Saldo inicial	**833**	**323**
Complemento de provisão, líquido da recuperação de créditos	60	756
Baixa de provisão por perdas	208	(246)
Saldo final	**1.101**	**833**

6.1. Contas a receber de clientes por vencimento: A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020 (não auditado)
A vencer	10.113	18.917
A faturar	9.378	3.350
Títulos vencidos		
de 1 a 30 dias	338	490
de 31 a 60 dias	387	101
de 61 a 90 dias	13	34
de 91 a 180 dias	57	252
de 181 a 360 dias	301	260
Acima de 360 dias	571	65
Contas a receber bruto	**21.158**	**23.469**
(-) Provisão para perda esperada	(1.101)	(833)
Contas a receber líquido	**20.057**	**22.636**

AAdministração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser diluídas em quantidade. Em geral, a Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Tributos sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **7.1. Reconciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020 (não auditado)
Lucro antes da tributação	**53.113**	**32.348**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(18.058)	(10.998)
Lei nº 11.196/05 – Incentivo à P&D	3.363	3.757
PAT (programa de alimentação do trabalhador)	253	128
Outros	(18)	(4)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(14.460)**	**(7.117)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.025)	(7.123)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(435)	6
Taxa efetiva	**27,2%**	**22,0%**

7.2. Composição do ativo fiscal diferido

	2021	2020 (não auditado)
Benefício fiscal pela amortização de ágio	(1.905)	(1.348)
Receitas ou flutuações antecipados	(1.224)	169
Provisão para perda esperada	374	283
Provisão de fornecedores	381	125
Provisão para participação baseado em ações	984	333
Participação nos lucros e resultados	1.000	-
Outras	556	1.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**166**	**602**

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	2021	2020 (não auditado)
Em 01 de janeiro	602	596
Despesa da demonstração de resultado	(435)	6
Outros	(1)	-
Em 31 de dezembro	**166**	**602**

8. Saldos e transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. **8.1.Créditos e obrigações com a Controladora** - O principal saldo de passivo, receitas e custos em 31 de dezembro de 2021 são assim demonstrados:

Empresa	Contas a pagar (i)	Receitas (ii)	Custos (iii)
TOTVS S.A.	1.743	3.798	4.345
Total	**1.743**	**3.798**	**4.345**

(i) Referem-se aos valores dos planos de remuneração baseado em ações. (ii) Referem-se aos valores dos sublicenciamentos de *softwares*. (iii) Referem-se aos valores das atividades de *back-office*.

8.2. Remuneração dos administradores - As despesas com remuneração dos administradores e estatutários da Companhia são resumidas como segue:

	2021	2021
Salários, honorários e encargos sociais	1.074	1.074
Total	**1.074**	**1.074**

9. Outros ativos: A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020 (não auditado)
Despesas antecipadas	357	10
Adiantamento a funcionários	1.141	827
Outros	5	(1)
Total	**1.503**	**836**
Ativo circulante	959	420
Ativo não circulante	544	416

10. Imobilizado: O imobilizado da Companhia é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Computadores e equipamentos eletrônicos	Veículos	Instalações, máquinas e equipamentos	Direito de uso (i)	Outros	Total do imobilizado
Custo						
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	74	10	-	-	84
Adição	-	113	-	-	-	113
Baixa	-	-	-	-	1	1
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	187	10	-	1	198
Adição	-	873	-	10.805	-	11.678
Adição por integralização (ii)	1.436	244	-	-	-	1.680
Baixas	-	(113)	-	-	-	(113)
Saldos em 31/12/2021	**1.436**	**1.191**	**10**	**10.805**	**1**	**13.443**
Depreciação						
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	(14)	(2)	-	(1)	(17)
Depreciação do exercício	-	(31)	(1)	-	-	(32)
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	(45)	(3)	-	(1)	(49)
Depreciação do exercício	(335)	(205)	(1)	(953)	(1)	(1.495)
Adição por integralização (ii)	(820)	(160)	-	-	-	(980)
Baixas	-	28	-	-	-	28
Saldos em 31/12/2021	**(1.155)**	**(382)**	**(4)**	**(953)**	**(2)**	**(2.496)**
Valor residual						
Saldos em 31/12/2021	**281**	**809**	**6**	**9.852**	**(1)**	**10.947**
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	**142**	**7**	-	-	**149**
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	6,7% a 25%	10% a 33%	20%	

(i) A Companhia aplicou exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel no valor de R$782 (R$182 em 31 de dezembro de 2020 – não auditado). (ii) Integralização de ativos adquiridos em laudo de avaliação (Nota 15.a). Anualmente a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado), não houve nada que indicasse alguma mudança. A seguir apresentamos a composição do direito de uso e passivo por arrendamento:

	Direito de uso imóveis	Passivo dearrendamento
Saldo em 01/01/2021	-	-
Adição	10.805	10.805
Amortização	(953)	-
Juros e variação cambial	-	269
Pagamento de juros	-	(269)
Pagamentos de principal	-	(832)
Saldos em 31/12/2021	**9.852**	**9.973**

11. Intangível: Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Ativos de desenvolvimento	Ágio	Total do intangível
Custo			
Saldos em 01/01/2020 (não auditado)	-	8.378	8.378
Adição	1.712	-	1.712
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	**1.712**	**8.378**	**10.090**
Saldos em 31/12/2021	**1.712**	**8.378**	**10.090**
Amortização			
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	-	-	-
Amortização do exercício	(854)	-	(854)
Saldos em 31/12/2021	(854)	-	(854)
Valor residual			
Saldos em 31/12/2021	**858**	**8.378**	**9.236**
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	**1.712**	**8.378**	**10.090**
Taxa média de amortização anual	20% a 50%		

O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (não auditado).

12. Obrigações sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	2021	2020 (não auditado)
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	3.683	2.651
Férias a pagar	7.698	7.184
Participação nos resultados e bônus	3.180	2.579
IRRF a recolher	2.096	1.919
Outros	175	171
	16.832	**14.504**
Obrigações sociais		
FGTS a pagar	587	513
INSS a pagar	592	626
	1.179	**1.139**
Total	**18.011**	**15.643**

13. Obrigações fiscais: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

	2021	2020 (não auditado)
CPRB a recolher	1.080	1.306
ISS a recolher	449	686
PIS e COFINS a recolher	1.023	792
IRPJ e CSLL a recolher	2.895	3.672
IR e CSLL retido fonte	43	18
Outros	445	(58)
Total	**5.935**	**6.410**

14. Passivo de arrendamento: As operações de arrendamentos podem ser assim resumidas:

	Encargos financeiros anuais	2021
Arrendamento mercantil	10,16% a.a.	9.973
Total		**9.973**
Passivo circulante		1.729
Passivo não circulante		8.244

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, apresenta o seguinte cronograma de vencimento:

	2021
2023	1.821
2024	1.917
2025	2.018
2026 em diante	2.488
Passivo não circulante	**8.244**

Abaixo, demonstramos a movimentação dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2021:

Saldo inicial	-
Adição de arrendamento de direito de uso	10.805
Juros incorridos	269
Amortização de juros	(269)
Amortização de principal	(832)
Saldo final	**9.973**

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A seguir apresentamos as obrigações brutas de arrendamento em 31 de dezembro de 2021:

	2021
Menos de um ano	2.203
Mais de um ano e menos de cinco anos	8.810
Mais de cinco anos	367
	11.380
Encargos de financiamento futuro sobre arrendamentos	(1.407)
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	**9.973**
Passivo circulante	1.729
Passivo não circulante	8.244

15. Patrimônio líquido: a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era composto por 56.139.114 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	2021		2020	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
TOTVS S.A.	35.059.114	62,45%	4.999.999	99,99%
B3 S.A.	21.080.000	37,55%	-	-
TOTVS Large	-	-	1	0,01%
Total em unidades	**56.139.114**	**100,00%**	**5.000.000**	**100,00%**

No dia 26 de fevereiro de 2021, em decorrência da 9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social e mediante integralização de ativos apurados em laudo de avaliação, passando o capital social de R$5.000, totalmente subscrito e integralizado, para R$5.700, divididos em 5.699.783 quotas iguais, com valor nominal de R$1,00 cada uma. Em 01 de outubro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social, nos termos a seguir: • R$18.259 através da capitalização de reserva de lucros, mediante a emissão de 18.259.331 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à TOTVS S.A.; • R$11.100 em ato contínuo de aumento do capital social, mediante a emissão de 11.100.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, totalmente subscritas pela TOTVS S.A. e integralizadas; • R$21.080 em ato contínuo de aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 21.080.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações B3"), pelo preço de emissão global de R$600.073, correspondente a aproximadamente R$28,46 por ação, totalmente subscritas pela B3 S.A., e integralizadas. O montante remanescente de R$578.993 será destinado à conta de reserva de capital da Companhia. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$5.000, para R$56.139, dividido em 56.139.114 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva de capital** - Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram compostos da seguinte forma:

	2021	2020 (não auditado)
Reserva de capital (i)	578.993	-
Plano de outorga de ações	91	745
Total	**579.084**	**745**

(i) Aporte de capital B3 S.A., destinado a reserva de capital.

16. Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O saldo de dividendos a pagar no balanço era de R$9.180 em 31 de dezembro de 2021 (R$11.058 em 31 de dezembro de 2020 – não auditado). Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisão no passivo circulante). A proposta de orçamento de capital de 2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo no montante de R$27.540 para reserva de lucros.

17. Plano de remuneração baseado em ações: A Companhia mensurou o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em ações da Companhia estabelece regras para que determinados participantes e administradores, possam adquirir ações de emissão da Controladora TOTVS S.A. por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Controladora TOTVS S.A., que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

		Outorgas		Premissas valor justo Expectativa de:	
Data	**Planos**	**Quantidade de ações restritas**	**Valor justo das ações**	**Dividendos**	**Prazo de maturidade**
04/05/2018	Regular	8.850	R$9,84	1,80%	3 anos
26/04/2019	Regular	60.240	R$12,83	1,40%	3 anos
27/04/2020	Regular	62.450	R$16,41	1,20%	3 anos
07/05/2021	Regular	62.820	R$29,39	1,31%	3 anos

As movimentações das ações restritas são demonstradas abaixo:

	Ações restritas	
	2021	**2020 (não auditado)**
Saldo no início do exercício	**120.325**	**60.626**
Movimentações:		
Exercidas	(12.975)	(2.751)
Concedidas	62.820	62.450
Canceladas	(20.475)	-
Saldo no final do exercício	**149.695**	**120.325**

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 era de R$877 e R$529 em 31 de dezembro de 2020 (não auditado), registrado na despesa de remuneração baseada em ações.

18. Lucro por ação: O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	2021	2020
Resultado básico e diluído por ação		
Resultado do exercício	**38.653**	**25.231**
Lucro líquido atribuível a acionistas controladores	33.107	25.231
Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores	5.546	-
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações - controladores	35.059	5.000
Número de ações - não controladores	21.080	-
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores (em reais)	**1,08639**	**5,0462**
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas não controladores (em reais)	**0,26309**	**-**

19. Receita bruta: A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultados da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	2021	2020 (não auditado)
***Software* recorrente**	**137.313**	**109.989**
***Software* não recorrente**	**29.524**	**27.872**
Taxa de licenciamento	83	151
Serviços não recorrentes	29.441	27.721
Receita bruta	**166.837**	**137.861**
Cancelamentos	(1.999)	(1.510)
Impostos incidentes sobre vendas	(17.783)	(14.714)
Deduções	**(19.782)**	**(16.224)**
Receita líquida	**147.055**	**121.637**

20. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	2021	2020 (não auditado)
Natureza		
Salário, benefícios e encargos	83.219	79.104
Serviços de terceiros e outros insumos	16.444	5.431
Comissões	8	4
Depreciação e amortização	2.349	32
Provisão para perda esperada	60	756
Outras	5.202	4.600
Total	**107.282**	**89.927**

	2021	2020 (não auditado)
Função		
Custo de *softwares*	55.728	49.092
Pesquisa e desenvolvimento	37.499	31.725
Despesas comerciais e de *marketing*	8.848	8.515
Despesas gerais e administrativas	4.897	595
Despesas/Receitas operacionais	310	-
Total	**107.282**	**89.927**

21. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

	2021	2020 (não auditado)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	14.652	817
Juros recebidos	53	45
Variação monetária ativa	21	-
Variação cambial ativa	5	4
Outras receitas financeiras	(684)	(39)
Total	**14.047**	**827**
Despesas financeiras		
Juros incorridos	(271)	(33)
Variação monetária passiva	(32)	(31)
Despesas bancárias	(7)	(15)
Variação cambial passiva	(397)	(110)
Total	**(707)**	**(189)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**13.340**	**638**

22. Cobertura de seguros: A Companhia com base na avaliação de seus consultores, mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia está instalada. Em 31 de dezembro de 2021, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência De	Vigência Até	Limite máximode responsabilidade
Compreensivo empresarial	Mitsui	julho/2021	julho/2022	R$197.855
Responsabilidade civil geral	Chubb Seguros	junho/2021	junho/2022	R$8.000
Veículos (i)	Porto Seguro	janeiro/2021	janeiro/2022	(*) FIPE
D&O – Responsabilidade civil de executivos	AIG Seguros	julho/2021	julho/2022	R$100.000
E&O – Responsabilidade civil profissional	AIG Seguros	julho/2021	julho/2022	R$5.000

(i) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

23. Eventos subsequentes: 23.1. Aquisição de controladas - Em 07 de janeiro de 2022, foi celebrado o "Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças" para aquisição de 100% das quotas do capital social da *startup* InovaMind Tech Ltda., no montante de R$23.500. A InovaMind é uma *startup* de inteligência artificial que utiliza *big data* para criar produtos e serviços digitais para empresas de todos os portes. Com esta aquisição, a Companhia amplia sua oferta de produtos e serviços para seus clientes e dá mais um passo estratégico para fortalecer sua posição de liderança no segmento de tecnologias B2B para o setor financeiro e de *fintechs*. Em 31 de janeiro de 2022, foi celebrado o "Contrato de compra e venda de quotas e outras avenças" para aquisição de 100% das quotas do capital social da Mobile2you Ltda., no montante de R$26.900. A Mobile2you é uma mobile-house responsável pelo desenvolvimento de aplicativos financeiros sob medida ("*Tailor-made*"), para empresas que desejam iniciar a jornada de entrada no mercado de "*fintech*". Integrando a camada de *back-office* a experiência completa de jornada do usuário, a Mobile2you entrega valor aos clientes oferecendo produtos digitais financeiros que geram tração às regras de negócio das empresas. Em 29 de março de 2022, foi celebrado o "Contrato de compra e venda de quotas e outas avenças" para aquisição de 100% do capital social da Vadu Ltda., no montante de R$40.000. A Vadu é uma plataforma de soluções de análise, automação e monitoramento para o mercado de crédito. Com o uso de Big Data integrada à Inteligência Artificial, a plataforma atua em toda jornada do crédito e fornece, em tempo real, informações essenciais para a tomada de decisões rápidas, como a avaliação de possíveis investimentos de empresas, acompanhamento da evolução do risco e monitoramento focado nos pontos de atenção da carteira de clientes.

DIRETORIA

DENIS NIETO PIOVEZAN - Presidente | **DANIELA BATISTA DOS SANTOS** - Diretora Financeira | **PAULO CESAR PICOLLI** - Contador - CRC 1SP165645/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Dimensa S.A.** - São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Dimensa S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dimensa S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Exercício anterior não auditado:** Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada como informação suplementar.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro

Telar Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/NF 52.570.320/0001-34 - NIRE 35.300.483.288

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 08 de Abril de 2022

Instalação: 08/04/2022, às 10h, na sede social. **Presenças**: Totalidade. **Convocação**: Dispensada. **Mesa:** Marco Antonio Botter - Presidente; Rodrigo Botter Ros Pinto - Secretário. **Deliberações aprovadas**: a) As demonstrações financeiras de 31/12/2021 publicadas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em 08/04/2022, conforme recibo anexo, e disponibilizadas na sede da Companhia, www.telar.com.br/demonstracoes-financeiras, bem como encontram-se à disposição na sede da Companhia. b) Destinação do lucro líquido do exercício de 31/12/2021, no valor de R$ 2.699.011,20, para a conta Reserva de Lucros. **Mesa**: Marco Antonio Botter - Presidente, Rodrigo Botter Ros Pinto - Secretário. JUCESP nº 203.297/22-2 em 19/04/2022.

Boviel-Kyowa S.A. Consultoria e Planejamento - Em Liquidação

CNPJ nº 43.519.966/0001-42

Edital de Convocação/Aviso

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, a realizar-se no dia 29/04/2022, em 1ª convocação às 10h00 e, em 2ª convocação, às 12h00, à Estrada da Penha, 1.301, Sala 2 - Jd. Arujá - Arujá/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Arujá, SP, 18/04/2022. Tsukasa Arakawa, Liquidante.

CIP S.A.

CNPJ/ME nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 3530058278-1

Edital de Convocação - 2ª Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada às 09 Horas Do Dia 05 de Maio de 2022

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**") e da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril 2020 ("**IN DREI 79**"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Avenida do Café, 277, 5º andar, Torre A, Conj. 501 e Torre B, Conj. 502, 503 e 504, CEP 04311-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.393.564/0001-07 ("**CIP**" ou "**Companhia**"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2022, às 09h00 (nove horas), exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("**Plataforma Digital**"), a qual terá como ordem do dia: a deliberação sobre a renúncia da eleição do Sr. Luiz Felipe Figueiredo de Andrade, para o cargo de membro titular do Conselho de Administração e do Sr. Rafael Dias Silva, como respectivo suplente. Orientações gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**, preferencialmente, com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("**Solicitação de Acesso**"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas, cópia do cartão de CNPJ atualizado ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("**Documentos Necessários**"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, §1º da Lei S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@cip-bancos.org.br** ou telefone (11) 4502-2712 para que seja prestado o suporte necessário. O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A participação por meio da Plataforma Digital conjugada áudio e imagem, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a possibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para o envio de Boletim de Voto a Distância: Nos termos da IN DREI 79, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto a distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto a distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão no endereço eletrônico: https://www.cip-bancos.org.br/DocumentosBoletim_Voto_Distancia.pdf, deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto a distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância em conjunto com os Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@cip-bancos.org.br**; ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto a distância em conjunto com os Documentos Necessários (acima especificados) para o endereço: *CIP S.A. - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Jurídico/Governança Corporativa*. Vale ressaltar que os boletins de voto a distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Companhia **até o dia 02 de maio de 2022**, tendo a Companhia, em até 2 (dois) dias do recebimento da cada boletim de voto a distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante a conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. Os documentos necessários para a tomada de decisão por parte dos acionistas encontram-se disponibilizados na sede da Companhia. Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente.

São Paulo, 19 de abril de 2022

André Henrique Caldeira Daré - Presidente do Conselho de Administração

ALPHAVILLE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022

1. Data, Hora e Local: Em 31 de março de 2022, às 13h00 horas, por meio de videoconferência através do Microsoft Teams, sistema que permite a identificação dos membros do Conselho de Administração, a votação dos referidos membros, bem como a comunicação simultânea com os demais membros participantes, observado o disposto na Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital/Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. **2. Convocação e Presença**. Convocação realizada nos termos do §1º do Artigo 18, do Estatuto Social da Alphaville S.A. ("**Companhia**"), conforme edital de convocação enviado a todos os membros do Conselho de Administração. Compareceram os Srs. Ricardo Leonel Scavazza, Fernando Henrique de Aldemundo Pereira, Mariane Wiederkehr Grechinski, José Roberto de Mattos Curan, Antonio Fernando Checchia Wever, Felipe Maffia Queiroz Nobre e Diego Siqueira Santos, além dos participantes convidados, representantes ou auditores independentes da Companhia, os Srs. Raphael Fernandes Fernandino Alfredo, ambos da KPMG. **3. Mesa**. Os trabalhos foram presididos por Ricardo Leonel Scavazza e secretariados por Fernando Henrique de Aldemundo Pereira. **4. Ordem do Dia**. Deliberar sobre: (i) a manifestação acerca do relatório da administração, das contas dos administradores, e das demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 ("**Demonstrações Financeiras 2021**") e a recomendação de sua aprovação na assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2022, às 9h ("**AGO**"); (ii) a proposta a ser submetida à AGO acerca do número de membros que comporão o Conselho de Administração; (iii) a proposta a ser submetida à AGO acerca dos candidatos a serem indicados como membros independentes do Conselho de Administração; (iv) a proposta a ser submetida à AGO para concessão da dispensa do requisito previsto no artigo 147, §3º, I da Lei 6.404/76 em relação ao candidato Diego Siqueira Santos; (v) a proposta a ser submetida à AGO de eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a proposta a ser submetida à AGO de remuneração anual dos administradores para o exercício social de 2022; e (vii) a convocação da AGO, nos termos do art. 132 da lei 6.404/76. **5. Deliberações**. Instalada a reunião, após (i) a apresentação da administração da Companhia, representada pelo Sr. Gerson Cohen, em relação aos principais eventos corporativos relativos ao ano da administração e às demonstrações financeiras, na forma do material anexo à versão livro desta Ata que fica arquivado nas sede da Companhia; (ii) a apresentação dos Auditores Independentes a respeito dos trabalhos executados para a conclusão das demonstrações financeiras e do parecer dos auditores externos, na forma do material anexo à versão livro desta Ata que fica arquivado na sede da Companhia; (iii) a apresentação da administração da Companhia, representada pelo Sr. Klausner Henrique Monteiro da Silva, em relação aos valores que compõem o valor total da remuneração global anual da administração da Companhia, na forma do material anexo à presente Ata que fica arquivado na sede da Companhia; e (iv) a análise dos materiais correspondentes e as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) considerando o parecer sem ressalva da KPMG Auditores Independentes e o parecer favorável dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, os conselheiros recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO, do relatório anual da administração, das demonstrações financeiras da Companhia e das notas explicativas, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes e do parecer favorável do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Fica autorizada a publicação das referidas demonstrações financeiras pela Companhia, a serem divulgadas na presente data e publicadas no jornal O Dia de São Paulo, em sua versão impressa, bem como no sítio eletrônico do referido jornal; (ii) recomendar a aprovação pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO de que o Conselho de Administração seja composto por 7 (sete) membros; (iii) recomendar a aprovação pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, da proposta de caracterização dos seguintes candidatos como membros independentes: (i) José Roberto de Mattos Curan, (ii) Felipe Maffia Queiroz Nobre, e (iii) Diego Siqueira Santos. Os candidatos acima apresentaram declaração ao Conselho de Administração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa de verificada alguma das situações previstas no § 2º do art. 16 do Regulamento do Novo Mercado. Os respectivos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração se abstiveram na deliberação acerca da sua própria independência; (iv) recomendar a aprovação pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO da dispensa do requisito previsto no artigo 147, §3º, I da Lei 6.404/76 em relação ao Sr. Diego Siqueira Santos, conforme a declaração prestada pelo candidato e as informações contidas na proposta da administração a ser divulgada. O Sr. Diego Siqueira Santos se abstteve na deliberação deste item; (v) recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO, da proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração conforme a chapa abaixo, a ser composta por 7 (sete) membros, com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023: **(a) Ricardo Leonel Scavazza**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.451.965-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 148.090.838-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, 803, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-000; **(b) Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.839.525-5 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 271.443.898-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, CEP 01.453-000; **(c) Antonio Fernando Checchia Wever**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.147.128 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 086.579.608-42, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Cidade Jardim, 803, 8º andar, CEP 01453-000; **(d) Mariane Wiederkehr Grechinski**, brasileira, casada, publicitária, portadora de cédula de identidade nº 6.110.193-4, expedido pela SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 007.643.909-70, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 3º andar, Pinheiros, CEP 05425-070; **(e) José Roberto de Mattos Curan**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 11.189.939 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 046.258.838-65, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manuel, nº 758, apto. 93, Cerqueira Cesar, CEP: 0141-001; **(f) Diego Siqueira Santos**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº4.352.612 DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº002.624.081-55, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua 14-A, S/N, Quadra B-31, Lotes 12-E, Edifício Imperador, Torre Augusto, apt. 16, Bairro Jardim Goiás, CEP 74810-190; **e (g) Felipe Maffia Queiroz Nobre**, brasileiro, casado, bacharel em economia, portador da cédula de identidade RG nº 13.774.710-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº162.882.738-64, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Manuel Guedes, nº 139, 10º andar, Bairro Jardim Europa, CEP 04548-070; **(vi)** recomendar a aprovação, pelos acionistas da Companhia a ser reunirem na AGO, da proposta de remuneração global dos administradores da Companhia, no valor total de até R$ 11.408.639,00 (onze milhões, quatrocentos e oito mil, seiscentos e trinta e nove reais) a ser pago em relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(vii)** aprovar a convocação da AGO, nos termos do artigo 19, XII do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2022, às 9h, para deliberar acerca dos temas referidos nos itens anteriores, ficando a administração autorizada a tomar as providências para a sua convocação, inclusive a publicação do edital de convocação e divulgação do documentação exigida nos termos da lei. **5.1.** Os membros do Conselho de Administraram autorizaram, por unanimidade de votos, que os membros da Diretores tomem todas as medidas necessárias à consecução das matérias ora deliberadas. **5.2.** Por fim, não obstante não ter constado na Ordem do Dia, a administração da Companhia apresentou os indicadores operacionais e financeiros referentes ao mês de fevereiro de 2022, bem como a atualização de vendas e lançamentos dos empreendimentos da subsidiária da Companhia, a Alphaville Urbanismo S.A.. **6. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de março de 2022. Mesa: **Ricardo Leonel Scavazza** - Presidente; **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira** - Secretário. Conselheiros presentes: **José Roberto de Mattos Curan; Antonio Fernando Checchia Wever; Mariane Wiederkehr Grechinski; Fernando Henrique de Aldemundo Pereira; Felipe Maffia Queiroz Nobre; Diego Siqueira Santos; Ricardo Leonel Scavazza.** JUCESP nº 200.979/22-0 em 18.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AFN MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

CNPJ/NF Nº 49.911.654/0001-66

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracília, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de comprovar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei da regência.

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 46.155.487/0001-82

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2022, às 10 horas na sede da Companhia à Rua 15 de Novembro, nº 741, Centro, Araçatuba – SP, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira-SP, para deliberar sobre o seguinte: Ordem do Dia (1) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2021, publicadas no "Jornal O Dia - SP", na página 12, nas respectivas edições de 15/19 e 20/04/2022; **(2)** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício de 2021; **(3)** Deliberar sobre o funcionamento do Conselho Fiscal para o exercício de 2022; **(4)** Fixar a remuneração dos diretores para o exercício de 2022. (15,19,20)

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: Em matéria Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores. Em matéria Extraordinária: (i) Criação de uma reserva estatutária, para destinação de parte do lucro líquido de cada exercício, para reforço de capital de giro e financiamento das atividades do escopo, dispensado o cumprimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, com a consequente alteração do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, até o limite de 100% do capital social. São Paulo (SP), 19 de abril de 2022.

Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente do Conselho de Administração

Construcap - CCPS Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME Nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 14h30 em primeira convocação e às 15h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência, que permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 14.030/2020 e nos termos da Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2022; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria, para o exercício de 2022. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no "Jornal O Dia SP", em 30/03/2022, nas páginas 20 a 24. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por email em 30/03/2022, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, especialmente o parágrafo 1º da Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço: governancacorporativa@ccps.com.br; b) A Companhia informa que, nos termos do Parágrafo nº 8º/2020, e a fim de viabilizar a Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico até 16h00 do dia 26 de abril de 2022. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 15 de abril de 2022. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto** - Presidente do Conselho de Administração.

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracília, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de comprovar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (online), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 30/04/2022 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2022. Sr. Lourival Odécio Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de comprovar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (online), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 25 de Março de 2022 do jornal Diário de São Paulo, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0050652 80.2021.8.26.0100 a MM. Juíza de Direito da 39ª Vara Cível Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo, Dra. Cristina Apparecida Fernandes Mogioni, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a executada **IGREJA DA FAMÍLIA CRISTÃ** entidade inscrita no CNPJ sob o nº 04.629.000/001-09, que nos autos da execução de título extrajudicial requerida pela **Nature Industrias Alimentícias Ltda**, foi determinada, nos termos do art. 513, §2º, IV do CPC, sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 1.445,34 (julho/ano 2011/21), sob pena de multa de 10% (dez por cento) do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e parágrafos, do CPC), ficando ADVERTIDO, independentemente de nova intimação, que terá 15 dias úteis à fluir após os 20 dias do prazo do presente edital para impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 28 de janeiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1017598-49.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) da 19ª Vara Cível Foro Central Cível – Santana, Estado do São Paulo, Dr(a). Jose Carlos Franca Carvalho Neto, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Gianluca Valim - CPF 475.798.418-94** que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de **Sociedade Educacional Bricor Ltda – CNPJ 475.798.418-94**, objetivando a cobrança de R$ 26.448,15 (outubro/2019), oriundo da prestação de serviços de assistência aos prestados no ano letivo de 2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, conventendo-se o mandado inicial em executivo. Caso contrário, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2022.

Edenred Brasil Participações S.A.

CNPJ/nº 42.195.000/0001-07

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços Patrimoniais	2021	2020
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	402.270	690.111
Impostos a recuperar	19.379	17.375
Despesas antecipadas	20	–
Partes relacionadas	639	318
Dividendos a receber	143.148	118.480
Outras contas a receber

Kartismo

GP Arlequim e Colombina abrirá o "Karnaval" no Kartódromo de Interlagos

O Kartódromo de Interlagos vai fazer uma grande festa na noite desta quinta-feira (21) para comemorar o retorno do Carnaval. E quem irá desfilar no circuito da zona sul de São Paulo serão os cerca de 100 pilotos da Associação dos Kartistas de São Paulo, que disputarão o GP Arlequim e Colombina, terceira etapa do 4º campeonato da AKSP. Os líderes do certame são Alberto Otazú (Elite), Fábio Gudima (Graduados), Jorge Roque (Sênior) e Fernando Braga (Light).

"É hora de alegria e descontração. Além das disputas em alta velocidade nas cinco corridas, sendo uma delas a estreia da bateria feminina Mulheres em Ação, no pódio teremos premiação de Karnaval, e na praça de eventos teremos muita comida, bebida, resenha, diversão e música! Vai ser show", anuncia Rita Sanches, responsável por eventos do Kartódromo de Interlagos.

A categoria feminina terá um pódio diferenciado, com premiação inédita e sorteios exclusivos, que inclui luvas, capacete, camiseta, kit de cerveja, curso de violão, curso de inglês, drenagem, peeling, aparelho bucal, etc. Na praça de eventos a piloto de kart, carro e moto Suzane Carvalho, que além de jornalista atua hoje como instrutora de pilotagem irá autografar os seus livros Curso de Pilotagem de Kart e Curso de Pilotagem de Moto, que serão vendidos a preços promocionais.

Outra ação diferenciada leva em conta o patrono dos odontologistas. Nesta etapa a AKSP vai contemplar o trabalho da Associação Vila das Pratas, que realiza trabalhos sociais a famílias, e em especial crianças, dando apoio físico e emocional. Neste mês será realizado um trabalho por profissionais da saúde, que ensinarão as crianças como realizar a higiene bucal. Sendo assim, nesta etapa será arrecadado creme, escova e fio dental, para montagem de kits para 400 crianças de 5 a 12 anos de idade.

Na cerimônia de pódio, além dos seis primeiros colocados receberem troféus, o sétimo colocado de cada categoria ganhará um kit da Cervejaria Paulistânia,

Foto: Emerson Santos

Os *pilotos da AKSP poderão brincar com confete, serpentina e colares*

e a SM Reparadora de Veículos entregará troféus exclusivos para os autores de todas as poles positions e voltas mais rápidas.

Os vencedores de cada categoria ganharão um jantar para casal no restaurante Itália no Box, que fica na região de Santo Amaro. Em ações incentivadoras, quem estabelecer a pole position mais rápida do evento levará um par de luvas DKR personalizada como prêmio, enquanto o autor da volta mais rápida da etapa será premiado com uma camiseta Harderthan. Também será realizado o sorteio de cinco bolsas de estudos de um mês de duração para aulas de violão on-line da MRC Produções.

Confira a pontuação do campeonato da AKSP após a segunda etapa:

Elite - 1) Alberto Otazú, 51; 2) Matheus Nozaki, Rodrigo Oliveira, Leonardo Ferreira, 34; 5) Douglas Pecoraro, 32; 6) Augusto Coutinho, 30; 7) José de Jesus, 28; 8) Gabriel Medina, 26; 9) Igor Mei, 25; 10) Luiza Mesquita, 23; 11) Valdo Gregório, 19; 12) Rogério Cebola, 18; 13) Caio Ditlef, 11; 14) Bruno Sutter, 9; 15) Renzo Lima, 8; 16) Henrique Morbi, Tiago Vargas, Flávio Alves, 7; 19)Felipe Franco, 6; 20) Ian Mello, 5, 21) Pedro Garcia, 4; 22) Irceu Ribeiro, Wagner Nascimento, 2.

Graduados - 1) Fábio Gudima, 45; 2) André Alves dos Reis, 40; 3) George NG, 32; 4) Rodrigo Fernandes, 31; 5) Pedro Henrique Assis, 24; 6) Hudson Oliveira, 23; 7) Wanderson Ferreira, Paulo Policeno, 22; 9) Luis Phillipe Blanes, 19; 10) Fábio Noronha, Vinicius Silva, Alex Cruz, 17; 13) Marcelo Pessoa, Luciano Bleker, 15; 15) Antonio Oliveira, 14; 16) Seong Lee, 13; 17) Rodrigo Alvarez, Arthur Calore, 12; 19) Giuliano Sciulli, 10; 20) Bruno Furlan, 6; 21)Aureliano de Freitas, Igor Pacanari, 3.

Sênior - 1) Jorge Roque, 42; 2) Jorge Filipe, 41; 3) Marcelo Mesquita, 32; 4) Jorge Monari, 30; 5) Luiz Antonio Gouvêa, 27; 6) Marco Verga, 7) Gerson Roschel, 26; 8) Edu Abrantes, 25; 9) Marcelo Carvalhaes, 22; 10) Miguel Sacramento, 11) Valdo 'Nenê' Gregório, 20; 12) Adolfo Soares, 17; 13) Ricardo Cesar, 14; 14) Antonio Street, 12; 15) Guto Oliveira, Hélio Matias, 11; 17) Eduardo Emílio Di Pietro, 10; 18) Carlos Eduardo de Carvalho, 8; 19) Abílio Coutinho, 7; 20) Ronaldo Benvenuti, 2.

Light - 1) Fernando Braga, 40; 2) Arthur Martins, 39; 3) José Mauro Claudino, 33; 4) Grazi Gonçalves, 29; 5) Juliano Paiva, 28; 6) Sérgio Pereira Inácio, 25; 7) Bruno Andrade, 22; 8) Marcelo Soufia, 21; 9) André Lolo, 20; 10) Rafael Barbosa Vilela, 11) Anderson Andretta, 16; 12) Vitor Clapp, 15; 13) Luis Felipe Silva, 14; 14) Murillo de Sousa, 13; 15) Melissa Eschavi, 12; 16) Daniel Andretta, 11; 17) Marcos Vinicius Conner, 18) Pedro Paulo Balbeck, 19) Rodrigo Parmezanni, 10; 20) Matheus Pacanari, 8, 21) Washington Guerra, 7; 22) Ronaldo 'China' Paulino, 6; 23) Pablo Bombardieri, 3.

O campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) tem o apoio de Cervejaria Paulistânia, Luvas DKR, Camisetas Harderthan, SM Reparação de Veículos, Restaurante Itália no Box e MRC Produções.

Contato: aksp.contato@gmail.com; WhatsApp: 11-99681.3549

Categorias Rotax da Copa SP de Kart terão inscrições gratuitas com projeto de incentivo ao esporte

A Copa São Paulo de Kart Granja Viana, principal campeonato regional de kart do Brasil, vai oferecer inscrições gratuitas para várias categorias Rotax graças à aprovação do projeto de incentivo ao automobilismo. As categorias contempladas são: Rotax Micro Max, Mini Max, Rotax Junior, Rotax Max e Rotax DD2.

De acordo com a organização do campeonato, as inscrições são limitadas e funcionarão da seguinte forma: para a terceira etapa, que será realizada dia 23 de abril, a Rotax Micro Max/ Mini Max terá oito pilotos beneficiados com inscrição gratuita, a Rotax Junior Max terá seis competidores, a Rotax DD2 bonificará 11 e a Rotax Max terá 18 inscrições gratuitas.

"O objetivo do projeto é proporcionar o surgimento de novos

Foto: Pedro Bragança

Rotax *Junior*

talentos no automobilismo no Brasil, incentivando a participação de jovens pilotos na Copa São Paulo Granja Viana por meio das categorias de motores Rotax. Para termos sucesso na aprovação do projeto e na captação dos recursos, adequamos as categorias e os contemplados e assim criamos oportunidade de mais pilotos entrarem no esporte, fazendo uso do benefício", diz Binho Carcasci, presidente da Bora Karting, empresa representante da Rotax no Brasil.

Os pilotos que competiram em uma dessas categorias na primeira e/ou segunda etapas da Copa São Paulo de Kart Granja Viana 2022 terão prioridade para receber o benefício da inscrição gratuita.

Por conta do limite de vagas por categoria, os pilotos que tiverem prioridade poderão usar o benefício na terceira etapa assim que formalizarem a inscrição na secretaria de prova, valendo a ordem de chegada para efetivação da mesma.

A prioridade, entretanto, será válida até o dia 19 de abril, de modo que a partir de 20 de abril, qualquer piloto pode ser beneficiado com a inscrição gratuita.

Dudu Barrichello disputa a primeira etapa da FRECA, em Monza

Foto: Dutch Photo Agency

Dudu *Barrichello*

Neste fim de semana Dudu Barrichello enfrenta o primeiro desafio em sua segunda temporada na Europa, em Monza, pela FRECA- Fórmula Regional by Alpine.

Em um circuito icônico que marca a última vitória do Brasil na Fórmula 1, justamente com Rubens Barrichello, Dudu espera começar a temporada com o pé direito.

Monza foi palco do último teste da pré-temporada da FRECA e o brasileiro apoiado pela Toyota Gazoo Racing e XP Investimentos liderou uma das sessões.

A corrida também marca a estreia de Dudu Barrichello pela equipe Arden, uma das equipes mais tradicionais do automobilismo de base europeu, trazendo esperança de uma boa temporada para o piloto do bólido #91.

A etapa de Monza da FRECA prevê dois treinos livres na sexta-feira, no sábado acontece o classificatório 1 e a primeira prova da etapa. No domingo os pilotos participam de mais uma sessão classificatória e a segunda corrida da etapa.

As sessões de classificação e corridas serão transmitidas ao vivo pelo Youtube da categoria.

"Começo minha segunda temporada na FRECA neste fim de semana me sentindo muito bem preparado mentalmente e fisicamente, além de muito mais experiente do que na temporada passada. Muito feliz também com o que tem acontecido dentro da equipe, o desenvolvimento do carro e do entrosamento com meus companheiros de time, estamos fazendo um trabalho muito positivo juntos. Para completar, meu pai vem para a corrida e vai conhecer a equipe pela primeira vez. Ansioso para a estreia e com o pensamento de que posso disputar bons pontos nessa etapa," disse **Dudu Barrichello.**

GP Internacional Rio Loterias Caixa tem programa horário definido

Foto: Wagner Carmo

Felipe *Bardi*

A Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) divulgou o Programa-Horário do Grande Prêmio Internacional Rio Loterias Caixa de Atletismo, que será disputado no dia 30 de abril no Estádio Olímpico Nilton Santos, o Engenhão, onde foram realizados os torneios de atletismo dos Jogos Pan-Americanos-2007 e dos Jogos Olímpicos-2016.

Com isso, o Rio de Janeiro, que tem uma longa tradição na revelação de atletas e de organização de eventos, volta a ser sede de competições nacionais e internacionais da modalidade depois de seis anos.

O GP, válido pelo Continental Tour Série Bronze da World Athletics, terá 30 provas, a partir das 14 horas, sendo 19 oficiais e 11 extras. Das 30 provas, apenas o lançamento do martelo feminino, marcado para as 14:30, está previsto para a pista de aquecimento do estádio.

Conforme regulamento, nas provas de arremesso e lançamentos e nos saltos horizontais, os participantes terão direito somente a quatro tentativas.

A CBAt convidou os quatro atletas mais bem colocados no Ranking Brasileiro combinado de 10/06/2021 a 13/03/2022) em todas as provas oficiais, garantindo assim o transporte, a hospedagem e alimentação. O mesmo se dará para a disputa do Torneio Internacional de Atletismo Loterias Caixa Cidade de São Paulo, no dia 27 de abril, no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo.

Em breve, a CBAt deve começar a anunciar os nomes dos estrangeiros nas provas oficiais. Para as provas extras, os interessados, classificados até o 8º lugar no mesmo ranking, terão de arcar com todas as despesas.

A CBAt, por outro lado, confirmou a realização do Troféu Brasil Loterias Caixa de Atletismo para o período de 22 a 25 de junho, também no Engenhão, no Rio de Janeiro. A Confederação anunciou os índices necessários para participação e as datas de inscrição para os clubes interessados, de 9 a 13 de junho, pelo Sistema Extranet On-line da CBAt. Foi divulgado também o programa-horário preliminar, que só será confirmado após o fim do período de inscrições.

A princípio, a qualificação do Grupo A do lançamento do martelo feminino abrirá a competição às 9:35 do dia 22 de junho, na pista de aquecimento do Estádio Olímpico Nilton Santos. Na pista principal, as semifinais dos 100 m com barreiras serão disputadas a partir das 9:50.

A NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro para a saúde integral dos atletas e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA

Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.

(11) 99653-7522